BRASIL AÇUCAREIRO

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ANO XXXV — VOL. LXX — AGÔSTO 1967 — Nº 2

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO Nº 22-789, DE 1º DE JUNHO DE 1933

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Enderêço Telegráfico: "Comdecar"

EXPEDIENTE: das 12 às 18,30 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

Delegado do Ministério da Indústria e do Comércio — Antônio Evaldo Inojosa de Andrade — Presidente.
Delegado do Banco do Brasil — Francisco Ribeiro da Silva Vice-Presidente
Delegado do Ministério da Fazenda — Antônio Augusto dos Reis Veloso
Delegado do Ministério da Viação —Juarez Marquez Pimentel
Delegado do Ministério da Agricultura — Emanuel Moraes Coutinho
Representantes dos Usineiros — Arrigo Domingos Falcone, Francisco Elias da Rosa Oiticica, Silvio Correia Mariz, Mário Pinto de Campos
Suplentes — João Carlos Belo Lisboa, João Úrsulo Ribeiro Coutinho, Jessé Cláudio Fontes de Alencar e Lycurgo Portocarrero Velloso
Representantes dos Banguezeiros — José Vieira de Melo. **Suplente** — João Carlos de Albuquerque Filho.
Representantes dos Fornecedores — João Soares Palmeira, João Agripino Maia Sobrinho, Francisco de Assis Pereira, Francisco Leite Filho,
Suplente — José Augusto de Lima Teixeira

TELEFONES:

Presidência

Presidente 31-2741
Chefe de Gabinete
Erival de Mendonça Uchôa .. 31-2583
Assesssoria de Imprensa 31-2689
Assessor Econômico 31-3055
Portaria da Presidência..... 31-2853

Comissão Executiva

Secretaria
Marina Abreu e Lima 31-2653

Divisão Administrativa

Geraldo Maria Pontual Machado

Gabinete do Diretor 31-2679
Serviço de Comunicações ... 31-2543
Serviço de Documentação ... 31-2469
Biblioteca 31-2696
Serviço de Mecanização..... 31-2571
Seção de Contrôle Codif... 31-2842
Serviço Multigráfico 31-2842
Serviço do Material 31-2657
Serviço do Pessoal 31-2542
(Chamada Médica) 31-3058
Seção de Assistência Social 31-2696
Portaria Geral 31-2733
Restaurante 31-3080
Zeladoria 31-3080
Armazém de Açúcar .... / Garagem .... / Arquivo Geral .. } Av. Brasil 34-0919

Divisão de Arrecadação e Fiscalização

Elson Braga

Gabinete do Diretor 31-2775
Serviço de Fiscalização 31-3084
Serviço de Arrecadação 31-3084

Divisão de Assistência à Produção

José Motta Maia

Gabinete do Diretor 31-3091
Serviço Social e Financeiro.. 31-2758
Serviço Técnico Agronômico.. 31-2769
Serviço Técnico Industrial... 31-3041
Setor de Engenharia 31-3098

Divisão de Contrôle e Finanças

Lauro de Souza Lopes

Gabinete do Diretor .... { 31-3690 / 31-3046
Subcontador 31-3054
Serviço de Aplicação Financeira 31-2737
Serviço de Contabilidade 31-2577
Tesouraria 31-2733
Serviço de Contrôle Geral .. 31-2527
Seção de Tomada de Contas 31-2655

Divisão de Estudo e Planejamento

Antônio Rodrigues da Costa e Silva

Gabinete do Diretor 31-2582
Serviço de Estudos Econômicos 22-0075
Serviço de Estatística e Cadastro 22-5089

Divisão Jurídica

Hélio Cavalcanti Pina

Gabinete Procurador Geral.. { 31-3097 / 31-2732
Subprocurador 32-7931
Seção Administrativa 32-7931
Serviço Forense 31-2538

Divisão de Exportação

Francisco Watson

Gabinete do Diretor 31-3370
Serviço de Operações e Contrôle 31-2839
Serviço de Contrôle de Armazéns e Embarques 31-2839

Serviço do Álcool (SEAAI)

Joaquim de Menezes Leal

Superintendente 31-3082
Seção Administrativa 31-2656

Federação dos Plantadores de Cana do Brasil 31-2720

Escritório do I.A.A. em Brasília:

Esplanada dos Ministérios
Bloco 8 - 2º andar 2-3761

JURÍDICA

n.º 96

ANO XIII - VOL. XXXII

JANEIRO - MARÇO, 1967

Sumário

DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMINIO ECONÔMICO — *Fernando Jangmann*

MERCADO DE CAPITAIS — *Otto Gil*

A CRISE DO CAFÉ E O GOVERNO DO ESTADO DO RIO — *Barbosa Lima Sobrinho*

A DISSOLUÇÃO CONTENCIOSA DA SOCIEDADE POR QUOTAS — *Heitor Gomes de Paiva*

DO DESPACHO SANEADOR COMO SENTENÇA INTERLOCUTÓRIA — *Eliézer Rosa*

NO LIMIAR DO ESTADO PREVIDENCIÁRIO — *Aben Athor Netto*

A MULHER E O TRABALHO — *Mariano de Brito Franco*

JUIZ DO TRABALHO E "DIÁRIAS" DE BRASÍLIA — *Paulo Emilio Ribeiro Vilhena*

MAGISTÉRIO, MAGISTRATURA E JUSTIÇA — *Roberto Lyra*

PROJETO DE CONVÊNIO ENTRE O I.A.A. E O I.N.P.M. — *Julio de Miranda Bastos*

NOVO PRESIDENTE DO I.A.A.: Agrônomo Antônio Evaldo Inojosa de Andrade

* * *

Registo Bibliográfico — Resenha — Leis, Decretos e Resoluções

INDICE NA PAGINA 1

Divisão Jurídica do Instituto do Açúcar e do Álcool

Revista trimestral editada pela Divisão Jurídica do Instituto do Açúcar e do Álcool

Divulgação de estudos e informações sôbre temas jurídicos e sociais, principalmente:

Intervenção no Domínio Econômico
Administração Autárquica
Política Agrária
Administração Pública
e Direito Administrativo

Assinatura anual (4 números)

Rio, São Paulo, Minas Gerais Rio de Janeiro e Espírito Santo	NCr$ 12,00
Número avulso	NCr$ 3,00

Redação e Administração: Rua 1º de Março, 6 — 7º andar, sala 7 — ZC-00
Fone 31-2538 — Rio — GB

Herbicidas Geigy não foram feitos só porque cortam as despesas de mão-de-obra para carpas.

Mas também porque aumentam as colheitas.

Cana: 10 a 40% a mais
Café: 4 a 8 sacas a mais
Milho: 10 a 40% a mais

Abacate
Abacaxi
Alho
Alho-porro
Babaçu
Banana
Cacau
Café
Cana Planta
Cana Soca
Cebola
Cenoura
Chá
Citrus
Coníferas
Gladíolos
Maçã
Milho
Manga
Nêspera
Oliveira
Pêra
Pimenta-do-reino
Rosas
Salsa
Salsão
Seringueira
Sisal
Videira

GESATOP
GESAPRIM
GESAPAX
GESAGARD

C.P. 30.042 - SP

SUMÁRIO

AGÔSTO DE 1967

NOTAS E COMENTÁRIOS:

UMA EXPLICAÇÃO — Sylvio Pélico Filho
FOLCLORE: Folclore Brasileiro — Festa do Folclore — Folclore do Norte — Defesa do Folclore — Folclorista escreve para Larousse — Alemão dá curso no IJNPS — Ranchos Folclóricos — Museu do Açúcar — Poeta do Açúcar — Folclore Gaúcho — Historiador em Bonn — Pierre Verger e o Negro — Museu de Arte Popular — Curso de Folclore — Folclore tem Simpósio — NACIONAIS: Otimismo — Série Kennedy — Encontro de Agrônomos — Desenvolvimento Rural — ESTADUAIS: Produção Açucareira — Estudantes em Usinas — Entomologista — «Cigarrinha» — Combate ao Carvão da Cana em São Francisco — INTERNACIONAIS: Gilberto Freyre — Centro Agrícola — Encontro — Borrificação — Demerara para a Índia — Quotas de Açúcar — Marrocos — DIVERSAS: Polônia oferece Ajuda — Defensivos Agrícolas — Sorbonne no I.A.A. — Designação — Ofertas do DASP — Instituto Joaquim Nabuco — Investimentos — Difusão de Adubos 2

JUDITH GLEASON E O FOLCLORE NEGRO NO BRASIL — Claribalte Passos 12

FREVO, CABOCOLINHOS E MARACATU — Mauro Mota 14

CANA CAIANA — Luís da Câmara Cascudo 18

O JÔGO DE BICHO NOS ENGENHOS DO NORDESTE — Renato Carneiro Campos 21

DOENÇAS E MEIZINHAS DE POVOADO CANAVIEIRO — Sylvio Rabello 24

O ROMANCEIRO NORDESTINO: ALGUMAS INFORMAÇÕES — Gladstone Vieira Belo 27

FIXAÇÃO DA INFÂNCIA NO ENGENHO DO BANDOLIM — Tobias Pinheiro 38

BARCAÇAS DE AÇÚCAR — Nestor de Holanda 44

BRINCANDO DE FOLCLORE — Mário Souto Maior 48

DEVOÇÃO E SUPERSTIÇÃO NO NORDESTE — Maurício Rabello 50

LEMBRANÇAS, ENGENHOS, O CAPIRI E OUTRAS COISAS QUASE FOLCLÓRICAS — Dias da Costa 54

TRÊS ESPETÁCULOS POPULARES DE PERNAMBUCO — Hermilo Borba Filho 58

MITOS NORDESTINOS NA POESIA POPULAR — Nertan Macedo 64

DANÇAS FOLCLÓRICAS NO BRASIL — Édison Carneiro 67

A CANA-DE-AÇÚCAR NO PARÁ — Vicente Salles 70

OS DE MORNAY E A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM PERNAMBUCO — Fernando Cruz Gouvêa 78

QUINGUINGU E RUMORES DOS CANAVIAIS Poemas de Jaime Griz 85

CRENDICE NORDESTINA: CIÊNCIA POPULAR? — Pessoa de Moraes 87

O CARRO-DE-BOI COMO FATOR DE PROGRESSO ECONÔMICO E EVOLUÇÃO SÓCIO-CULTURAL — Waldemar Valente 90

MERCADO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR 100

BIBLIOGRAFIA (FOLCLORE DA CANA-DE-AÇÚCAR) 103

DESTAQUE 106

●

NOSSA CAPA

A ilustração de Hélio Lobianco faz reviver uma época distante da indústria açucareira, quando o carro-de-boi era importante.

NOTAS E COMENTÁRIOS

UMA EXPLICAÇÃO

O INSTITUTO do Açúcar e do Álcool — representado neste caso pela Revista BRASIL AÇUCAREIRO — estava devendo algo ao nosso meio cultural. É que nossa autarquia desde que foi criada mantém uma tradição muito importante: a de colaborar com a cultura de nosso país através da divulgação de fatos históricos e do intercâmbio que promove com várias entidades nacionais e internacionais.

Com mais de trinta anos de circulação, BRASIL AÇUCAREIRO tem divulgado trabalhos importantes no campo da história. Trabalhos que serviram e servirão de base a vários estudos, principalmente àquilo que trata da formação de nosso povo, já figuraram nas páginas de nossa Revista.

Mas, aí vai nossa explicação: Em 1965 — exatamente a partir de março — BRASIL AÇUCAREIRO sofreu uma modificação em sua forma. Determinadas seções foram excluídas de sua programação normal, deixando espaço para outros trabalhos mais importantes. Tanto assim que durante o período de um ano, em 1966, nossa Revista publicou 720 páginas de matéria redacional, contendo, 325 notícias, 95 artigos técnico-científicos e 4 seções especializadas, publicadas 33 vêzes.

Porém, faltava alguma coisa. Preocupados em reunir material técnico para divulgar, quase esquecemos um setor importante em nosso trabalho: o *Folclore*. No ano passado, nessa mesma época, publicamos alguns trabalhos sôbre o da cana-de-açúcar, sem que nos dessemos por satisfeitos, porque o assunto é muito vasto e havia ainda muita coisa para divulgar. Antes do final do ano que passou já começamos a estruturar um número especial para 1967 — em agôsto por ser o mês consagrado ao folclore, um número, repetimos, quase todo dedicado ao assunto, que agora temos a satisfação de colocar em circulação.

Acreditamos estar oferecendo algo valioso aos nossos leitores, em cumprimento de nossa missão, ao apresentarmos reunidos neste número nomes importantes em nosso meio cultural. São dezoito colaboradores do mais alto valor, que em seus artigos abordam as mais variadas faces do folclore, principalmente o da cana-de-açúcar.

Esperamos confiantes em que esta edição atinja aos seus objetivos, todos calcados no interêsse que temos de contribuir cada vez mais para a cultura de nosso povo.

SYLVIO PÉLICO FILHO

FOLCLORE

FOLCLORE BRASILEIRO

Durante o mês de agôsto, e especialmente no dia 22, data em que se celebra oficialmente, em todo o Brasil, o DIA DO FOLCLORE, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, do MEC, e a Comissão Nacional de Folclore (IBECC) promoveram uma série de comemorações em todo o país. A estas comemorações associaram-se várias entidades estaduais e municipais dedicadas ao estudo do nosso populário.

Entre as promoções de maior envergadura que foram previstas para o corrente ano, destacou-se a Reunião do Conselho Nacional de Folclore e um Simpósio sôbre Folclore Brasileiro, ambos em São Paulo, entre os dias 25 e 27 de agôsto, com a presença de especialistas em folclore de vários Estados e da quase totalidade dos membros do Conselho. O Simpósio do Folclore Brasileiro, convocado para comemorar também o 20º aniversário da Comissão Nacional de Folclore , teve por mira o estudo das atividades folclóricas no Brasil, nos últimos vinte anos, e mais os temas de grande importância: Conhecimento do Brasil pelo Folclore; Áreas Folclóricas e Bibliografia folclórica brasileira.

Na Guanabara realizaram-se duas exposições: a do livro folclórico, na Biblioteca Nacional, e a do Artesanato Folclórico, no Salão Assírio do Teatro Municipal Além disso, foi realizada uma tarde de Folclore Infantil, no Parque do Flamengo, dia 13 de agôsto.

Associando-se à celebração do DIA DO FOLCLORE, BRASIL AÇUCAREIRO dedica o número de agôsto ao folclore brasileiro.

FESTA DO FOLCLORE

Com a participação de representantes de Portugal, Israel, Espanha, Itália, Japão, Alemanha, Paraguai e de vários Estados do Brasil, foi realizado nos últimos dias de julho, no Clube Municipal, o IV Festival Folclórico Internacional. Na oportunidade, também foi eleita e coroada a «Miss Folclore-1967».

FOLCLORE DO NORTE

A Prefeitura de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, realizou no dia 30 de julho último, na Praça do Pacificador, um Festival Popular no qual foram exibidos números de folclore do Nordeste em homenagem à colônia nordestina do município fluminense, que constitui cêrca de 70% de sua população. O Festival foi dirigido pelo radialista Carlos Diniz, diretor do programa «**Hora do Folclore**, da Rádio Mundial, que teve oportunidade de apresentar figuras populares dos Estados do Norte, tais como Zé Gonzaga, Coronel Narcizinho e a dupla Manoel Messias e Zé Duda, famosos cantadores de viola da Paraíba.

DEFESA DO FOLCLORE

A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro do Ministério da Educação e Cultura — tem como objetivos, no plano nacional, as seguintes finalidades: a) — promover registros, pesquisas e levantamentos, cursos de formação e de especialização, exposições, publicações, festivais; b) — proteger o patrimônio folclórico, as artes e os folguedos populares; c) — organizar museus, bibliotecas, filmotecas, fonotecas e centros de documentação; d) — manter intercâmbio com entidades congêneres: e) — divulgar o folclore do Brasil.

Nêste número está incluído um trabalho — A Cana-de-açúcar no Pará — do Redator-Chefe da Revista Brasileira de Folclore (órgão oficial da Campanha de Defesa do Folclore) jornalista Vicente Salles.

FOLCLORISTA ESCREVE PARA LAROUSSE

Uma das mais destacadas figuras do meio literário pernambucano, o folclorista Ariano Suassuna, aceitou o convite formulado por Antônio Houais, a fim de escrever um detalhado estudo em tôrno da popular literatura de cordel. O estudo em aprêço será incluído em próxima edição da Enciclopédia Delta Larousse.

ALEMÃO DÁ CURSO NO IJNPS

O professor alemão Rolf Italiaander, presidente da Academia de Artes da

cidade de Hamburgo, Alemanha, vem de ministrar importante curso no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do Ministério da Educação e Cultura, que tem no escritor e poeta Mauro Mota seu Diretor-Executivo. O curso do prof Rolf Italiaander versou sôbre «Problemas atuais religiosos, artísticos e raciais na África e na Ásia», que teve como intérprete o professor Roberto Mota.

RANCHOS FOLCLÓRICOS

Durante todo o mês de agôsto dois agrupamentos folclóricos beirões — o Rancho Flôres da Beira, de Modêlos, e o Rancho de Maiorca — exibiram-se em Angola, África, Portuguêsa, apresentando igualmente espetáculo em Luanda, Benguela, Lobito, Sá da Bandeira e Silva Pôrto.

Essas festividades, de caráter tradicional, artístico-cultural, têm a finalidade de homenagear ao Mês do Folclore — agôsto — internacionalmente consagrado através da data de 22, de 1846, quando pela primeira vêz o têrmo «Folk-Lore» surgiu na revista inglêsa — «The Athenaeum» — num artigo assinado pelo arqueólogo William John Thoms, sob o pseudônimo de **Ambrose Merton.**

MUSEU DO AÇÚCAR

Uma curiosa exposição fotográfica de nada menos de 150 bigodes, usados nos últimos 100 anos, está sendo apresentado no Recife pelo Museu do Açúcar. Entre os bigodes ilustres ali apresentados figuram os do Imperador Francisco José da Áustria, do Rei Vittorio Emanuelle da Itália, Adolf Hitler, Salvador Dali e numerosos outros, nacionais.

POETA DO AÇÚCAR

A Editôra do Auto, no Rio de Janeiro, deverá lançar muito em breve uma importante reedição. Trata-se das obras do saudoso Ascenço Ferreira — o conhecido **Poeta do Açúcar,** glória das letras pernambucanas e figura de importância indiscutível entre os maiores poetas regionalistas.

FOLCLORE GAÚCHO

Atendendo ao programa da cadeira de Folclore do Colégio Santo Amaro, de São Paulo, os estudantes Alex Renato de Maura Fontana e Vítor de Mauro realizaram demorada visita a Pôrto Alegre, em extensão às suas atividades culturais no quarto ano ginasial.

Os dois jovens manifestaram-se surpreendidos com a acolhida e colaboração recebidas por parte do Governador, Prefeito da Capital, Presidente da Assembléia Legislativa e do Arcebispo, no sentido de facilitar-lhes as pesquisas e observações em tôrno do exuberante folclore gaúcho.

HISTORIADOR EM BONN

O historiador Jordão Emerenciano, Diretor do Arquivo do Estado de Pernambuco, visitou a Universidade de Bonn, na Alemanha, a convite da Sociedade Teuto-Brasileira (Deutsch-Brasilianische Gesellschaft).

Jordão Emerenciano, que é também secretário-executivo da Fundação Açucareira do Nordeste, ligada ao GEA (Grupo de Estudos do Açúcar), realizou naquela oportunidade uma conferência sôbre a indústria do açúcar na economia de Pernambuco, sua formação, história e situação atual. O conferencista patrício foi apresentado pelo professor Hermann Gorgen, presidente do Centro Latino-Americano, o qual já estêve algumas vêzes no Brasil.

Na sua palestra, em Bonn, o prof. Jordão Emerenciano teceu considerações sôbre os seguintes assuntos: A agricultura canavieira utilizada como elemento de fixação de núcleos de povoamento e de civilização; O caráter da colonização realizada em Olinda por Duarte Coelho; A importância do açúcar na economia da capitania; Os altos investimentos e capitais que eram necessários para uma emprêsa açucareira; O regime de incentivos e de parceria; O engenho do Princípe; O açúcar como uma das causas da cobiça internacional culminando com o episódio da dominação holandêsa; A indústria que se desenvolveu à margem dos engenhos com a fabricação de peças sobressalentes, improvisação de transportes, armaria, cutelaria, «interiores» etc; O açúcar durante o Império como fator econômico e sobretudo de civilização; Nabuco — aristocrata de origem e formação «progressisita», «reformista» por vocação e inteligência — tipo representativo da civilização do açúcar.

PIERRE VERGER E O NEGRO

Os pesquisadores e entusiastas dos nossos temas afro-brasileiros têm, agora, no recente livro do escritor Pierre Verger, «Fumo da Bahia E O Tráfico dos Escravos do Gôlfo de Benim,» (Centro de Estudos Afro-Orientais, Série Estudos nº 6, Universidade Federal da Bahia, 39 págs.), um expressivo manancial de informações.

Conhecendo como poucos a Bahia, o sr. Pierre Verger possui, igualmente, profundos estudos sôbre a África, particularmente das áreas outrora vinculadas aos interêsses portuguêsses. Presentemente, é «Chargé de Recherches» do CNRS, de Paris, e «Research Associated» do Institut of African Studies, da Universidade de Ibadan, na Nigéria, encontrando-se no momento pesquisando as origens das religiões africanas da Bahia, investigações essas que se verificam no Daomé e na Nigéria.

MUSEU DE ARTE POPULAR

Está sendo providenciada em Campina Grande, Paraíba, a instalação definitiva do Museu de Arte plástica e popular «Pedro Américo», o qual deverá funcionar no edifício da Reitoria da Universidade Regional do Nordeste.

Foram incumbidos desta tarefa cultural o sr. Jean Boghici e sua espôsa, sra. Geneviéve Boghici, enviados especiais do jornalista Assis Chateaubriand. A inauguração do referido Museu está sendo aguardada para o corrente mês, sabendo-se que do seu catálogo, já figuram mais de cem obras das mais valiosas. Afirmou o sr. Jean Boghici, que «não vai ser esquecida a parte de artesanato popular, de que esta região é rica, pois êste é o desejo do embaixador Assis Chateaubriand. Êle quer que se reuna aqui arte popular, de couro, barro, etc., com artes plásticas, completando, asim, a finalidade real do Museu. Será muito belo, de fato, entre um quadro e outro, ver-se um velho baú de couro, um chapéu de couro, ou um boneco, perpetuando, desta maneira, a figura histórica do vaqueiro do Nordeste e sua gente.

CURSO DE FOLCLORE

Na primeira quinzena do mês de julho findo, realizou-se no Rio de Janeiro, com a presença de mais de 300 alunas das escolas normais da Guanabara, o III Curso de Folclore, idealizado com a finalidade de preparar as futuras professôras para aplicarem temas folclóricos como motivação às matérias pedagógicas. O Sindicato dos Bancários cedeu o auditório do seu prédio da Avenida Presidente Vargas. O curso, que há três anos consecutivos vem sendo levado a efeito durante as férias escolares de julho, tem a duração de duas semanas e é ministrado pelo profesor Augusto Nóbrega Fontes, que ilustrou as aulas com gravações de músicas folclóricas por êle próprio pesquisadas.

O temário do curso, dividido em dois ciclos, reuniu os seguintes assuntos: Folclore como ciência, Música e Danças, Literatura Oral, Artesanato, Usos, Costumes, Crenças e Superstições, Introdução ao Estudo do Folclore na Dança, As Contribuições do Índio, do Negro e do Europeu, Diferenciação da Dança Popular e Folclórica, Danças Indígenas e Portuguêsas, e As Grandes Festas Populares: o Natal, o Carnaval e as Festas de Junho.

FOLCLORE TEM SIMPÓSIO

Sob o alto patrocínio da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, do Ministério da Educação e Cultura, realiza-se êste mês, em São Paulo, uma reunião do Conselho Nacional do Folclore e um simpósio, nos quais serão abordados e debatidos problemas de interêsse para o setor de tradições populares do País.

Várias outras promoções integram o programa do mês do folclore, que coincide com o vigésimo aniversário da Comissão Nacional do Folclore, em funcionamento no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC).

Dentre os outros empreendimentos previstos para agôsto encontra-se a Terceira Feira de Artigos Típicos Brasileiros, no ginásio do Ibirapuera, reunindo peças folclóricas das mais diversas regiões brasileiras, divertimeitos populares, cozinhas típicas, complementadas com atividades culturais.

NACIONAIS

OTIMISMO

O Sr. Evaldo Inojosa encara com muito otimismo as perspectivas do seu setor até o fim do ano. Acredita que teremos em 1967, um recorde de arrecadação do açúcar, álcool e mel — as estimativas são da ordem de 110 milhões de dólares, quando a média dos últimos anos não era muito superior a 50 milhões.

SÉRIE KENNEDY

O Brasil obteve concessões correspondentes a US$ 550 milhões de seu comércio exterior, oferecendo, em contrapartida, US$54 milhões, ou melhor, menos de 10% do recebido, aos países que participaram das negociações da Série Kennedy, informou recentemente à imprensa o Ministro da Indústria e do Comércio, Sr. Edmundo de Macedo Soares e Silva, ao analisar os resultados da VI Rodada de Negociações do Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio — GATT —, em Genebra.

Segundo o Ministro Macedo Soares, a **Série Kennedy** representou a primeira experiência num processo de negociação comercial com entendimentos multilaterais, abrangendo assim um campo muito mais amplo do que aquêle tradicionalmente coberto pelas negociações tarifárias realizadas no âmbito do GATT, e que se processavam por pares, ou seja, entre acôrdos bilaterais feitos pelos países interessados.

Acrescentou, ainda, o Ministro Edmundo Macedo Soares que as ofertas recebidas e consideradas do interêse do Brasil somam US$ 555 milhões, que representam 38% da exportação brasileira para os 42 países participantes do **Kennedy Round.** Excetuados os países membros da ALALC também participantes da VI Rodada de Negociações Comerciais, aquela percentagem se eleva para 43% do nosso comércio de exportação.

Desta forma, afirmou o Ministro da Indústria, a exportação brasileira obteve benefícios superiores à média registrada nas negociações, que foi de 25%. Aos dados de 1965, a exportação brasileira para os países participantes das negociações foi de US$1.472 milhões e equivalente a 92% do total exportado.

ENCONTRO DE AGRÔNOMOS

Através de iniciativa que atende a uma sugestão do próprio Presidente da República, marechal Arthur da Costa e Silva, realizou-se em Brasília, Distrito Federal, no Hotel Nacional, de 6 a 12 de agôsto, o Encontro Nacional dos Agrônomos e Veterinários.

O referido conclave contou com a presença de representantes de todos os Estados e Territórios da Federação, oportunidade em que foram lançados estudos em nível técnico para a mobilização da produtividade em todo o território nacional.

DESENVOLVIMENTO RURAL

O Sr. Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil, apresentou recentemente ao Presidente da República um plano global de desenvolvimento rural, o qual representará, sòmente em 1967, a aplicação de NCr$ 1.391,5 milhões (1 trilhão, 391 bilhões e 500 milhões de cruzeiros antigos), através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI).

Com vista à melhoria, a curto prazo, da produção e da produtividade dos principais gêneros da agropecuária nacional, o referido plano prevê as seguintes metas básicas:

Algodão — incremento, no Nordeste, da produção e distribuição de sementes selecionadas de algodão arbóreo e herbáceo;

Amendoim — estímulo à expansão da cultura em novas áreas;

Arroz — alteração da estrutura da exploração agrícola gaúcha, visando a diminuir os custos de produção; assistência, com melhores sementes, à lavoura do Norte e Nordeste; consolidação das lavouras arrozeiras e melhoria do sistema de comercialização, nos Estados centrais;

Babaçu — estímulo à pesquisa industrial e desenvolvimento da preservação dos palmeirais, bem como garantia de preços mínimos e mercado para o óleo;

Cacau — continuidade ao programa de racionalização encetado pela CEPLAC (Comissão do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira);

Café — prosseguimento à política de erradicação do fomento à produção de cafés finos e de contigenciamento da produção. Estímulo à indústria de café solúvel. Aperfeiçoamento do acôrdo internacional;

Cana-de-açúcar — reformulação da estrutura da exploração nordestina, mediante a introdução de espécies mais rentáveis de cana, diversificação da lavoura e melhoria dos agrupamentos industriais;

Feijão — incentivo à produção de sementes selecionadas e incremento à lavoura em nível comercial;

Fruticultura — combate às pragas e doenças, incremento da pesquisa industrial e da instalação de indústrias que tenham como matéria-prima produtos da fruticultura;

Hortigranjeiros — estímulo à formação de cinturões verdes e melhoria do sistema de comercialização;

Mandioca — desenvolvimento da pesquisa e da experimentação. Melhoria do sistema de industrialização, principalmente no Nordeste;

Milho — incentivo à suinocultura e à avicultura nas regiões produtoras de milho;

Soja — incentivo à mecanização e à utilização de sementes de maior produtividade;

Trigo — prosseguimento do trabalho integrado atualmente levado a efeito, no Rio Grandeo do Sul, pelos vários órgãos ligados à produção e à comercialização do produto e aceleração dos processos de seleção e multiplicação de sementes;

Silvicultura — desenvolvimento da proteção florestal. Concésão de incentivos fiscais e creditícios ao reflorestamento;

Pecuária — estímulo à produção de medicamentos; formação de pastagens adequadas às várias regiões; desenvolvimento da engorda confinada; programas de combate à febre aftosa; facilidades para a importação de sémen, reprodutores e ventres das raças leiteiras européias; prosseguimento dos programas atuais de racionalização da pecuária leiteira; fomento aos programas de criação do porco tipo carne; incentivo à ovinocultura gaúcha, visando à dupla finalidade de produção de carne e lã e fomento da criação de ovelhas deslanadas e caprinos no Nordeste; integração vertical da avicultura; estímulo à implantação da avicultura industrial no Nordeste.

No setor de sementes e mudas selecionadas, o projeto recomenda, como meta prioritária da política agrícola, a mobilização de esfoços e recursos do Ministério da Agricultura e das entidades vinculadas, na seleção (pesquisas e experimentações), multiplicação e distribuição de sementes. Para consecução dêsses objetivos, a ação governamental integrada orientar-se-ia com vistas a:

a) ampliação dos campos de multiplicação de mudas e sementes selecionadas, através do regime de cooperação entre agricultores, Ministério da Agricultura e Secretarias de Agricultura;

b) asistência técnica aos campos particulares de multiplicação de sementes e mudas;

c) construção de postos para recebimento, análise, expurgo, classificação e preparo de sementes selecionadas;

d) criação de rêdes de distribuição e revenda, nas zonas produtoras, de mudas, sementes, matrizes e reprodutores selecionados;

e) distribuição gratuita ou a preços subvencionados, aos pequenos produtores, de mudas e sementes selecionadas;

f) assistência creditícia permanente e prioritária à produção e, também, à aquisição de sementes certificadas, inclusive com subsídios governamentais para juros e despesas bancárias, nas condições adotadas no FUNFERTIL, para adubos e suplementos minerais.

ESTADUAIS

PRODUÇÃO AÇUCAREIRA

A Inspetoria Técnica Regional de Pernambuco do Instituto do Açúcar e do Álcool informa que a safra açucareira do Estado, relativa ao período 66/67 atingiu a 14.101.965 sacos de 60 quilos, entre o demerara e o cristal. Na safra 65/66 a produção total foi de 11.851.905 sacos, havendo, pois, um aumento de 2.250.060 na safra ora finda. Por outro lado, na safra 66/67 o açúcar cristal chegou a um total de 8.050.226 e na moagem anterior a soma foi de 3.507,294 sacos tendo uma mar-

gem para mais, na safra ora encerrada de 4.542.932 sacos. Entretanto, quanto ao demerara destinado à exportação, a produção diminuiu, pois as 43 usinas em funcionamento fabricaram 6.051.149 sacos, enquanto que na safra 65/66, o total chegou a 8.334.611, ultrapassando desta feita, a safra 66/67 em 2.292.862 sacos.

ESTUDANTES EM USINAS

Em prosseguimento ao programa de estágio de estudantes de agronomia nos campos experimentais das usinas de açúcar, nos têrmos do Departamento de Recursos Humanos e da Fundação Açucareira do Nordeste, foram reiniciados os trabalhos, no Recife, da segunda etapa daquele programa que já obteve no seu início, a maior repercussão e despertou grande entusiasmo entre estudantes de agronomia.

O programa de estágios é coordenado pelos professôres J. W. Costa Lima e Romildo Carvalho, que dão assistência aos estudantes, orientaram seus trabalhos e, no final, fazem a crítica dos seus relatórios.

ENTOMOLOGISTA

No escritório da Fundação Açucareira do Nordeste (FAN), sediada no Recife, realizou-se importante reunião, com a presença da própria FAN, do I.A.A., da Comisão de Combate às Pragas, SUDENE, GERAN e representantes de emprêsas açucareiras, sendo então recebido o entomologista italiano prof. Pietro Guagliume, que expôs seu plano de combate à «cigarrinha» dos canaviais de Pernambuco e de Alagoas.

«CIGARRINHA»

A respeito da presença no Recife do entomologista italiano Prof. Pietro Guaguiumi, o Sr. Evaldo Inojosa de Andrade, presidente do I.A.A., assim se expresou: «Trouxemos da Itália o professor Guagliumi, um dos maiores entomologistas do mundo e que já se encontra no Nordeste em trabalho ativo, com a colaboração da Fundação Açucareira e o apoio técnico do I.A.A., através da sua Comissão de Combate às Pragas.» O I.A.A. — acrescentou, empregará os recursos que forem necessários».

COMBATE AO CARVÃO DA CANA EM SÃO PAULO

Em solenidade no gabinete do Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, foi assinado, no dia 11 de agôsto, Convênio para Combate ao Carvão dos Canaviais. Firmaram o documento, o Secretário Herbert Levy, pelo Estado de São Paulo; o Dr. José Motta Maia pelo Instituto do Açúcar e do Álcool; Engenheiro Jorge Altala pela Associação dos Usineiros e Agrônomo João Agripino pela União dos Fornecedores de Cana, presentes o Dr. Nilo Arêa Leão Delegado do I.A.A. em São Paulo, o Dr. Eduardo Figueiredo Diretor do Instituto Biológico, Agrônomo Dalmyro Almeida Chefe do S.T.A., da DAP e representantes da classe.

Falaram durante o ato, ressaltando a significação do Convênio os Srs. Herbert Levy, José Motta Maia, Jorge Altala e João Agripino.

O Convênio, em seu teor, será publicado no próximo número.

SÃO FRANCISCO

Uma das regiões mais ricas do País e que já oferece um razoável índice de expansão e crescimento econômico, é aquela que se estende pelo vale do Rio São Francisco. A produção de cebola daquela área tem aumentado de forma expressiva nos últimos anos, assim também uma série de produtos hortigranjeiros, frutas e várias fibras. Agora surge a informação de que sessenta mil sacos de arroz, plantado por agricultores da região ribeirinha do São Francisco e procedentes de campos de cooperação, estão sendo beneficiados pela Secretaria de Agricultura, em suas usinas instaladas em Cabrobó e Belém do São Francisco.

Êste mês, será iniciada, no engenho Ilha de Assunção, a moagem da safra de cana-de-açucar, com uma produção prevista de 150 mil rapaduras, beneficiando cêrca de 60 pequenos agricultores.

REI DO AÇÚCAR

O Serviço de Documentação (Divisão Administrativa) do I.A.A. registra a importante oferta, pela University of Hawaii Press, de Honolulu, do livro «CLAUS

O Instituto do Açúcar e do Álcool e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico contrataram um convênio para financiamento através do FINEP — no valor de NCr$ 29.000,00, destinado ao custeio parcial do estudo de viabilidade técnico-econômico-financeira, a cargo da Emprêsa de Consultoria SERETE de Estudos e Projetos Ltda., para a implatação no Nordeste de uma indústria de Furfurol. *Na foto acima, o momento em que o Presidente do I.A.A., sr. Evaldo Inojosa, assinava o convênio, observado pelos srs. Jayme Magrassi de Sá, Presidente do BNDE, e José Motta Maia, Diretor da DAP do I.A.A. Presentes à assinatura os srs. Pimentel Lôbo, Alfeu Maciel e Admo Teixeira.*

O mês de agôsto foi muito importante para o Nordeste. Durante uma semana, o Govêrno Federal foi instalado naquela região, a maior parte no Recife, ocasião em que o Marechal Costa e Silva visitou a Usina 13 de Maio, que está sob a intervenção do I.A.A., para levar uma mensagem de esperança aos trabalhadores rurais do Município de Palmares. A reportagem de BRASIL AÇUCAREIRO estêve presente e em nosso próximo número publicaremos ampla reportagem sôbre o assunto, relatando minuciosamente todos os acontecimentos, principalmente os relacionados com a agroindústria açucareira.

O agrônomo Carlos Eduardo Ferreira Pereira, é o nôvo Inspetor Técnico Regional de Pernambuco. A sua posse acorreram várias personalidades, entre elas representantes do Banco do Brasil e da Cooperativa dos Usineiros. No flagrante acima. vemos a partir da esquerda os srs. José Lacerda de Melo, Vinitius dos Anjos, o nôvo Inspetor e, representando o Delegado do I.A.A., o sr. Jair Cavalcanti.

O combate as pragas da cana-de-açúcar vem sendo encarado com muita seriedade pelo I.A.A. através da Divisão de Assistência à Produção justamente onde B R A S I L AÇUCAREIRO foi encontrar, junto ao sr. Motta Maia, o principal entomologista da Estação Experimental da Hawaian Sugar Planters' Association. O sr. Fred A. Bianchi (ao centro) assinalou na ocasião que a permanência do professor Pietro Gualiumi entre nós é o prenúncio do fim da "cigarrinha" em nossos canaviais. Disse, ainda, o técnico havaiano que pretende permanecer durante algum tempo no Brasil, prometendo-nos, ao fim de sua estadia, publicar em nossa Revista um relatório de suas observações.

SPRECKELS The Sugar King in Hawaii» — do escritor Jacob Adler, ilustrado por Joseph Feher, obra de conteúdo histórico e onde narra o autor da vida do «Rei do Açúcar no Hawaii», Claus Spreckels.

Nessa obra, de indiscutível interêsse para os estudiosos dos assuntos ligados a agroindústria canavieira internacional, são apresentados aspectos sócio-econômicos da produção açucareira daquela região do Pacífico.

Oportunamente, esta Revista, atendendo ao interêsse do problema, divulgará com maiores detalhes alguns de seus capítulos.

INTERNACIONAIS

GILBERTO FREYRE

— «Vivo, hoje em Aspen um dos grandes momentos de minha existência. Concedem-me uma honra que excede meus objetivos e minhas ambições», declarou o sociólogo Gilberto Freyre.

Na cidade de Aspen, Estado do Colorado, Estados Unidos, o escritor Gilberto Freyre fêz esta declaração agradecendo a outorga de importante prêmio no valor de US$ 30 mil, sem dedução de impostos.

O presidente Lyndon Johnson, dirigiu telegrama ao sociólogo brasileiro, destacado a reputação internacional do autor de **Casa Grande & Senzala** e o seu «impacto sôbre os escritores de todo o mundo.» Por outro lado, o presidente do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos afirmou que uma comissão de seleção havia escolhido o sr. Gilberto Freyre como «o homem que, em qualquer parte do mundo, mais contribuiu para a Humanidade.»

O orador principal da solenidade foi o ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, sr. Lincoln Gordon, Presidente da Universidade de John Hopkins, em Baltmore, Maryland.

CENTRO AGRÍCOLA

O Centro Agrícola Nacional de Stoneleigh, nos Midlands inglêses — estabelecido com a finalidade de assessorar a agricultura britânica — será oficialmente inagurado no próximo mês de setembro, em terreno de 150 hectares da Real Exposição de Agropecuária, acontecimento que anualmente atrai no mês de julho milhares de agricultores estrangeiros à Grã-Bretanha.

ENCONTRO

Será realizada êste ano, de 17 a 23 de setembro, em Caracas, Venezuela, a VII Reunião Latino-Americana de Fitotécnica, sob os auspícios da Associação Latino-Americana de Fitotécnica (ALAF), do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA) e da Fundação Rockfeller. Como nos anteriores, o encontro se destina ao debate de problemas técnico-científicos e ao intercâmbio de experiências entre os pesquisadores que se dedicam a investigações fitotécnicas nesta parte do continentee americano.

BORRIFAÇÃO

A produção de meio milhão de gotículas com uma única gôta de líquido é hoje possível graças a um aparelho de borrifação agrícola recém-lançado na Inglaterra. A produção de cinco milhões de gotículas por milímetro de produto químico, possível com o nôvo sistema, provàvelmente revolucionará a aplicação de inseticidas nos campos e pomares.

O combate mais eficiente às pestes só é possível com a borrifação uniforme de cada fôlha, o que exige, pelo menos, um padrão de 650 gotículas por 6 centímetros, até mesmo nas condições mais difíceis. Experiências com o nôvo sistema, chamado **Turbair Tot**, demonstraram já que tal resultado é fàcilmente conseguido com o emprêgo de apenas um litro de líquido por hectare.

DEMERARA PARA A ÍNDIA

A possibilidade de a Índia importar açúcar demerara do Brasil foi objeto de consulta por parte da firma indiana L. G. Ghataka à nossa representação diplomática em Nova Delhi. A produção de açúcar naquêle país vem sendo comprometida nos últimos anos pela sêca que assola as principais zonas açucareiras situadas ao norte da Índia.

QUOTAS DE AÇÚCAR

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos anunciou a redistribuição de quotas de açúcar (notadamente as resultantes do déficite de Pôrto Rico), num total de cêrca de 430.000 toneladas a 19 países do hemisfério ocidental, especialmente a República Dominicana, México, Brasil e Peru.

Com as novas quotas, a República Dominicana poderá exportar, no corrente ano, para os Estados Unidos 590.000 toneladas de açúcar. De acôrdo com o «Sugar Act» dos Estados Unidos, o presidente pode atribuir quotas especiais «na carga excepcional e pesada das despesas de recuperação neste ano.»

MARROCOS

A exportação de dez mil toneladas de açúcar para o Marrocos, no período compreendido entre junho de 67 e maio de 68, foi um dos pontos de destaque do relatório que o Ministro da Indústria e do Comércio, general Edmundo de Macedo Soares e Silva entregou ao Presidente da República, expondo suas principais atividades desde 15 de março.

DIVERSAS

POLÔNIA OFERECE AJUDA

A embaixada da Polônia no Brasil ofereceu a empresários brasileiros que pretendam investir no Nordeste assistência técnica e equipamentos industriais, sendo que êstes poderão ser importados em linha de crédito com repasse do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

A Polônia se propõe, nos termos de uma carta enviada à SUDENE, a entregar imediatamente fundições para ferro e metais ferrosos e fábricas de cimento e de material pré-moldado para construção civil, além de colocar à disposição do empresário brasileiro assistência técnica e científica, com treinamento de pessoal.

Tal assistência abrangeria os setores da indústria química, fábrica de concentrados de gipsita ou pirita, fábrica de anilinas e produtos químicos orgânicos e inorgânicos em geral, indústria civil, fábricas de cimento, de pré-moldados para construção de casas, placas de madeira, material refratário e de porcelana, indústria alimentar, usinas de açúcar, fábricas de ácidos e de farinha de peixe, matadouros e frigoríficos.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Através de recursos de US$1.874.000, em sua maior parte fornecidos pela FAO, será instalado no Instituto Biológico de São Paulo, um Laboratório Central de Defensivos Agrícolas. O Laboratório desenvolverá suas atividades em âmbito nacional, orientando pesquisas e estudos, quanto à produção, ensaios e uso de defensivos agrícolas na lavoura do país.

O Instituto Biológico de São Paulo realiza, atualmente, experiências com tipos novos de inseticidas para o combate às pragas do algodoeiro e aos insetos que atacam grãos armazenados.

SORBONNE NO I.A.A.

O Serviço de Documentação (Divisão Administrativa) do Instituto do Açúcar e do Álcool, foi distinguido, recentemente, com a visita do ilustre professor Léon Bourdon, catedrático da Sorbonne, Paris, onde leciona como membro efetivo de Estudos Portuguêses e Brasileiros.

Na oportunidade da sua visita, em palestra com o diretor desta Revista, Claribalte Passos, o professor Bourdon informou-nos do alto conceito que desfruta a autarquia canavieira na Sorbonne, particularmente devido às iniciativas científicas e no campo das publicações técnicas e culturais.

DESIGNAÇÃO

Através de ato do sr. Erival de Menonça Uchôa, chefe do Gabinete da Presidência do I.A.A., foi designada e tomou posse no cargo de secretária do chefe do Gabinete, a srta. Arlette Baffa.

OFERTAS DO DASP

A chefia do Serviço de Documentação agradece à Seção de Publicações do DASP (Serviço de Documentação), a oferta dos seguintes opúsculos: «Vencimentos dos Serviços Civis e Militares e Regime de

Tempo Integral e Dedicação Exclusiva» (1966) — «Reajustamento Salarial dos Servidores Civis e Militares da União; Gratificação pela Representação de Gabinete e Regulamentação do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva» (1967) — «Readaptação» (Decretos ns. 57.460 e 57.461 — 1966) — «O Comportamento do Indivíduo na Organização», de Caetana Myriam Parente Cavalcante — «Aspectos de Relações Públicas», de Sylla M. Chaves — estas duas publicações, editadas em 1966.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO

Fundado em 1949, no Recife, o Instituto Joaquim Nabuco de Pequisas Sociais — que tem no poeta e jornalista Mauro Mota seu Diretor-Executivo — completou, dia 21 de julho último, dezoito anos em meio às mais expressivas demonstrações de aprêço por parte de intelectuais e autoridades.

Instituição das mais eficientes, — no âmbito do Ministério da Educação e Cultura —, o IJNPS teve como seu principal criador o sociólogo Gilberto Freyre, o qual, em dezembro de 1948, como deputado apresentou o projeto vitorioso a respeito daquela entidade de investigação social.

Considerando os seus recursos econômicos, assim, também a importância de suas iniciativas culturais de indiscutível relevância, o IJNPS cumpriu as suas atribuições. Mantém o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais sete departamentos técnico-científicos, uma Biblioteac de Ciências Sociais e um Museu de Antropologia.

De 1957 até os nossos dias, levou a efeito o IJNPS nada menos de sessenta e duas (62) importantes pesquisas, numa expressiva média de seis por ano, incluindo as que ora se desenvolvem, a saber: Modificações no Etos Cultural do Grande Recife; Pesquisa sôbre Juàzeiro-Petrolina; Equipamentos Básicos do Nordeste; O Lazer entre os Trabalhadores da Zona-da-Mata de Pernambuco; Participação da Mulher no Mercado de Trabalho; O Engenho de Rapadura; Transplantação da Cana para a área Sertaneja e suas Repercussões Sócio-econômicas; Pesquisa sócio-econômica no Vale do Moxotó (convênio no DNOCS); História do Seminário de Olinda; Estudo Histórico das Cheias do Recife.

Aliás, estamos informados que o IJNPS vai realizar uma pesquisa em tôrno do desenvolvimento da moda masculina no Nordeste, a partir do ano de 1 900. BRASIL AÇUCAREIRO registra, com simpatia, o fato, mesmo porque o IJNPS vem mantendo com o I.A.A., através desta Revista, um trabalho de intercâmbio cultural.

EXPOSIÇÕES

O Instituto do Açúcar e do Álcool, através da Divisão de Assistência à Produção e Divisão Administrativa (Serviço de Documentação), participou de duas exposições. A DAP organizou o stand do I.A.A. na Feira-Exposição Agro-Científica e Industrial de Piracicaba, por ocasião das comemorações do segundo centenário daquele município paulista. Já o SD orientou a montagem dos painéis do I.A.A. na exposição agropecuária que o Ministério da Agricultura apresentou em Brasília, obedecendo o seguinte tema: OBJETIVOS PRIORITÁRIOS DA PRODUÇÃO. Em nosso próximo número publicaremos reportagem detalhada de ambas as exposições com a transcrição, inclusive, da plaquete que a DAP apresentou em Piracicaba.

DIFUSÃO DE ADUBOS

Acaba de ser constituída, em São Paulo, a Associação Nacional para Difusão de Adubos, reunindo, inicialmente, dezenove emprêsas produtoras e misturadoras de fertilizantes. Seu principal objetivo é promover o equacionamento dos problemas afetos aos setores da produção e comercialização de adubos, sendo a seguinte a diretoria-executiva: Presidente — Lucas Carlos Baptistella; vice — Wilson Alves de Araújo; tesoureiro — José Fernandes Bastos Sampaio; secretário — Roberto Montenegro; coordenador — Lair Antônio de Souza; e secretário-executivo José Drumond Gonçalves.

JUDITH GLEASON E O FOLCLORE NEGRO NO BRASIL

CLARIBALTE PASSOS

HÁ inconteste mérito no sério estudo que a escritora norte-americana Judith Gleason está elaborando — após empreender pesquisas no Brasil — visando entregá-lo à publicidade ao ensejo do seu retôrno aos Estados Unidos.

O seu trabalho é todo êle calcado na história da mãe do *Rei Ghezo* oriundo de Abomei, África (hoje Daomé) —, a qual, segundo pesquisadores, foi transportada para o nosso Estado do Maranhão, alí fundando a seita "mina", cingida à liturgia negra "gêge-nagô".

No concernente aos negros "minas", ou seja, os negros Fanti--Ashanti, pouco resta dêles no Brasil, senão o têrmo denominado "Bosum" (divindade ou santo), comumente empregado, no sentido de encanto mágico ou felicidade. É o mesmo que "bozó", interessante forma mítica, que o eminente Prof. Artur Ramos observou no Estado da Bahia, mas com o sentido de feitiço, magia, coisa-feita.

Os negros "tshis" ou "minas" (da linha gêge-nagô) têm formas bastante aproximadas ao "gêges" ou "daomeianos", cingidos a uma lei geral da liturgia negra, segundo a qual uma forma evoluída tende a predominar sôbre as demais.

Afirma o etnólogo e antropologista Artur Ramos que a mítica dos "gêges" ou "ewes" foi quase totalmente assimilada à "yoruba", em nosso País, a julgar pela aproximação delas. Mencionam-se entre os santos ou divindades daomeianos: "Mawu", Khebiosô", "Legba", "Anye-ewo", "Koko", "Hoho", "Sapanan", "Wu". Todos foram absorvidos pelos *orixás* nagôs correspondentes, no Estado da Bahia.

A escritora Judith Gleason estêve recentemente em demorada visita à cidade de São Luís, no Maranhão, indo em seguida, ao Recife, Olinda e Salvador, centros culturais nordestinos, nos quais conseguiu observar, estudar e recolher expressivo material folclórico destinado ao livro ora em avançado estado de preparação.

Na tradicional São Luís, Judith Gleason assistiu embevecida várias cerimônias da seita "mina" impregnadas de grande beleza. Na mesma oportunidade, a arguta pesquisadora norte-americana anotou numerosas cantigas e emocionou-se profundamente com o "Bumba-meu-boi". É sabido que o *auto* Bumba-meu-boi está cingido ao chamado "cíclo do boi" no Nordeste, como igualmente — segundo o Prof. Luís da Câmara Cascudo — pertence ao "cíclo do Natal", ampliando-se até o Dia de Reis, a 6 de janeiro. Em cada Estado brasileiro o aludido folguedo tem os seus elementos locais que o diferenciam de outras regiões.

O chamado "auto" nada mais é do que a forma teatral de enrêdo popular constituído por bailados e cantos, calcado em tema religioso ou profano, sòmente apresentado em público na época do Natal (dezembro-janeiro). Nos dias atuais, o "auto" passou a representar uma sobrevivência totêmica no Brasil — segundo a acepção do etnólogo patrício Artur Ramos, enquanto que o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre nêle descobre a identificação do boi com o negro, ao passo que o branco é o cavalo.

No tocante à origem do "auto" do "Bumba-meu boi" os estudiosos divergem bastante. Alguns acham que provém das festividades do "Boeuf gras", procedente da França; outros, lembram ser oriundo do famoso "Monólogo do Vaqueiro" de Gil Vicente, que teve a sua representação em Lisboa no ano de 1502; e, ainda outros, mencionam as "Tourinhas" minhotas e que essa origem emana da liturgia *afro-bantu,* na evocação das festas da "Ba-Naneca", quando o boi é conduzido em procissão e homenageado com cantos e instrumentos especiais.

Todavia, qualquer que tenha sido a sua origem — o "Bumba-meu-boi" adquiriu característica de coisa nossa e incorporou-se definitivamente ao nosso folclore, obtendo por assim dizer "vida própria e originalidade nativa".

Sob todos os aspectos — o "Bumba-meu-boi é o bailado popular mais expressivo de quantos ainda existem no âmbito do nosso cancioneiro folclórico. O tema melódico, sem dúvida, é sobremaneira atraente e de acôrdo com os métodos brasileiros de canto e harmonização. E isto, porque, o *tema* é sentido e vivido por todos os participantes do bailado, além da colaboração dos espectadores dentro da massa popular ser absolutamente efetiva.

Não foi sem motivo, pois, que a escritora Judith Gleason vibrou diante do bailado do "Bumba-meu-boi" durante sua estada em São Luís, Maranhão, observando nêle a manifestação de esplendente significação estética e social capaz de justificar seu desafio ao tempo.

FREVO, CABOCOLINHOS E MARACATU

MAURO MOTA

«Dão-se algumas vêzes nas igrejas espetáculos e divertimentos de teatro, e introduzem nesses espetáculos e nesses divertimentos monstros mascarados... Eu vos conjuro a exterminar êste costume.»

Em Pernambuco, cumpriram religiosamente às avessas a decretal do Papa Inocêncio III. Às avessas cumpriu-se também a pastoral do bispo de Olinda, Dom Frei José Fialho, que proibia dramas e danças dentro das igrejas ou nos pátios, e até mesmo «danças de homens com mulheres dentro de casa».

Oposto às saturnais e bacanais, o carnaval nasceu aqui às portas das igrejas na coroação dos reis do Congo, que os grupos africanos dessa nação elegiam. Koster testemunhou a cena em Itamaracá. No Recife, começou na, ainda hoje de pé e em culto, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Negros. Aí, em 1801, houve a posse de Dom Domingos. Consta do auto: «Estando nós todos com assentos, juiz, escrivão, procurador, tesoureiro e mais vogais desta santa irmandade, demos posse a Dom Domingos Marques de Araújo, primeiro-rei do Congo dêste lugar da Boa Vista, por ordem e despachos, que tivemos dos magistrados dêste país; e porque estamos assim contentes lavramos êste têrmo em que todos nós nos assinamos».

Êsses reis do Congo ostentavam coloridas coroas de lata ou papelão; uniforme de aparência real e cetro de madeira dourada. A rainha, vestido azul de sêda.

Não era só o ato de coroar. Havia a côrte, com príncipes, secretários, mestres de campo, damas de honra, açafatas. O quadro militar, com os postos correspondentes aos do Exército, até general. O tratamento de majestade e excelência, contra os quais reagiu o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

Essa monarquia transfigurou-se no maracatu, hoje um dos aspectos mais pernambucanos do carnaval de Pernambuco. Vejam-se os cortejos formados à maneira dos primitivos. Todos os elementos. Do rei e da rainha aos vassalos. E mais o baliza, a boneca enfeitada, o embaixador, conduzindo a bandeira de ricos bordados a linhas de ouro, as mulheres de branco, entre archeiros e luminárias.

Os trajos das figuras, heranças dos antigos séquitos, aprimoram-se de ano a ano. Há nêles uma orgia de sêdas e arminho, veludos e damasco, rendas e côres, adereços, lantejoulas, espelhos, tetéias, colares, pulseiras, tôda uma série de vistosos atavios.

Só os músicos vestem-se sem luxo: calças e sapatos brancos, camisas de meia. Usam apenas instrumentos de percussão: zabumbas, triângulos e agogôs. Grosso e escuro batuque evocador do exílio da raça. Também as cantigas refletem a nostalgia ancestral:

Côro

Ô leluê
Ô leluá
Ô lê-lê-lê,
Ô lelêluê,
Ô lelêluá,
Ô lalá...

Tirador

Eu vou-me imbora para Luanda!
Eu vou-me imbora e não vorto cá...
Apronta o barco, ô barquero,
No verde má de navegá!

Côro

Ô lê-lê-lê,
Ô lelêluá,
É o má de Punga,
É o verde má,
É o verde má,
de navegá!

Eis os maracatus mais importantes do Recife: Cambinda Velha, Leão Coroado, Nação de Pôrto Rico e Elefante. O Elefante circulou, nesta cidade, mais de um século e teve uma rainha famosa: Dona Santa. Coroada aos vinte anos, morreu em 1962 aos 86. Durante êsse tempo todo, só duas vêzes deixou de vir à rua nos dias da apresentação de sua côrte: quando morreram o marido e o irmão.

Ela, a filha, o neto e o bisneto representaram quatro gerações da família no cordão. O espadim de comando jamais foi simples ornato no seu manejo. Dona Santa exercia a autoridade sôbre os súditos com assombrosa vigilância. Ao menor desvio nos tambores ou na postura do pessoal, seguia-se a reprimenda da rainha. Bastava o olhar (sem óculos) ou um gesto para que tudo retomasse a linha e fôssem substituídas as notas por acaso desafinadas.

Foi diante do esplendor folclórico do Maracatu Elefante que Katherine Dunham gritou, na Rua Nova, o apêlo até hoje sem atendimento: «Mostrem isso ao mundo!»

Êsse esplendor folclórico tem sido tema de admirável intérprete da nossa música popular: Capiba. Os maracatus de Capiba traduzem fundo as angústias e a religiosidade afro-brasileiras. Um dêles, com versos de Ascenço Ferreira e de contagiantes valores melódicos, ficaria associado também à história pitoresca do Santa Isabel, onde teve, há anos, a «première.»

O amor tem sido para mim liamba,
Um côco eterno numa corda bamba!
Camba pr'aqui para acolá descamba:
Deus me livre mais de amar!

Por isso mesmo macaco me lamba
....
Ô lê-lê!
Ô lá-lá!

Bela môça do **soçaite** da época puxava a cantiga. No bis do «Macaco me lamba», o poeta Austro Costa tomou a letra ao pé da letra. Perdeu a tramontana e gritou de cima da torrinha, com o teatro superlotado: — Senhorita, isso não é serviço pra macaco!

Mesmo com a sua história e a sua opulência, o maracatu não está só como elemento característico do carnaval pernambucano. Junto dêle está o frevo sem competição em qualquer parte. Quem inventou a palavra, aplicando-lhe logo a corrutela, foi o repórter Paula Judeu, no «Jornal Pequeno», em 1909. A palavra pegou. O povo antecipara o significado, fervendo na praça, quando tocavam as orquestras carnavalescas. Pereira da Costa registra os derivados frevança e frevar. Fôsse com que nome fôsse, o frevo existia, aqui, muito antes, como agente do ânimo, do movimento e das extroversões populares.

Já no seu jornal «O Carapuceiro», em 1837, o padre Lopes Gama criticava o «turbulento galope». Sem qualquer comiseração eclesiástica:

«Ora, uma senhora a galopar, isto é, arremedando cavalos! Mas, o que se lhe dá de fazer se é do grande tom o dar coices numa sala? O galope já passa a furor. Em qualquer companhia, em guinchando a rebequinha e ferindo o tom, já ninguém se pode ter e toca tudo a galopar: moças, velhas, rapazes e velhos — tudo entra a dar coices que parece vem a casa abaixo; cada um trava do seu par e as salas, o corredor, os quartos, a cozinha, tudo é pequeno âmbito para o santo galope. Dizem-me já ter acontecido (valha a verdade) que um dêsses pares galopadores, começando na sala, foi calcurriando e espivateando pelo corredor, e daí eclipsaram-se ambos (êle e ela) pelas escadas abaixo e ninguém mais lhe pôs o ôlho».

Daí em diante, os outros pares teriam de fazer a mesma coisa: ganhar a rua e desapartar para a confraternização geral. O «santo galope» evoluia para o frevo, pois o frevo é dança de rua, embora se possa fazer o passo individualmente no «pequeno âmbito». Nos «dancings» dos clubes ou nos palcos da TV. Deve-se ao musicólogo pernambucano Valdemar de Oliveira claríssima fixação dessa diferença. Ao identificar a ascendência da música do frevo (polca, dobrado e quadrilha) considera que não houve mistura: houve combinação. «O passo é dança individual; o frevo é dança coletiva. Quem dança é o passista. Os passistas em conjunto, isto é, acotovelando-se, empurrando-se machucando-se, dão lugar ao frevo, Tomada de uma loucura geral, a multidão delira. Não se pode organizar um concurso de frevo. Organiza-se um concurso de passo».

Ésses concursos de inscrição na hora realizam-se em todos os carnavais do Recife para concorrentes avulsos ou de clubes. Em um dêles, testou-se juridicamente o «delírio da multidão». O Juiz de Direito Leopoldo Lins, austero no exercício da vara, estava pelas atribuições do cargo, reduzido a espectador. Olhava. Olhava, apenas. De repente acordou nêle o folião do tempo de estudante. Entrou no frevo.

O frevo dispensa canto e exige acompanhamento orquestral típico. Criou a própria música com os precursores em Zuzinha; da Banda do antigo 40º da Infantaria, Juvenal Brasil, dos Lenhadores, e Manuel Guimarães, do Vassourinhas. O frevo desenvolve-se em várias formas de passo. A mais antiga talvez seja a capoeira, aqui introduzida pelos africanos, segundo Beaurepaire Rohan. O Vocabulário Pernambucano define a capoeira como «luta ou espécie de exercício ou jôgo atlético, praticado por indivíduos de baixa esfera, vadios, desordeiros, e no qual esgrimem os lutadores cacêtes e facas, e servindo-se ainda, em passos próprios, que obedecem a umas certas regras e preceitos, dos pés e da cabeça, valentes ágeis e ligeiros...»

Sem a faca e o cacête, empregados só em alguns encontros mais quentes, e menos carnavalescos, e dando, na dança, unicidade aos «indivíduos da baixa esfera» e aos da alta, abolindo a divisão de classes, (conquista social do carnaval pernambucano) a capoeira entrou para o frevo ao lado de outros movimentos: a tesoura, a dobradiça, o passo do urubu malandro e as chãs, a de barriguinha e a de bundinha, conforme as alternativas e os desenhos terrestres e espaciais feitos pelos dançarinos.

Mas não se limita o frevo, e seria difícil limitá-lo em qualquer sentido, a seguir êsses modêlos de sua inspiração. Nem a seguí-los isoladamente, um de cada vez. O comum é alterná-los na mesma exibição com rapidez e acréscimo de outros improvisados no momento pelo poder imaginativo e bailomaníaco dos passistas.

O frevo só tem uma disciplina: a da indisciplina criadora. Orson Welles filmou-o no Pás Douradas. Gert Malmgrem levou-o para o Ballet Joss. Nina Verschnina ficou deslumbrada com êle. Renato Almeida e Curt Lange estudaram-lhe os aspectos musicais, sendo êstes mais divulgados composições de Nelson Ferreira e Capiba.

O frevo tem lucidez na loucura pela contribuição pessoal solicitada dos participantes. Assim dilata a sua coreografia. Nela os passistas atuam com tanta realidade que até parecem criaturas artificais, de peças desmontáveis. Que ora dobram e escondem pernas e pés, ora chutam para se verem livres de ossos incômodos. O folclore registra:

> O frevo que mais consola,
> o que mais nos arrebata,
> é o frevo que se rebola
> ao lado de uma mulata.

Homens, mulheres e crianças, que se desengonçam como bonecos de armar e se concertam no mesmo instante. Com êles dança o guarda-chuva aberto e colorido, suporte aéreo dos tempos da dança, como se o chão ainda fôsse pouco. Na Praça da Independência, nas Ruas Nova, Imperatriz, Imperador, Hospício e Concórdia, o calçamento amolece sob os saracoteios dêsses dançarinos. Saracoteios no auge quando desfilam os clubes com as suas orquestras: Pás, Vassourinhas, Lenhadores, Toureiros de Santo Antônio, Cachorro do Homem do Miúdo.

Também nessas ruas do centro recifense, aparecem os Canindés, os Tupirapés, os Taperaguases. São os conjuntos dos cabocolinhos (aqui ninguém chama caboclinhos). Rostos pintados a tinta de açafrão. Camisas de meia encarnadas, calções azuis, perucas de fibras de caroá, colares de sementes, cocar, braceletes e tanga de penas policrômicas. Tambores e gaitas. O cinto de corda serve para sustentar nas traseiras a coleção de chocalhos. As flechas, presas a uma corda, ao serem disparadas, voltam nos arcos, produzindo as batidas individualizantes. Deveriam atingir os colonizadores.

Os cabocolinhos representam a luta entre os indígenas e os brancos na fase do apressamento. Dizem palavras tupis mas sem coordenação melódica. O forte é a dança. Bailam e o seu bailado é de extraordinária riqueza de atitudes e narrativa.

Êsse auto, originário de Pernambuco, só em Pernambuco alcança o nível de expressão, que o aconchega ao fato primitivo. Êsse auto mais o frevo e o maracatu, o frevo como núcleo, fazem o carnaval pernambucano de Pernambuco.

CANA CAIANA

LUIS DA CAMARA CASCUDO

CANA Caiana é a única *Saccharum officinarum* a denominar aguardente, ingressando na rica sinonimia da cachaça.

Melo Moraes Filho recolheu um BAILE DA AGUARDENTE, ("Serenatas e Saraus", I°, Rio de Janeiro, 1902), pequenino Auto participando dos "Bailes Pastorís", cantados e dansados deante dos Presépios, no ciclo do Natal. Aguardente ostenta o nome de "Caiana":

Eu quero beber
Bebida humana.
Pois está em uso
A bela Caiana!

Batizou um livro de poemas de Ascenso Ferreira, ("CANA-CAIANA", Recife, 1939), onde reaparece um ditirambo popular: —

Suco de cana-caiana
passando nos alambique,
pode sê qui prejudique
mas bebo toda sumana...

As primeiras mudas vieram de CAYENNE, capital da Guiana francesa, então domínio de Portugal, chegando ao Rio de Janeiro em maio ou junho de 1810, deduzindo-se do registro do Padre Perereca, (Cônego Luís Gonçalves dos Santos, 1767-1844, MEMÓRIAS PARA SERVIR À HISTÓRIA DO REINO DO BRASIL, I°, 332, Rio de Janeiro, 1943): — "Sim, também desta colônia francêsa, presentemente sujeita ao domínio do Príncipe Regente Nosso Senhor, foi remetida para esta Côrte, pelo brigadeiro Manoel Marques, governador da mesma colônia, uma preciosa coleção de plantas especieiras, e frutíferas, extraídas do célebre jardim chamado Gabriela, onde os franceses as cultivavam com todo o desvêlo e ciume. Muitas destas plantas ficaram no Pará,

outras em Pernambuco, e grande número delas chegaram a êste pôrto do Rio de Janeiro, carregadas a bordo do brigue "Vulcano", do comando do capitão-tenente Joaquim Epifânio de Vasconcelos, e logo foram remetidas para o real jardim da lagoa de Freitas, para ali se cultivarem. Juntamente com esta remessa de plantas vieram canas sacarinas da mesma Caiena, as quais pela sua enorme grandeza, e grossura, se fazem apreciaveis, e prometem grandes vantagens à cultura, e fabrico do açúcar, e muito maiores ainda para a distilação das águas ardentes, visto serem as ditas canas muito suculentas".

Em 1768 o navegador Bougainville encontrara-as na ilha de Taiti, vindas da Índia ou mais provavelmente da Polinésia, origem do povoamento insular. Samuel Wallis, o descobridor do Taiti, deparara-as em 1766, cana-de-açúcar, coqueiros, bananeiras, inhame, fruta-pão. Commerson, o naturalista da expedição Bougainville, dois anos depois, afirmara serem produtos da flora da Índia. Tôdas essas espécies estavam disseminadas por quase tôdas as ilhas dos mares do Sul, de uso tradicional e antiqüíssimo por tôda a Polinésia, povoadora do Taiti. Exceto a fruta-pão, (*Artocarpus incisa,* Linneu, vinda em 1810), as demais estavam aclimatadas no Brasil desde a segunda metade do séc. XVI. Bougainville trouxe as sementes para as ilhas Mauricia, ("de France") e Bourbon, (Reunion), de onde as recebeu a possessão francesa vizinha ao Brasil, dizendo-as "Cana de Bourbon". Divulgaram-se em Cayenne, sede de maior concentração canavieira, inicialmente utilizadas na fabricação das tafiás, determinando alto número de *Rhumeries,* antes que produzissem o açúcar, segundo a informação de Augusto de Saint-Hilaire. O açúcar nunca atingiu nível suficiente ao consumo local ainda em 1960.

A tafiá é aguardente do mel.

Em 1810, é a data histórica, vencendo os 5.000 quilometros de distância, a Cana-Caiana veio reinar no Brasil. Cito "data histórica" porque há a tradição de D. Francisco de Sousa Coutinho, entre 1790-93, havê-la introduzido no Pará, tendo-a, bem pouco possível, da Guiana Francesa, alcançando Pernambuco e mesmo a Bahia.

Os naturalistas viajantes no quinqüênio 1815-1820 deparam a Cana-Caiana dos engenhos fluminenses, (Wied-Neuwied), aos pernambucanos, (Henry Koster). Escreveu êste: — "Sua superioridade é tão evidente que, depois de rápido ensaio em cada propriedade, substituiu a pequena cana-de-açúcar, geralmente plantada": (VIAGEM AO NORDESTE DO BRASIL, XVI). Wied-Neuqied equivoca-se: "Cultivavam a princípio a cana da Caiena; tornando-se, porém, conhecida a do Taiti e revelando-se esta muito mais produtiva, substituiu quase completamente aquela". (VIAGEM AO BRASIL, III). Era a mesma. Competira e

vencera a velha CANA-CRIOLA inicial, vinda da ilha da Madeira que a recebera da Sicilia, plantada pelos mouros, e fundara a indústria açucareira no Brasil. A Cana-Caiana resistia mais a falta de chuvas, adaptando-se aos terrenos sêcos, embora o maior teor sacarino fosse acentuado na maturação.

O Prof. Renato Braga, (PLANTAS DO NORDESTE, 118) esclarece: "Tanto a "Caiana" como outras variedades posteriormente introduzidas: "Preta", "Roxa", "Bambu", ou "Salangor", "Cavangire", "Imperial", de Pernambuco, "Amarela", "Fita ou Listrada", "Rajada", "Rósea", etc, foram quasi totalmente substituídas, a partir de 1930, pelas variedades javanesas e outras canas híbridas, além de mais produtivas, resistentes ou tolerantes ao "mosaico".

Essas variedades soavam no ritmo aceso das "emboladas", pelos cambiteiros dos engenhos nordestinos: —

> Cana-Caiana, Cana Roxa, Cana Fita.
> Cada qual a mais bonita,
> Todas boa de chupá!
> A Cana Preta, Amarela, Pernambuco,
> Quero vê descê o suco
> Na pancada do ganzá!

O MUSEU DO AÇÚCAR NO FOLCLORE

A participação do Museu do Açúcar, do I.A.A., com sede no Recife, no folclore caracterizou-se pelo recolhimento e exposição de material empregados nos folguedos populares que tinham lugar em tôda região canavieira.

A exposição O AÇÚCAR E O HOMEM *que marcou a inauguração do Museu do Açúcar reuniu diversos temas folclóricos como o* bumba-meu-boi, *que aparece representado em diversas fotografias e textos-legenda de vários especialistas do assunto.*

Na foto um "boi", obtido em Alagoas, e agora pertencente ao acêrvo do Museu do Açúcar, atualmente sob a direção de Luís Oiticica.

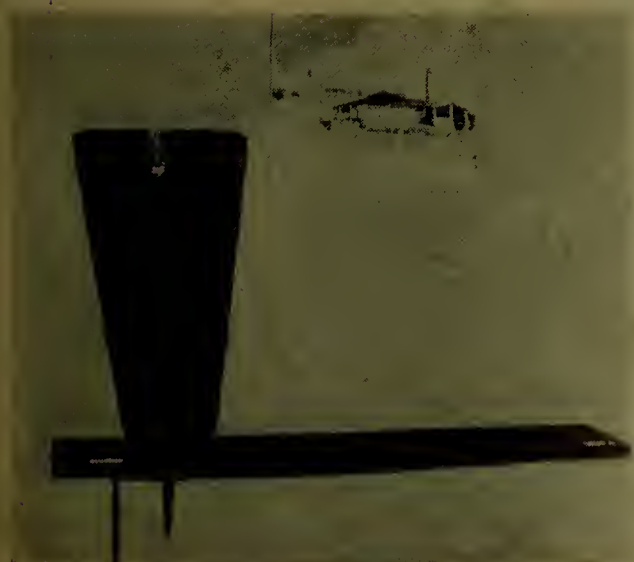
A foto de Lula Cardoso Ayres (abaixo) mostra uma família que trabalha no canavial, repousando e fazendo sua refeição, enquanto aguardam o reinício de suas tarefas no campo. Compondo o painel aparecem alguns objetos usados pelos trabalhadores para seu lazer.

Uma fôrma em madeira, usada nos velhos engenhos de açúcar.

Figura popular em Pernambuco é o velho Mateus (foto), personagem do bumba. *Durante os festejos êle aparece caracterizado com o chapéu que vemos em primeiro plano, montado na "burrinha".*
Essa peça folclórica foi adquirida pelo Museu do Açúcar através do professor Théo Brandão, pesquisador do assunto.

A carruagem que etá localizada numa das salas de exposição do Museu do Açúcar já serviu de transporte aos senhores de engenho na zona sul do Estado de Pernambuco.

As peças folclóricas usadas nos festejos do bumba-meu-boi *são as mais variadas. Na foto aparecem a "burrinha" e outros objetos usados pelos diversos personagens que integram estas festividades.*

Fotos de Cloris Brum

O JÔGO DE BICHO NOS ENGENHOS DO NORDESTE

RENATO CARNEIRO CAMPOS

SABE-SE que o Barão de Drummond, por sugestão do mexicano Manuel Ismael Zevaco, inaugurou, em princípios de 1893, o jôgo de Bicho no Jardim Zoológico do Rio de Janeiro. Luís da Câmara Cascudo, no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, conta como foi: "Comprando um ingresso de mil réis para o Zoo, ganhar-se-iam vinte mil réis, se coincidisse o animal desenhado no bilhete ser o mesmo que seria exibido num quadro, determinadas horas depois. O Barão de Drummond fizera pintar vinte e cinco animais e cada tarde um quadro subia, mostrando o bicho vitorioso. Os ingressos que tivessem o animal desenhado davam direito aos vinte mil réis. O jôgo agradou e uma multidão ia ao Zoológico, exclusivamente para comprar os bilhetes e esperar a sorte. Espalhou-se pelo povo, tornando-se um hábito. Anos depois, o Barão não mais possuía o monopólio, proibido a jôgo no Zoológico, mas centenas de banqueiros vendiam as *poules* com os números referentes aos vinte e cinco bichos dadivosos".

É conhecida a importância do jôgo de bicho para os brasileiros de tôdas as camadas sociàis, sobretudo para os trabalhadores rurais e urbanos. Nas capitais, nas cidades de maior progresso, diversas são as motivações que incentivam a tentativa da sorte. Funcionários públicos de orçamento limitado operários, empregadas domésticas, motoristas, balconistas, pequenos comerciantes, para citar apenas algumas profissões, sentem-se sugestionados pelos palacetes luxuosos, automóveis de linhas modernas, restaurantes, cartazes de agências de turismo, vitrines convidativas, tudo acenando para uma vida mais larga e divertida.

O jôgo de bicho liga-se à adivinhação, à superstição, ao mágico, ao sobrenatural, ao trágico, ao cômico. Na zona urbana, a ligação é bem menor, restringindo-se, quase sempre, às costumeiras interpretações dos sonhos, sugestões de placas de automóveis e de casas, números de cédulas de dinheiro. Na zona rural, porém, os matutos recorrem a diversos processos para acertar no bicho. Inúmeras são as interpretações dos sonhos, das formas das nuvens, das poças d'água, das sombras das árvores de acontecimentos do cotidiano, do comportamento dos animais domésticos, do número das pétalas das flôres, das notícias, boas ou más, recebidas durante o dia.

Desde a casa-grande até ao eito, o jôgo de bicho se impõe como um hábito. Jogam senhores de engenho e trabalhadores. Destaca José Lins

do Rego, em *Meus Verdes Anos*, a sua importância na vida dos engenhos nordestinos: "Ainda conheci Salvador no engenho, de chapéu-de-massa na cabeça e um lápis no bôlso de cima do paletó de azulão, no seu trabalho para os banqueiros do Pilar. O bicho tomara conta dos engenhos de tal maneira que se contavam casos de proprietários arrasados na jogatina. No engenho jogavam quase todos. A velha Janoca, as tias, as negras da cozinha. Pela manhã, quando apareciam os vendedores, vinham os sonhos para as interpretações. Tínhamos uma parenta do Itambém, prima de minha avó, com o nome de Felismina, que era um verdadeiro ninho de sonhos. Sabia ela descobrir semelhanças com o impossível e tirar as mais complexas ilações. "Que bicho dá hoje, Felismina?", perguntava minha avó. "Olha Janoca, a bem falar eu não sei, mas tive um sonho difícil de explicar. Tanto dá para borboleta, como também pode dar para cabra". Revelava o sonho com os mínimos detalhes. Ia e vinha nas cogitações, fazendo insinuações, até que se fixava num ponto certo". Com a quebra das relações patriarcais, a abandono das casas-grandes, desapareceram muitos dos divertimentos tradicionais do trabalhador de engenho. Atualmente, êle se volta para duas coisas que o faz sonhar com melhores momentos: o jôgo de bicho e a cachaça. Diz o ditado popular que todo bêbado é rico, do mesmo modo que o jogador enquanto não sabe o resultado do jôgo.

Gilberto Freyre, em Nordeste, ao tratar das relações da monocultura da cana com os animais, depois de se referir aos agourentos, remata o o capítulo com o seguinte trecho: "Enquanto isto, o jôgo de bicho, tão popular no Nordeste do Brasil, e de origem talvez remotamente oriental, conserva na população do litoral e da "mata", a mística do bicho, dando significação convencional ao sonho com animais. Mas principalmente os sonhos com animais de origem européia". A verdade é que o jôgo de bicho e o folheto popular familiarizaram — e continuam a familiarizar — o trabalhador rural com animais que não pertencem à fauna brasileira. E há também as estórias contadas, a respeito desses especimens exóticos, por pessoas que os viram nas raras visitas de bons circos às cidades do interior. Daí certas expressões: "coragem de leão", "trombudo como elefante", "sêde de camelo", "amigo urso", "fome de avestruz".

Geralmente, existe muita ternura nas relações entre homens e animais domésticos na zona rural de Pernambuco. Os cachorros, muito mais que os gatos, os "baleias", "tubarões", "siobas", "piabas", "camorins", "xaréus" — acreditam os trabalhadores que êles tendo nomes de peixes não sentirão aversão à água, sintoma da hidrofobia — crescem magros e barrigudos como os meninos, em tôrno da gente rural mais pobre. É muito difícil para quem anda pelas estradas do interior nordestino não ser saudado pelo latido de um pobre "gôza". Não é vista com bons olhos, na zona canavieira, a pessoa que maltrata os animais. Com bicho de trabalho não se deve judiar: é animal bom. Vacas, burras, cabras e jumentas fazem as vêzes de prostitutas: iniciam os jovens nas práticas do sexo.

São muito ouvidas nos engenhos expressões como esta: "Vou arriscar (jogar no bicho) em compadre galo". Por compadres e comadres tratam bois, cavalos, cabras, galinhas e passarinhos. O compadrio ainda é, na zona rural de Pernambuco, como noutras do Brasil, um laço bastante forte: a prova de uma admiração e o estreitamento dos laços de amizade. Até mesmo o compadrio poético da travessia da fogueira, realizada com os pés nus, por um casal de amigos. Compadrio quase tão forte como o religioso. Compadres por tôda vida.

O Bicheiro, a pé ou a cavalo, é figura muito popular nos engenhos. A sua popularidade vem superando, nos dias de hoje, a do mascate. Tem fama de ser gente honesta. Raríssimos são os casos em que êle deixa

de pagar os seus fregueses premiados. Priva da intimidade dos trabalhadores por fôrça da convivência diária. Torna-se compadre de muitos. É um dos élos de ligação entre o campo e a cidade. Carrega a sorte e as últimas notícias, transformando-se numa espécie de jornal falado de duas pernas.

Jogar no bicho é a maneira mais real e possível do trabalhador, honestamente, conseguir uma quantia que minore a sua pobreza durante um certo tempo. É a possibilidade do dinheiro "caído do céu", que dê para comprar a roupa nova, o rádio de pilha, a aliança de noivado. "Arriscam sempre os matutos. Homens, mulheres e até meninos esperam que uma alma do outro mundo lhes indique o milhar do dia. Acreditam que os sonhos tanto podem ser bons, indicando o caminho da sorte, como também aziagos e de maus presságios. Traduzem as imagens do sonho pelas semelhanças com animais ou alguma coisa que tenha relações com êles. Se sonham com pessoas gordas, jogam porco; com pessoas brabas, leão; vaidosas, pavão; homem traído, touro; amigo ingrato, urso. São apenas alguns exemplos. Diversas e interessantíssimas são as interpretações. A propósito de tão fascinante tema, recorde-se a observação de Freud, em *Interpretação dos Sonhos*: "Com grande surprêsa minha, descobri um dia que não é a concepção médica do sonho, mas sim a leiga, ainda meio prêsa a superstição, que se aproxima da verdade".

Luís da Câmara Cascudo, ainda no seu *Dicionário do Folclore Brasileiro,* fala nas maneiras de obrigar o bicho a aparecer no sonho: "Dorme-se amarrado: amarrado os pés, para sonhar com os quadrúpedes e amarradas as mãos para os bichos de asa ou talvez o quadrúmano". A seguir transcreve a "Oração das Nove Almas Benditas": "Valei-me minhas Santas Almas benditas: as três que morreram queimadas, as três que morreram afogadas, as três que morreram perdidas. E venham tôdas as nove para que me digam em sonho claro que bicho dará amanhã. Minhas Santas Almas benditas, juntem-se tôdas as três, as seis e as nove e com os poderes de Deus e de sua Santa Mãe dai-me em sonho claro o bicho de manhã sem confusão e sem embaraço".

Pode-se falar nos malefícios do jôgo de bicho na zona rural, nos prejuízos causados na magra bôlsa do trabalhador. Se forem feitas as contas, no fim do ano, êle perdeu muito mais dinheiro do que ganhou. Deve-se dizer, porém, que o jôgo de bicho já se tornou um divertimento quase imprescindível para as populações do interior nordestino. Um divertimento rodeado de sonhos e esperanças.

DOENÇAS E MEIZINHAS DE POVOADO CANAVEIRO

SYLVIO RABELLO

EM menino tive grande admiração pela Botica de seu Quincas Lira, sobretudo pelos dois vasos bojudos, cheios de um líquido verde e amarelo, que lhe davam um ar festivo. Como dono de Botica teve êle de assumir uma dupla responsabilidade ali, em Aliança: a de manipulador de meizinhas e a de curandeiro. Creio que êle se desincumbiu razoàvelmente dessas funções.

Em Aliança não havia médico e raro era o doente que podia se locomover até Nazaré ou Timbaúba, a fim de consultar-se com o Doutor Alfredo Coutinho ou com o Doutor Antônio Miguel. De modo que quem ia à Botica tinha de ser cliente antes de ser freguês. E começava queixando-se dos seus padecimentos — dôres de lado, fastio, tontura, pontada, inchaço — mil e um sintomas pelos quais o boticário tinha de fazer o diagnóstico. Vi-o muitas vêzes examinando ferida de perna, chamada sempre pelos matutos de "enfermidade", calcando inflamação de fígado, espiando para língua estirada e ôlho amarelo.

Só depois é que êle despachava o remédio de rótulo francês ou dos que êle mesmo preparava, quando era caso de unguento, pílula, purgante ou vomitório. Costumava pilar no seu almofariz salsa, caroba, tubérculos chamados batata de purga; coava os seus cozimentos de raiz e fôlhas do mato num funil de vidro. Quando não estava bem seguro do diagnóstico, tirava o Chernoviz da gaveta e lia a lista dos sintomas. Êsse livro desempenhou um grande palpel pelo Nordeste a dentro, totalmente desassistido pelos governos. No tempo em que sobreviver era um verdadeiro milagre, o Chernoviz foi o grande salvador. Possuía-o o boticário e na falta dêste, o vigário da freguesia.

A gente do povo tinha as suas intuições terapêuticas, que bem consideradas, eram os princípios da medicina hipocrática, transmitidos de longa data pelos raros médicos e cirurgiões da colônia. A suposição de que as doenças dependiam mais dos lugares, dos ares e das águas do que do corpo de cada um, certamente vinha de Hipócrates. "Livra-te dos ares que te livrarei dos males" — era velho adágio cuja filosofia talvez viesse do médico grego.

Quem tinha febre — as malígnas, as perniciosas e as terçãs — só se curava se mudasse de lugar, saísse da casa onde adoecera, mesmo que fôsse para outra casa da mesma rua. Se o mal era do peito, anemia ou fraqueza geral, o melhor era procurar longe, no sertão ou na praia, a cura certa. Evitava-se o sol na cabeça, a chuva e o sereno, como causadores de doenças indefinidas, sobretudo se se tratava de menino. Se não eram êsses elementos da natureza, tinha que ser abstratamente o tempo: havia as doenças do tempo, isto é, as próprias das estações, principalmente dos seus começos.

O preconceito contra as água estagnadas, os pântanos e os paús não vinha de que aí fervilhassem germes nocivos, mas é que de suas emanações pútridas, dos seus miasmas contaminados se originavam doenças graves. Bebia-se água cheia de "martelos", tomava-se banho em açude lodoso; não era aconselhável morar-se à beira de rio ou em casa virada para o poente. Quanto aos ventos, chegava-se ao exagêro de fechar portas e janelas em certa época

do ano, a fim de evitar-se os ventos encanados, as pancadas de ar, os ares incausados.

Como também receber vento pelas costas, dormir ao ar livre ou de janelas abertas, tomar banho depois de meio dia, predispunham o corpo a doenças sem nome certo, que davam frio, febre e dor de cabeça. E doenças que tanto entravam no corpo como saíam dêle sem que se pudesse achar uma explicação. Ainda se relacionavam os astros, sobretudo a lua, às crises de nervos, aos incômodos das mulheres, aos reumatismos e às asmas. Era preciso muita fôrça para convencer-se de que as doenças não resultavam só de causas telúricas.

Sendo Aliança encravada em terras de canaviais, o açúcar e a cachaça entravam largamente na composição das meizinhas do povo. Preparavam-se as infusões de raízes, tubérculos e sementes na cachaça, como remédios tópicos, como depurativos do sangue, tônicos regeneradores das fôrças; as misturas de cachaça com mel de abelhas para as bronquites e a fraqueza dos pulmões. Com o açúcar faziam-se os xaropes e os lambedores de cambaré, de umburana, de raspa de joá, de anjico, de catingueira, para as tosses de todos os tipos, inclusive a de cachorro. Mas nem sempre os remédios caseiros curavam e era então o boticário que haveria de se valer do Chernoviz e pôr o doente de pé. Nisto êle se desvelava sem outro interêsse senão o humanitário. Não raro tinha de se fazer cirurgião: então a sua lanceta bem amolada abria panarícios, fleumões e antrazes de pobres sofredores naqueles mundos do Siriji.

De um caso de doença recordo com horror, em ama de nossa casa a quem chamávamos Preta. Saudável de corpo e de espírito, ela um dia deu para amofinar e perdeu o apetite. Não houve elixir ou tônico que lhe servisse. Acabou em cima da cama, para morrer. Vieram as benzedeiras com seus ramos de alecrim e suas rezas, inùtilmente. Nenhuma promessa a santo milagroso, como São Severino dos Ramos, deu certo. É quando alguém se lembra de um clister feito de ingredientes vários, inclusive um pinto que teria de ser macerado vivo ao pilão. Vi com meus olhos essa estranha operação: o pinto ser colocado ao fundo do pilão e receber o golpe mortal da "mão" de pau, até virar uma pasta pegagenta, que foi misturada ao cozimento de raízes já pronto numa panela de barro. O resto da operação não me deixaram ver, apesar da minha curiosidade. Fique do lado de fora sem saber onde íam aplicar aquela enorme seringa de borracha. Preta durou poucos dias mais.

Fato sensacional do povoado foi o da morte do mestre-fogueteiro, de um tiro dado pelo próprio sub-delegado, lá para a ponta da rua. O crime foi ao anoitecer. Como êles não se gostavam, a conversa foi levada para pontos explosivos. As palavras trouxeram à tona os velhos rancores. Quando menos se espera, está o sub-delegado com uma pistola de dois canos na mão. E veio o tiro, a bala atingindo os baixos do fogueteiro. O povoado nunca tinha visto crime tão brutal. Houve um corre-corre para o local do acontecimento. Com a chegada de Doutor Júlio, filho do Coronel Queiroz, de Cuieiras, o povo não arredou o pé da calçada, cheio de curiosidade.

Não sei quem me animou a espiar o quadro sinistro. O médico olhava o buraco da bala, apalpava as adjacências e esgaravatava a ferida com uma mecha de algodão lambusado em líquido que não tinha nenhuma virtude curativa. Poucos dias depois, o pobre diabo entregava a alma ao Criador dos fogueteiros. Talvez tivesse escapado na mão do boticário Quincas Lira. Aliança teve nesse boticário um bom curandeiro. Aliás, em Nazaré, Alfredo Coutinho não passava disto e curou as doenças brabas do povo.

Figura inesquecível do povoado é a de Sinhá Mariquinha do Bombom, a parteira. Pequenina, mirrada, ela usava os cabelos totalmente brancos à nazarena. Mulher que tinha de parir só sentia confiança vendo junto à cama a velha aparadeira. Falava-se nos seus processos quando os partos eram difíceis: nas fôlhas de carrapateira aplicadas com azeite doce nas cadeiras da parturiente; no chapéu pertencente ao marido que esta teria de botar na cabeça, ao mesmo tempo que rezava um rosário "apressado", até que se desocupasse completamente. Pelas mãos de Sinhá Mariquinha do Bombom viu a luz meio mundo em Aliança.

No povoado, seu Quincas Lira tinha de curar mais do que doenças do peito e da barriga, as chamadas do mundo. Para elas munia-se de grande variedade de remédios.

Quem estivesse atacado delas, não as escondia. Havia até um certo orgulho no rapaz ou mesmo no pai de família que tinha apanhado um "esquentamento", "mula" ou uma carga de "chatos", com as mulheres da Estação. É como se tivessem ganho um troféu em batalha campal ou uma medalha de honra em competição pública.

Quando certo aluno da escola local apareceu manquejando, logo todo mundo soube o motivo: estava de "mula". O povo aguçou os olhos para o menino raparigueiro como se êle fôsse um herói merecedor de aplausos. No caso do peralta, seu Quincas da Botica teve de sarjar o bubão que lhe cresceu na virilha, prostando-o na cama por muitos dias. Ao voltar à rua e às aulas, parecia uma alma penada mas ninguém lamentou o estado dêle. Achava-se natural que tivesse recebido o necessário batismo de fogo.

Mas havia os que padeciam do mal do "esquentamento" de maneira crônica. A doença não desaparecia com as garrafadas nem com as lavagens de seu Quincas. E o doente falava da reincidência do mal como se falasse de uma crise de gripe. A prudência aconselhava resguardo de certas comidas carregadas — de caldo de cana sobretudo.

Não havia dúvida se seu Quincas estava de espátula na mão, batendo para lá e para cá: era pomada mercurial para os que tinham apanhado os "chatos". Em todo êste Nordeste, e não sòmente na zona da mata, as doenças do mundo não envergonhavam a ninguém. Eram esperadas como um mal da idade, como o sarampo e a catapora em menino. Quando me entendi de gente é que pude avaliar, em tôda a extensão, o gesto de não sei que inglês do Telégrafo ou da Great Western que se matou quando soube que estava com uma dessas doenças de que tanto se orgulhavam os nativos. Em Aliança dizia-se de quem tinha pegado tais doenças: "está engalicado". E dizia-se com o tom mais natural do mundo.

Objeto estranho apareceu um dia em casa. Não era para divertir os olhos ou os ouvidos. Era para os dentes que doessem, queixais malvados que às vêzes davam para inchar e tirar o gôsto da vida. Vinha meu pai com o aparelho que cheirava a alho — espécie de tubo com uma rôlha de cortiça e um chumaço por dentro. Tirava a rolha e a bôca do tubo era encostada ao queixo de um lado, a rolha do outro. Um, dois, três, quatro, cinco minutos. Pronto! O dente já não doía. Depois habituamo-nos com o "tira-dôres" e êste não fêz mais nenhum milagre.

Em matéria de objeto de cura, nada como a carteira homeopática que êle adquiriu, não por que fôsse uma novidade, antes por convicção no princípio que repetia sempre: "simili a similibus curantur". Não acredito que meu pai tivesse lido o "Organon da Arte de Curar" de Hanemann, criador do sistema. Possuía, entretanto, o "Manual Completo da Medicina Homeopática", de autor que não recordo, o qual lia muito acuradamente antes de ministrar as doses para cada caso — defluxos, diarréias ou febres. Não se acurava menos no pingar as gotinhas em cálices que depois cobria com um retalho de papel branco, dobrando as suas bordas. Meu pai tanto medicava os de casa quanto os vizinhos que lhe vinham pedir doses de nox-vômica, camomila ou beladona.

Noutra fase, sem abandonar a homeopatia, meu pai experimentou o método Kneip. Em matéria de tratamento êle era eclético. Tenho a impressão que usava a homeopatia quando se tratava de meninos e de doenças ligeiras. As dinamizações homeopáticas pareciam-lhe mais adequadas aos organismos delicados. Se o mal tinha certa gravidade, lá vinham os vomitórios, os purgantes e até os clisteres, além dos tônicos e os elixires que seu Quincas vendia na Botica com nomes franceses. O método Kneip foi uma experiência como tratamento de doenças entre médicos do Recife. Por isso meu pai comprou o livro "*A Cura pela Água*" do próprio Doutor Kneip. A muitos parecia arriscado envolver o corpo febril do doente com faixas molhadas — "Estupora!" — diziam os mais cautelosos. Meu pai começou com os casos de dôres nevrálgicas, reumatismo, o corpo em sua temperatura normal. Seu Quincas. apesar de boticário, foi um entusiasta do método Kneip. Nem se lembrava que com isto a freguesia estava diminuindo. Como todo método trabalhoso, o Kneip foi aos poucos relegado ao esquecimento. Vingariam por muito tempo os princípios que pareciam eternos, da medicina hipocrática.

O ROMANCEIRO NORDESTINO: ALGUMAS INFORMAÇÕES

GLADSTONE VIEIRA BELO

Sugestões e influências

A SOBREVIVÊNCIA do *romance popular* — do folheto de feira — numa cultura que atravessa mudanças profundas, com o surgimento de novos valôres, de novos meios de comunicação, onde velhos mitos e tabus desmoronam-se ao sabor do moderno — sobrevivência que marca e distingue características próprias de uma área cultural moldada em têrmos de relação hostil entre homem e terra — é determinada por contrastes sociais que subsistem, forçosamente, em localidades do Nordeste brasileiro: nas zonas rurais, nas vilas e lugarejos distantes dos grandes centros urbanos, dos grandes conflitos da civilização técnica.

As aventuras de tipos heróicos, as lendas e estórias de homens valentes, exercem considerável influência sôbre o comportamento dos habitantes dessas áreas, prêsos às tradições seculares, à lembrança das grandes lutas e embates; lendas trágicas, por vêzes, violentamente trágicas. É o homem e a paisagem: árida, sêca, violenta. Juntam-se, também, para essa sobrevivência, elementos novos de motivos diversos, que são absorvidos pelos próprios poetas e adicionados aos seus romances. Dentro dessa perspectiva salienta o sociólogo Renato Carneiro Campos: "Não se pode dizer quanto a literatura popular vem sofrendo as influências do cinema, do jornal, do rádio, e da revista em quadrinhos e impossível se torna delimitá-las ou mostrá-las bem destrinchadas, tanto elas se interpenetram e se confundem com outras influências. Literatura extremamente viva, que está sempre se modificando, sempre se rejuvenescendo nas fontes mais variadas, não é fácil destacar nela senão as predominâncias" (I). Literatura plástica, embora simples — quanto aos requisitos formais — ou mesmo ingênua, vem influenciando substancialmente autores eruditos, em particular autores do Nordeste, nos vários ramos da literatura erudita: no teatro, no romance, na poesia ,sobretudo; no cinema e na música popular; podendo-se, assim, medir a sua fôrça de sugestão dos seus temas e das suas formas, ainda que sejam, essas formas, ingênuas, espontâneas e flexíveis. Desta flexibilidade o artista tira um rendimento formal de uma beleza transparente, vigorosa e dinâmicamente renovadora. O romance popular veio da península ibérica, sendo aqui aculturado, com o acondicionamento das sugestões tropicais. das novas realidades humanas, mas conservando, sempre, o sentido transoceânico de suas origens, — "certos indícios de origem, quer métricos, quer melo-rítmicos", adverte Renato Almeida (2)— que remonta à idade média, as *Canções de Gesta*, ressalta, por sua vez, Carolina Michaelis de Vasconcelos (3). Ponto de vista que é também defendido por Menendez Pidal. Desenvolve o romance popular, que entre outras formas de expressão é conhecido pelo nome de *xácara*, — mais lírica do que épica — aventuras carlovíngias, estórias do ciclo

do rei Artur e dramas de motivos universalmente cultivados por outros povos.

A característica fundamental da gesta é a exaltação das aventuras de heróis, exaltação implícita nas próprias atitudes dos personagens, que se deslocam, autônomos, por entre o corpo da narrativa; autônomos no porte, na compleição do tipo aventureiro. "A gesta — diz Câmara Cascudo — é uma poesia de ação, de luta, de movimento. Não há sensação da paisagem, da natureza, do cenário. Como para os cantores da *belle France* os Pares viviam pelo gesto de combate. Não interessava a situação geográfica nem a beleza circunjacente. A natureza existe como ponto de referência e material vivo para comparação" (4). Êste aspecto é uma das dimensões dos romances ibéricos, o que identifica as suas ligações com a gesta; canção da aventura, a da ação, da praxis; talvez, o épico por excelência, numa forma predominantemente popular, anônima, de superação ambiental dos desajustamentos da condição humana pelo reflexo da estrutura heróica dos personagens. O heroi personificando a fôrça do homem comum: o heroi-símbolo, símbolo de fôrça, de realização. Karl Mannheim afirma que "os símbolos auxiliam o indivíduo a superar os seus desajustamentos particulares" (5). Daí observa o ensaísta Renato Carneiro Campos que as estórias dos romances populares, dos folhetos de feira, "quebram a solidão do trabalhador rural ajudando-o ao mesmo tempo, a superar a sua miséria atual, por um mecanismo de projeção que o identifica com os heróis da narrativa" (6). Sempre a aventura, a busca constante marcando a trajetória do homem, das estórias do cancioneiro popular; a busca, e mais: a sua projeção épica como superação do homem situado, prêso às realidades de um mundo contraditório, asfixiante. Ligando-se as constâncias épicas da *Canção de Gesta* às motivações do romanceiro é de se crêr no surgimento do romance popular a partir de uma assimilação forte em tôrno dos processos da gesta, salientando Menendez y Pidal que "el immediato y fuerte entronque con las gestas heroicas medievales es el carácter mais profundamente distintivo del Romancero, ya que tal entronque no se dá o no se dá apenas en la cancion narrativa tradicional de los otros pueblos" (7).

Por outro lado, informa Câmara Cascudo que a *História Completa* de Carlos Magno e dos doze Pares de França — personagens que estão fortemente presentes nas estórias do romanceiro nordestino — sofreu no Brasil, como em Portugal, — tradução de Moreira Carvalho e Caetano Gomes, editada em Lisboa por Simião Judas Tadeu — constantes reimpressões (8). É com extrema habilidade que os menestreis nordestinos lembram as façanhas dos Pares de França, "Pares invencidos", no dizer de Câmara Cascudo, a vida trepidante de Carlos Magno. Leandro Gomes de Barros compôs um *desafio* entre Manuel Serrador e Josué Romano, no qual surge a figura de Carlos Magno:

"— Já sei que o colega sabe
Dêstes acontecimento
O que sofreu Carlos Magno,
Os seus enormes tormento
Talvez conheça dos Pares
Também algum casamento" (9).

O embate de Ferrabraz, rei de Alexandria, filho de Balão, grande almirante, com Oliveiros, "um dos Pares de fiança", se enraizou na tradição do romanceiro nordestino, integrando-se, nos trópicos, como representação viva de fôrça e coragem. Exemplo notável é a *Batalha de Oliveiros,* do editor-proprietário José Bernardo da Silva; romance um tanto

teatral pela justaposição de estrofes densas numa narrativa harmônicamente encadeada de sugestões, de lances de audácia. Audácia é a atitude de Roldão ao desobedecer Carlos Magno. Sai Ferrabraz do seu reino em direção à Europa, a procura de um "rei para pelejar". Carlos Magno, sabedor dos insultos de Ferrabraz convoca os seus Pares. Roldão recua ante o chamado do seu monarca. É quando aparece em cena a figura de Oliveiros, que se apresenta ao rei de França, justificando-se:

"Um soldado como eu
não deixa seu rei chorar
o turco há de acreditar
que mil feras não me comem
minhas façanhas se somem
mas enquanto eu não morrer
Ferrabraz há de dizer
em França encontrei um homem".

Diversos romances e xácaras, muitos com variantes em algumas localidades do Brasil, permanecem na memória do povo: *Bela Infanta, Delgadina, Flor do Dia, Florioso, Juliana, A Flor de Alixandria,* etc. Celso Magalhães recolheu: *Bernal Francês, Nau Catarineta* e *D. Barão.* Entretanto, Câmara Cascudo salienta haver no Brasil, e que foram registrados, aproximadamente cem romances, porém, só lidos pelo autor de *Vaqueiros e Cantadores* uns sessenta e quatro, nas coleções de Pereira da Costa e Silvio Romero; para êle, as "melhores coleções" (10). A *Nau Catarineta* chegou a se incorporar a folguedos populares, dramatizada que foi nos *Fandangos* (11).

Impressionante é a xácara da *Delgadina,* que em Portugal, foi documentadada por Garret com o nome de *Silvaninha,* entre muitas versões lusas dessa composição dramàticamente humana e de chocante tensão psicológica. Garrett chegou mesmo a compor um poema, *Adozinha,* com base no argumento de *Delgadina* (12). Théo Brandão recolheu uma versão da *Delgadinha,* em Alagoas. Versões fragmentadas, as brasileiras, mas de enorme proveito para a avaliação dos diferenciais de estrutura das xácaras. À versão de Théo Brandão juntam-se outras duas: a de Câmara Cascudo e a de Pereira da Costa. Cascudo recolheu a sua no Rio Grande do Norte, e lhe foi entregue por Hélio Galvão, já ouvida da negra Zulima Tibau (13). A xácara tem como tema a estória do pai que deseja a própria filha; tema universalmente aproveitado nos enrêdos folclóricos, sendo *Delgadina,* como afirma Câmara Cascudo, "apenas um dos ramos mais vistosos dessa literatura". Literatura — acrescente-se — crua, descarnada.

Registrou Théo Brandão, em Alagoas, além dessa xácara, mais duas: *D. Carlos de Monte-Alvar* e *Conde de Flores;* e fragmentos de *Chapim do Rei,* de *Ceguinha* e de *Clarinda.* Eis a versão que se encontra no *Folclore Alagoano,* de Théo Brandão, da *Delgadina:*

"— Delgadina, minha filha,
Queres ser minha namorada?
Quer de noite, quer de dia,
Quer seja de madrugada?

....

Baixas torres, altas torres,
Naquela tôrre tão alta,
Olhava, via sua mana,

Em cadeirinha de prata.
— Oh! mana, senhora minha,
Mandai-me dar um copo d'água,
Que a bôca já tenho sêca
E o coração já me abala.
— Como darei-te água,
Peste desavergonhada,
Ainda tenhas mãe viva,
Já querias ser madrasta.
— Altas torres, baixas torres,
Naquela tôrre tão alta,
Olhava via sua mãe,
Em cadeirinha de prata.
— Oh! Mãe, senhora minha,
Mandai-me dar um copo d'água,
Que a bôca já me seca
E o coração já me abala.
— Como darei-te água,
Peste desavergonhada,
Ainda tinhas mãe viva
E já querias ser madrasta.
— Baixas torres, altas torres
Naquela tôrre tão alta,
Olhava, via seu mano,
Em cadeirinha de prata.
— Oh mano, senhor meu,
Mandai-me dar um copo d'água,
Que a bôca já me seca
E o coração já me abala.
— Como darei-te água,
Irmã de meu coração,
Que meu pai trancou a porta
Anda com a chave na mão.
— Oh! meu pai, senhor meu,
Mandai-me dar um jarro d'água
Que depois d'água bebida
serei tua namorada.
— Venham quatro cavaleiros
Para dar água a Delgadina,
O primeiro que chegar,
Como prêmio ganhará,
E o que chegar por último:
Marcha vai ter degolar.
Cavaleiros não chegavam,
Delgadina definhava.
Para tua alma descansar;
A tua vai para o céu
E a minha vai penar.
O corpo de Delgadina
De anjos foi rodeado
E a cadeira de seu pai
Pelo diabo arrebatada" (14).

São romances e xácaras que, com o passar do tempo, dentro da diversidade de comportamento de grupos humanos, se amoldaram quase que ecològicamente às sensações subjetivas dêsses grupos, reduzindo ou ampliando as dimensões dos fatos, mas deixando palpitante a temática em

si, numa combinação perfeita e harmônica naquilo que une passado e presente: o comportamento paradoxal da existência humana, nos seus múltiplos estágios.

O ciclo do gado é um dos mais sugestivos do nosso romanceiro, um dos "mais interessantes", como adverte Renato Almeida, e que é chamado por Couto de Magalhães de romances de vaqueiros (15); sugestivamente interessantes. O animal é o grande ator; o centro da narrativa; narrativa um tanto épica, quando por vêzes lírica, também. É o homem frente ao animal, nos lembrando, em parte, além das vaqueijadas nordestinas, a dramática *tourada* espanhola; dramática com um tanto de trágico; estèticamente trágico. Estético —e ético — por ser uma arte pura, simbólica, nos seus lances de inteligência, de audácia. Homem e animal: a luta primitiva, de sobrevivência, como determinante maior. Em uma série de artigos publicados em jornal do Rio, no ano de 1874, sôbre o romanceiro popular, com o título de *Nosso Cancioneiro*, José de Alencar acentua que "a apoteose do Animal" seria o seu aspecto "mais saliente", o *traço* mais agudo. "Nos combates — acrescenta Alencar — ou antes nas guerras porfiadas que se pelejam em largos anos pelos mocambos e carrascos do sertão, o herói não é o homem e sim o boi" (16). Êstes romances de vaqueiros, no dizer de Couto de Magalhães, — *Rabicho da Geralda, Boi Espácio, Boi Surubim,* notadamente o da *Vaca Burel* — retratam perfeitamente a saliência a que se referiu José de Alencar.

No romance da *Vaca Burel*, Pernambuco é o cenário da estória, passada na fazenda Burel, alto São Francisco. A vaca era um tanto deformada; faltando-lhe um ôlho; não tinha cauda, possuía sòmente um chifre e era *coché;* ou seja: manca. Mas, contudo, deu muito ao que fazer aos vaqueiros das redondezas, pois a "vaquinha danada" não andava correndo, "ela voava". Foi o romance documentado por Sílvio Romero *Cantos Populares do Brasil*, e transcrito por Pereira da Costa, no *Folclore Pernambucano*:

"Na fazenda do Burel,
Nos verdes onde pastei,
Muitos vaqueiros de fama.
Nos carrascos eu deixei.
O afamado Ventania.
Montado no Tempestade,
Foi quem primeiro espantou-me
Estando numa *maiada*,
Mais adiante encontrei
Com o vaqueiro João
No seu cavalo *lazão*.
Já vinha correndo em vão.
Logo me fiz ao carrasco,
Fui-me abarbar com o Veloso;
No atravessar o riacho
Só lhe deixei o rasto
Por ser êle tão teimoso!
Ouvi grande tropelada
Que zunia no sertão;
Era o afamado Grinalda
Com Ferreira Leão.
Que dois vaqueiros de fama
Encontrei no bebedor!...
Logo me fiz ao carrasco,
E êles mal me enxergou.
Mais adiante ouço gritar:

— Nem do rasto dou notícia,
Em que carrasco escondeu-se
A encantada *lagartixa!?* —
Eu no tempo de bezerro
A muitos vaqueiros logrei;
Na fazenda fiz *sueira,*
Muitas porteiras pulei.
Abarbada me vejo
Com o vaqueiro Miguel,
No seu cavalo Festejo
Na fazenda Burel.
Que dois vaqueiros temíveis,
João Bernardo e Miguel!...
Perto do curral os logrei,
Quase que os deixei de pé.

— "Só se eu morrer amanhã,
Ou não me chamar Miguel,
Só assim deixas de entrar
No teu curral do Burel.
Eu te juro, *lagartixa,*
Que não me hás de escapar;
Nem que corras como vento
Tu hás de entrar no curral.
Corre, corre, *lagartixa,*
Quero ver a tua fama;
Que no curral do Burel
Quero fazer tua cama.
Tôda a minha vontade
É no teu rasto acertar,
Tu verás como se tranca
A *lagartixa* no curral.
Cerca, Veloso, na grota,
Faz esteira no baixio;
Aperta para o meu lado,
Lá vem como um corrupio.
Oh! vaquinha danada!
Ela não corre, ela voa...
Meu cavalo já cansou
É que a coisa não está boa.
Tenho corrido muito gado,
Novilhote e barbatão,
Nos carrascos e restinga;
Agora fiquei logrado
No centro dêste sertão.
Bota o cavalo, Veloso,
Quero ver como se espicha,
Se ainda torna a escapar
A malvada *lagartixa*".

Logo ao chegar ao riacho
A *lagartixa* os cegou;
Como a noite era escura
Miguel e Veloso voltou.
Encontraram Miguel e Veloso
Com o tal do João Bernardo:
Pergunta pela *lagartixa;*
Responderam: — Estou logrado! —

O João Bernardo e Miguel,
O Grinalda e o Leão,
Ventania e o Veloso
Tomaram para o boqueirão.
Logo ao entrar a gurgeia
Encontraram Pedro Preguiça,
E já lhe vão perguntando
Se não vira a *lagartixa.*
"Encontrei numa *maiada*
Três rezes brancas, uma lavrada,
Três castanhas requeimadas,
E uma rouxinol disfarçada.
O sinal desta vaquinha?
— Cara branca puiaré,
Traz o ferro do Burel,
Não tem cauda, é coché.
É cega, só tem um chifre,
Muito esperta e arisca;
São êstes todos sinais
Da afamada *lagartixa.*
"Ora se é esta a famanaz
Que tanto sussurro tem feito!
Para pegar esta vaquinha
É bastante o meu Mosquete.
Ora, vamos todos sete
Lá mas perto da *maiada;*
Quando passei o campestre
Vi uma rez lá deitada.
Afrouxa a rédea, caboclo.
Encosta a espora, Preguiça,
Quero ver a tua fama
Com a tirana *lagartixa,*
Corre, corre lagartixa,
Vai tomando mais alento;
Que o meu *rucilho* não corre,
Já me vòa como vento.
Todo o gado adiante corre,
Não a quero perder de vista;
Hei de mostrar meu talento
À vaqueirada de crista.
João Bernardo não sabe
Que meu cavalo é de cobiça;
Como eu posso ser logrado
Por esta pobre *lagartixa?*
— Aqui mesmo no carrasco
Muitas famas têm ficado;
No atravessar do riacho
Hás de ficar arriado.
Não hás de ter o prazer
De entrar eu na Boa-Vista
Com peia e laço e canzil
Só pelo Pedro-Preguiça.
Não há vaqueiro de fama
Que do carrasco me tire,
Nem que deixe sua trama,
De dentro para fora se vire.

Mais adiante da *maiada*
Perdeu o Pedro-Preguiça
Chapéu, espora e chicote
No rasto da *lagartixa*.

"Antes de o sol sair
Vou-te esperar na *maithé*:
Hás de entrar com laço
Na fazenda do Burel.
— No riacho da Aledria
Foi a minha perdição,
Quando vi o Ventania
Mais o Ferreira Leão.
Os destemidos vaqueiros,
Veloso e o tal Grinalda,
Bem montado, às estribeiras
Traziam sua *guilhada*.
Grita o Ferreira Leão,
Logo respondeu o Grinalda:

— Se não podem botar no chão,
Eu meto a minha *guilhada*.
Já respondeu o Veloso:
"O Ventania é cabra zarro,
Bate com o chapéu na perna,
Bota no chão, que eu amarro.
O Ventania é decidido
Passou transes nos carrascos;
Mostrou sempre à *lagartixa*
Que êle é cabra macho".
Desde que eu sou nascida
Nunca contei com vaqueiro;
Pode contar gravidade
O Ventania o primeiro.
Adeus, fazenda, adeus, pasto,
Adeus, *maiada*, e bebedor,
Adeus, restinga e carrasco,
Serrote de Logrador.
Adeus, vazante de baixo,
Adeus, serra do Coité,
Acabou-se a famanaz
Da fazenda do Burel" (17).

A saliência do animal nos enrêdos dessas gestas — saliência notada por Alencar — se evidencia, atualmente, na composição musical — "Disparada" — de Geraldo Vandré; música de inspiração popular, até certo ponto inspirada, quero crer, no cancioneiro nordestino. A composição é de característica épico-lírica: o *eu* se projeta no decurso da narrativa de predominância épica: "na boiada já fui boi"; exaltação do animal ou dessa sua ligação íntima com o homem. Emergem os folhetos de feira — com os seus grandes cultores: João Martins de Atayde, Leandro Gomes de Barros, José Bernardo da Silva, José Pacheco, Francisco das Chagas Batista, Amaro Quaresma, José Pequeno — os repentes dos cantadores nordestinos, dessa tradição exuberantemente rica, que remonta a um passado vivo e palpitante; vivo pela côr humana de sua exuberância telúrica. Utilizando o mínimo de palavras, o poeta popular empresta às suas criações, entretanto, um apurado padrão formal.

Diz Câmara Cascudo que a *quadra* era a forma mais antiga de que se utilizavam os sertanejos para a estrutração de seus cantos: o *verso de quatro* como se chama essa composição, combinando-se as rimas dentro dêste esquema: AB CB (18), em ritmo métrico de sete sílabas: o *Boi Barroso*, romance muito conhecido do Rio Grande do Sul, está organizado em quadras (19). Existe mesmo uma preocupação formal nessa poesia popular; fato que se comprova com o surgimento, crescente, de diversas formas de construção; preocupação formal e, conseqüentemente, estética ,ainda que inconsciente. Já os folhetos de feira são escritos, sempre, em sextilha de versos setessílabos, com a rima obedecendo à seguinte disposição: ABCBDB. No romanceiro popular a estrofe é conhecida pelo nome de *obra*, enquanto o verso se chama *pé, linha* (20). Na poesia, erudita de tendência renovadora, experimental — poesia de vanguarda — o verso deu lugar ao *linossigno*, as linhas de segmento, de efeito gráfico, óptico, blocos em vez de estrofes, aglutinados numa superposição visual.

Esta preocupação estética por parte dos cancioneiros nordestinos se acentua entre os cantadores, repentistas de *desafio*: menestreis andantes, medievais até, no seu gôsto pelas aventuras. Informa Ariano Suassuna na *Coletânea de Poesia Popular Nordestina*, que a sextilha foi "introduzida no Nordeste, ao que se diz, pela "Escola do Teixeira", onde pontificou o mestre dos cantadores nordestinos, aquêle que deu personalidade e legitimidade ao cantor, Francisco Romano Caluête, mas conhecido como Romano do Teixeira" (21). É grande a variedade de formas inventadas por cantadores: a *décima*, de setessílabos, com estrofe de dez versos; o *mourão*, que se caracteriza por um diálogo, na mesma estrofe, entre os cantadores; o *martelo*, décima de versos decassílabos — existe um martelo de seis versos, não mais usado, salienta Ariano Suassuna; o *galope-a-beira-mar* informa ainda Ariano, é uma "criação da moderna escola de cantores", que tinha como ponto São José do Egito, quando os novos cantadores tiveram a oportunidade de voltar àquele clima dos tempos Romano do Teixeira; o *galope-a-beira-mar* e formado por uma estrofe de dez versos de onze sílabas. No seu final o cantador joga o refrão: "correndo e brincando na beira do mar", etc. (22). Ariano Suassuna nos lembra ainda uma criação recente, atribuída a Dimas Batista: a *toada alagoana*.

Composição narrativa também muito cultivada no norte do Brasil é o *A.B.C.*, que se constitui — observa Câmara Cascudo em *Vaqueiros e Cantadores* — uma gesta autêntica, tendo como motivo temático a ação dos animais, seus movimentos. Escrito em *quadra* e em *sextilha*, o *A.B.C.* é composto seguindo a disposição do alfabeto — cada estrofe correspondendo a uma letra — terminando, nas composições sertanejas, com o til. Recorda Câmara Cascudo que o mais antigo exemplar dêsse gênero, por êle encontrado, foi o *Psalmus Contra Partem Donati*, de Santo Agostinho, composto em 393 (23).

Quanto ao *desafio*, outro gênero de composição de grande alcance entre os cantadores, todo êsse complexo de formas parece ser utilizado, em variações das mais impressionantes, dando ao canto certa plasticidade estrutural, musicalmente límpida. O *desafio* é o encontro de dois cantadores, num diálogo de perguntas e respostas; perguntas astuciosas, quase sempre, e respostas, por vêzes, inteligentes; podendo ser armada uma contrapergunta dentro das próprias respostas, conforme o poder de imaginação e capacidade intelectual dos desafiantes. Ao começar a *peleja* cada um dos participantes procura por em evidência as vantagens pessoais, os seus dotes e aventuras, no sentido de intimidar o adversário e, ao mesmo tempo, catalizar a atenção dos expectadores em tôrno de sua *pessoa*. Desafio famoso e legendário, que ainda hoje se conserva na

memória das gentes sertanejas, foi o havido entre Francisco Romano e Inácio da Catingueira. Diz Leonardo Mota que o *desafio* teve a duração de oito dias. E foi realizado em Patos, Paraíba (24). Um trecho da *peleja*: as apresentações:

"— Êste aqui é o Romar
Barbatana de baleia,
Fôrça de trinta gigante,
É ouro que não mareia,
Pedra fina e diamante.

"— Inaço da Catingueira
É nêgo desengonçado:
Abre cacimba no sêco,
Dá em baixo no muiado...
Aperta sem ser troquês,
Corta pau sem sê machado".

Nos sertões nordestinos, hoje, os grandes cantadores são legendas heróicas — Prêto Limão, Josué Romano, Fabião das Queimadas, Sinfônio, Serrador, Jacó Passarinho, Romano do Teixeira — nomes venerados, tipos de uma casta à parte, numa terra agressiva e contrastante; nomes que se fixaram no tempo, num supra-tempo, tempo-memória. Proustiano. Os ritmos e os motivos temáticos do romanceiro popular continuam influenciando escritores novos. Além de se poder constatar essa influência no teatro de um Ariano Suassuna, na poesia de um Audálio Alves de um César Leal, de um Mauro Mota, de um Carlos Pena, de um João Cabral, é possível se antever as marcas dessa influência nas criações de poetas novos: nas criações de um Alberto Cunha Melo, de um Tarcísio Meira César, de um Jaci Bezerra, de um Marcos Stander, de um Arnaldo Tobias, de um Ângelo Monteiro, de um Sérgio Moacir de Albuquerque; êste, também, romancista. É uma tendência que se revigora constantemente, e que se reafirma por meio de uma vitalidade criadora, sempre em comunhão com a terra.

BIBLIOGRAFIA

1 — Renato Carneiro Campos, *Ideologia dos Poetas Populares no Nordeste,* Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1959 — p. 25.
2 — Renato Almeida, *História da Música Brasileira,* Rio de Janeiro, 1942 — p 100.
3 — Carolina Michaelis de Vasconcelos, apud Théo Brandão, *Folclore de Alagoas,* Maceió, 1949 — p. 103.
4 — Luis da Câmara Cascudo, *História da Literatura Brasileira,* v. VI, Literatura Oral, Rio de Janeiro, 1952 — p. 387.
5 — Karl Mannheim, *Sociologia Sistemática,* São Paulo, 1962 p. 62.
6 — Renato Carneiro Campos, op. cit. p. 9.
7 — Menendez Pital, apud Théo Brandão, op cit. p. 103-104.
8 — Luis da Câmara Cascudo, op. cit. p. 217 218.
9 — Leandro Gomes de Barros, apud Leonardo Mota, *Cantadores,* Rio de Janeiro, 2ª edição, — ps. 56-68.
10 — Luis da Câmara Cascudo, op. cit. p. 219.
11 — Renato Almeida, op. cit. p. 100.

12 — Théo Brandão, op. cit. ps. 106-109.
13 — Luis da Câmara Cascudo, op. cit. p. 225.
14 — Théo Brandão, op cit ps. 106-107.
15 — Renato Almeida, op. cit. p. 100.
16 — José de Alencar, apud Luis da Câmara Cascudo, em nota aos *Cantos Populares do Brasil,* de Silvio Romero, p. 201.
17 — Silvio Romero, op. cit. ps 214-220.
18 — Luiz da Câmara Cascudo, *Vaqueiros e Cantadores,* Pôrto Alegre, p. 11.
19 — Renato Almeida, op. cit. p. 103.
20 — Leonardo Mota, op. cit. p 10.
21 — Ariano Suassuna, *Coletânea da Poesia Popular Nordestina,* DECA, Recife, nº 5 p 15.
22 — Ariano Suassuna, op. cit. ps. 15-27.
23 — Luis da Câmara Cascudo, *Vaqueiros e Cantadores,* p. 53.
24 — Leonardo Mota, op. cit. ps. 151-152.

FIXAÇÃO DA INFÂNCIA NO ENGENHO DO BANDOLIM

TOBIAS PINHEIRO

Se a "Fixação da Infância no Engenho do Bandolim" tiver qualquer semelhança com a autobiografia do autor, não cairá no lugar comum da mera coincidência, porque será, realmente, um subsídio para tal incerteza do futuro.

Um ponto, aqui, deve ficar bem esclarecido: tudo isto foi contado quase sem objetivo e só para explicar a razão do pequeno poema — ORIGEM — que encerra o trabalho e, finalmente, revela que o escritor prefere a síntese.

EU só tinha nove anos, no engenho, mas não me esqueci de nada. É como se tudo tivesse ocorrido agora mesmo. Era uma criança, acordava às duas da madrugada e, com a cantiga dos galos amiudando, trabalhava metendo cana, arrastando bagaço, tangendo bois. Aí, então, montava na almanjarra para descansar, porque não era brincadeira tão rude trabalho para tão tenra idade.

O Engenho do Bandolim era de meu pai e ficava no Brejo, antes de Anapurus, depois só Brejo, que eu cantava com suas mangueiras altas e a lagoa central, sempre enfeitada pelas jaçanãs, vez por outra amiga no banho, vez por outra inimiga na febre. Tudo tinha uma rotina monótona com que o povo humilde se acostumara. Só o menino era contrário aos dias e noites do mesmo tamanho.

O VELHO ESTAVA COM A RAZÃO

Meu pai dizia que filho tem de dar lucro enquanto é criança porque, depois, empina o peito e não ajuda mais. Vai embora pelo mundo ou casa. Três anos depois eu viajava; mais seis anos, estava casado. O velho estava com a razão. Foi assim que me atirei à vida como se fôsse homem feito, dando lucro certo no trabalho braçal. E eu só contava nove anos.

— Se o menino nasceu para a cela, não dará para a cangalha — dizia a boníssima e saudosa mãe. O pai, entretanto, argumentava: «A cangalha eu dou; a cela, êle que compre um dia». Parece que não dei nem para a cangalha, nem para a cela. Recordo-me, porém, da vida que levei, de 35 a 38, no Engenho do Bandolim. Ali nasci, ali fiquei até os 12 anos, ali ficaria a vida inteira, não fôsse o destino arrastar-me como fôlha impelida para a frente, talvez para o alto, nunca para trás.

O MENINO MANDA NO VELHO

Mestre Machado de Assis assegura nas Memórias Póstumas, que «o menino é o pai do homem». Comigo ocorreu assim: quando menos se esperava, o menino passou a mandar no velho. E o velho, boníssimo, de cabeça branca, passou a obedecer o menino. Isto, entretanto, ocorreu muitos anos depois, quando já havia sido esquecida a cangalha, quando se tinha colocado, não à frente mas ao lado, a cobiçada cela.

Antes de atingirmos essa meta, se os matemáticos estivessem vigilantes, teriam atravessado algumas dificuldades para somar o volume da água que passou por debaixo das pontes. Não foi pouco. Menor, também, não foi o sacrifício do menino. Ora a inveja, ora o egoismo, a prepotência de uns e o pavor à concorrência dos outros, às vêzes apenas a maldade, tudo era obstáculo nessa corrida para a libertação — não do engenho tão parado, nem do município tão pobre — para a libertação da ignorância a que vivia prêso, até chegar, antes dos 20 anos, à gerência de uma grande emprêsa na capital do Estado, e, antes dos 40, à Secretaria de Redação de um grande jornal, na Capital da Cultura do Brasil, sem a menor dúvida, o Rio de Janeiro.

O menino só conseguiu mandar no velho porque, antes de tudo, soube prestar-lhe obediência. E era simples o seu raciocínio: é necessário que saiba obedecer para saber mandar. O menino sempre gostou mais de obedecer.

O VELHO CAI E O MENINO SOBE

Um dia, o fuso da sorte começou a rodar em sentido contrário, no Engenho do Bandolim. O que já era fio, na teia de aranha dos negócios, voltou a ser pluma. E a pluma foi espalhada pelo vento. Desde então — eu tinha apenas onze anos — nunca mais meu pai têve êxito em seus negócios e passou apenas a viver e a gastar do que havia economizado. Certo dia — e parece mentira — a moenda principal do engenho partiu-se ao meio. O pai deixou de ser a formiga e passou a ser a cigarra. A bôa estrêla, que lhe alumiava os passos, apagava-se. Todos os trunfos fugiam de suas mãos e apenas os naipes sem valor eram as cartas que lhe sobravam no jôgo da vida. O velho começava a cair e o menino tinha necessidade de levantar-se para o mundo e para a vida.

Eu tinha a serenidade dos carneiros, mas, era muito sonso. Hábil na queda-de-corpo, aprendida no bagaçal, conhecia bem as estórias pornográficas que corriam pelas rodas dos rapazolas da vizinhança. E contava minhas aventuras, embora em casa continuasse como um dos modelos

de **bom menino.** Daí a idéia de ser levado para o seminário. Sim, o menino seria um padre.

A MÃE É QUE NOS LEVOU

Embora sem dinheiro disponível para as despesas do filho no Seminário, meu pai resolveu levar-me para São Luís em dezembro de 1937. Minha mãe foi conosco, ou melhor devido à idade do filho e ao estado de saúde do marido, abalado pelo álcool — o grande mal do engenho — nós é que fomos com ela. Ia-me esquecendo: com a reviravolta dos negócios de meu pai, nosso barco começou a sossobrar. O velho perdeu o entusiasmo para tudo, fumava demais e deu para beber. Vez por outra, surgia-lhe um ráio de esperança, êle arquitetava castelos, via no caminho alguns oásis, mas tudo não passava de desertos e mais desertos, com a areia da impossibilidade pondo dificuldade em tudo. Só muito depois é que se curou, mas já então não tinha fôrças para novas empreitadas.

Fomos a São Luís por Teresina. Primeiro, a cavalo até Pôrto; dali, num velho ônibus, até a capital piauiense; depois, novamente atravessando o Parnaíba, de trem até a capital de meu Estado. Dias maravilhosos aquêles do mês de dezembro de 1937! Apesar dos onze anos, só ali tive a oportunidade de conhecer gêlo, trem, mar, rua pavimentada, iluminação elétrica. São Luís, embora eu não soubesse na época, era verdadeiro monumento histórico do Brasil. Com seus velhos sobrados de azulejos, ruas tortas, seculares igrejas, respeitáveis estátuas, lembrava bem, como ainda lembra, a gloriosa Atenas Brasileira que se perdeu econômicamente, com a paralisação dos engenhos, após a libertação dos escravos.

A CIDADE ESTAVA DORMINDO

O tremzinho movido a fogo de lenha ia espalhando cinza e faisca por tôda a parte, Com pernoite em Caxias, prosseguimos a viagem, que saiu pelo dia e entrou pela noite, com igual monotonia de rotina. E foi assim, que chegamos em plena madrugada, quando a cidade ainda estava dormindo. E dormia por dois motivos: era noite e, após a passagem de Coelho Neto por ali, no fim do século passado, reanimando seus conterrâneos, nenhum movimento mais alto, a não ser a criação da Academia Maranhense de Letras, havia criado nas novas gerações o gôsto pela literatura, principalmente pela poesia.

Garanto, porém, que Nascimento Morais, preparando sua crônica para a «Pacotilha», Astolfo Serra, esquematizando a «Balaiada», e Corrêa de Araújo, universalizando seus poemas, estavam acordados. E estavam acordados, também, na terra de Graça Aranha, uns poucos jovens que estudavam naquele momento para manter bem viva a tradição da Terra dos Sabiás. Entre êles, nem era difícil destacar um Josué Montello, um Odilo Costa, filho, um Mário Meireles, um Franklin de Oliveira ou um Bandeira de Melo. Eram sentinelas às portas do futuro, evitando que a cidade caisse nas mãos de bárbaros, relegada à ignorância.

Só dez anos depois, São Luís tornaria a levantar-se, com o movimento renovador do Centro Cultural Gonçalves Dias, a que me juntei e em que se destacavam Luci Teixeira, José Sarnei, Ferreira Gullar, Lago Burnett, Ferro do Lago, Vera Cruz Santana, Celso Bastos, Rodrigues Marques, Arimatéia Athaíde, Reginaldo Teles, Raimundo Cardoso, Nascimento Morais Filho, Alteredo Barros, Dagmar Destêrro e Silva — uma verdadeira torrente de sangue nôvo, latente, vibrante. E essa turma faria com que os velhos se levantassem e dessem vida nova à Academia Maranhense de Letras. Isto, entretanto, é outro assunto e eu já ia entrando nele como um boêmio entra num botequim.

A REPROVAÇÃO E O REGRESSO

Com o sol forte, a manhã clara, lá fomos os três matutos do Engenho do Bandolim, com nossas roupas amorrotadas, ao Seminário de Santo Antônio, onde os velhos tentariam deixar o menino por conta da Obra das Vocações Sacerdotais. O seminário estava em reformas a cargo do Reitor, Padre Luís Gonzaga da Cunha Marelim, mais tarde elevado a Bispo de Caxias, onde se encontra, ainda agora, apascentando suas ovelhas. Não era mais o convento de onde o Padre Antônio Vieira pregou o sermão sôbre os peixes, ou que serviu de refúgio a Manuel Bequimão. Nem era, também, ocasião onde os frades Claude d'Abbeville e Yves

d'Evreux prepararam as primeiras obras sôbre a História do Brasil. A casa estava mudada, embora as saúvas, de que nos fala o Padre Manuel Bernardes, em sua «Nova Floresta», ali permanecessem pondo em sobressalto os discípulos de São Vicente de Paula, que mantinham, pela tradição e pela necessidade, uma pequena horta. De nada até ali eu sabia. O menino do Bandolim não estava ápto, sequer, para o exame de admissão ao Seminário. Acabei sendo reprovado.

Nosso regresso ao Brejo foi pelo mesmo caminho. Lucrei por ter conhecido duas capitais, nas quais iria fixar-me mais tarde pois, em 1940, fui para o seminário em definitivo, enquanto minha família se mudava, em 1941, para Teresina.

UM NÔVO ANJO-DA-GUARDA

Reprovado no exame de admissão ao seminário, sem um ginásio em minha terra, só tive um jeito de não parar nos estudos: repetir o quarto ano primário. Era, porém, um privilegiado porque conhecia duas capitais e, já àquela altura, conversava com relativa facilidade. Certo dia, no primeiro semestre de 1938, dona Cotinha pilhou-me em conversa com o Clodomir Caldas, depois meu colega no Seminário e, atualmente, professor e advogado em São Luís. Pela primeira vez, fui repreendido e, também, pela primeira vez — repliquei: «eu não conversava com êle; êle sim, conversava comigo...» Nova repreensão e, mais que depressa, retirei-me da sala e fui para casa.

Inúteis os chamados da Professôra, que foi à porta e exigiu meu regresso. Nem olhei para trás, pois, já naquele tempo, como ainda agora, eu não gostava de olhar para trás, embora o faça agora, escrevendo sôbre minha infância, sem nenhum mêdo de transformar-me numa estátua de sal. Aquela atitude — quase temeridade — criou um nôvo rumo para minha vida. Dona Cotinha iria ser meu anjo-da-guarda por muitos anos. Iria amparar-me, educar-me, servir-me de mãe. A ela devo minha volta ao seminário, onde consegui amoldar meu caráter para enfrentar a vida que levo.

Horas depois, quem estava em minha casa? Precisamente dona Cotinha. Foi contar à afilhada o que o menino fizera. Mamãe estava no Engenho do Bandolim e, só à noite, soube de tudo. No dia seguinte, levou-me à madrinha para o castigo. A ponta do espinho de meu orgulho seria quebrada, pois a humilhação estava pronta para lutar contra mim, como o faria, pela vida afora, a partir daquele dia. O bom senso, a pedagogia de dona Cotinha, não resta dúvida, preferiu conceder-me perdão e, com êle, a rápida recuperação. Dali para a frente, seria o menino bom. Também não era para menos: Dona Cotinha, além de perdoar a minha falta, passou a tratar-me como gente de seu coração.

A PALMATÓRIA ME CASTIGAVA

Êste capítulo devia ter vindo antes. Imaginem que trata de minhas primeiras letras e, a esta altura, já falei inclusive sôbre o meu ingresso no curso ginasial. O carro vinha à frente dos bois, mas, certamente, os leitores irão perdoar-me. Isto se ainda existir neste mundo de meu Deus alguém com tempo disponível para ler esta lenga-lenga.

A Badinha, ou melhor, dona Francisca Furtado da Silva, embora não sendo nossa parenta, era uma espécie de irmã para meus pais e de tia para mim e meus nove irmãos. Todos aprendemos a decifrar letras e números sob sua severa orientação. Não sei quantas vêzes a palmatória funcionou para dar descanso ao chicote de couro cru. Só minha irmã mais velha, hoje professora no Piauí, casada com o diretor do Ginásio de Piripiri, não tomava conhecimento daquela tortura. Diziam que aprendeu tudo com muita facilidade. A verdade, porém, era outra. Badinha gostava muito dela e não permitia que se tocasse, nem de leve, na sua querida afilhada. A mana era a menina dos olhos de Badinha. Em compensação, outra irmã, também mais velha do que eu, pedia nas preces à noite: «Meu Deus, mata a Badinha para eu não aprender a ler nem apanhar mais». Deus, entretanto, não ouvia as preces da menina. E a primeira mestra só morreu aos 83 anos, quando o coração não resistia mais aos impactos da vida e preferiu levá-la para os mistérios da morte, cercada pelo afeto e pela veneração dos dez mininos que aprenderam a ler com ela.

Sinceramente, tive dificuldades com os enígmas das primeiras letras e sílabas.

Hoje, creio que foi devido ao pavor e ao sobressalto, por mêdo ao relho e à palmatória. Era o método adotado por Badinha, o mesmo que lhe aplicaram no século passado, entre os escravos no engenho de seu pai — o coronel Furtado da Silva, que hoje tem netos aqui pelo Rio, sem contar os que andam espalhados pelos resto do Brasil. Em 1932, quando os cearenses chegavam ao Brejo empurrados pela terrível sêca, eu chegava, por minha vez, às letras do alfabeto, empurrado pela terrível palmatória. E ficava de joelhos, ao lado de Badinha, sentada em sua máquina de costura, preparando vestidos de comadres e afilhadas, que eram muitas, tôdas espalhadas pelo interior do município.

Sem tirar os olhos da costura, Badinha soltava um grito que se espalhava pelo velho casarão, onde residia na rua Gonçalves Dias: — «Vamos, soletra!» E eu, já soluçando, começava: «B com A é b-a-bá, B com E é b-é-bé, B com I é b-i-bi». Dali só saía com muita dificuldade. O pior é que, depois que aprendia só Deus mesmo sabia como, tudo ia por águas abaixo. Badinha passava nova lição e lá vinha de nôvo a palmatória arrebentando minhas mãos.

Ainda agora, com meus quarenta anos, mal aprendo uma lição — e com que dificuldade! — passam-me logo outra, uma nova página desconhecida, e lá vem o castigo: a palmatória da vida não brinca. Então me lembro de Badinha, que dizia com segurança: «A taca produz milagres».

Eu apanho mas aprendo.

MEU TIO ERA RESPEITADO

Um século eu viva — é muita coisa — e passarei lembrando a figura de meu tio Rosendo Pinheiro. Quase sempre, à tarde quando a vida era mais calma no Engenho do Bandolim, êle ia visitar meu pai e e conversar sôbre o que corria de nôvo pelo mundo. Homem de inteligência e de talento, sócio correspondente da Oficina dos Novos», de São Luís o tio Rosendo era querido no Brejo, onde substituía o médico, até mesmo nas mesas de operação. Estudioso, e não curioso, extraía as balas nas vítimas das «tocaias» ou das festas do interior, como indicava remédios para inúmeras doenças, que grassassem pela cidade. Meu tio era respeitado e todo mundo tinha confiança nêle.

O mais importante no irmão de meu pai era a cultura. Discorria sôbre qualquer assunto. Tenho comigo uma crônica, encontrada no arquivo do escritor Joaquim Vieira da Luz, em que Rosendo Pinheiro, em 1903, fazia uma exposição sôbre os relâmpagos e trovões, mostrando seus conhecimentos nos campos energéticos.

Sua admiração por Rui Barbosa ia ao extremo de decorar os discursos do Conselheiro, quase sempre publicados pelo «Correio da Manhã». E era, também, capaz de reproduzir um discurso qualquer, que ouvisse, tal a capacidade de reter, de gravar, de fixar na memória. O desembargador Cristino Castelo Branco exaltalhe a inteligência, num dos livros em que relembra sua passagem pelo Brejo, como juiz de Direito, substituindo o desembargador Henrique Couto, lá por volta de 1917. Não era só o caráter pela formação, nem os conhecimentos pelo estudo, nem a prestimosidade pelo despreendimento que se destacavam em Rosendo Pinheiro. Acima de tudo, era a admiração de todos, era a confiança que se impunha porque se derivava de seus princípios morais. O professor Deolindo Couto ainda se recorda dêle pela convivência das férias na infância.

Ainda hoje, mais de 30 anos após sua morte, a lembrança de tio Rosendo Pinheiro é uma legenda que nasceu no Engenho do Bandolim, também na minha infância, e ainda hoje está fixa na memória, bem guardada no coração, como se fôsse uma rosa vermelha, que desafiasse o tempo, conservando-se pura e perfumada.

A SÍNTESE NA ORIGEM

Não quis sair do Engenho do Bandolim. Foi a necessidade que me afastou da terrinha, de onde parti em 1939 para Buriti de Inácia Vaz e no ano seguinte, para São Luís. Em 1945, voltei ao Brejo e não mais encontrei o engenho, nem o curral, nem a casa onde nasci, ao pé do morro, com fundos para o riacho. Tudo tinha se perdido no tempo. E só na memória de um ou de outro teimoso, dêsses que vivem **remoendo** o passado sem qualquer objetivo, como é o meu caso aqui, ainda persiste uma sombra que pouco a pouco se desmancha. De qualquer forma, com êste

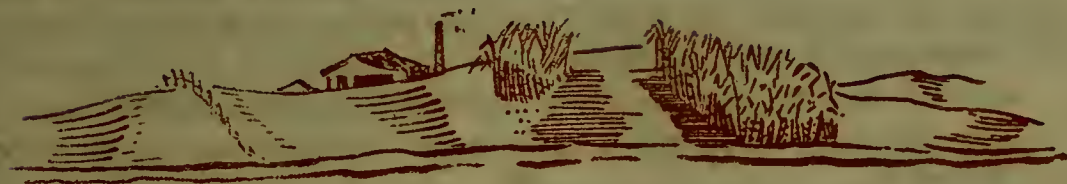
relato, posso mostrar aos sociólogos o que é a vida no sertão. Vida rude na infância, bem fixada no soneto **Recordações:**

Recordações da infância... (Uma [infância esquisita,
sem beijos das irmãs, nem carícias [dos pais,
que aos poucos se passou com uma [luta inaudita,
num engenho, entre os bois e entre [os canaviais;
infância que passei, como um duende [que hesita,
com passos para a frente e passos [para trás
quase fôlha que, sôlta, espaço além, [se agita,
e sobe, e desce, e vai, e vem, aos [vendavais!)
... tristes recordações de minha [infância triste,
tôda de sofrimento e de labor e de [ânsia,
sois a saudade, sois a fôrça que me [assiste
a ver, de nôvo, a terra em que eu [lutei menino,
ainda nos tempos bons de minha [humilde infância,
entre dois pais: o pai-carnal e o [pai-destino.

Os versos — talvez alexandrinos — são dos 20 anos. Já aos 40, persiste a lembrança nessa ORIGEM de que falei ao iniciar êste trabalho e com que termino tantas reminiscências inúteis:

Na encosta daquele morro
foi que o menino nasceu.
Seu carneirinho era branco,
sua casa era modesta,
ficava a um lado o curral,
mais adiante o engenho
moendo cana-caiana
— trabalho da madrugada.

O bairrozinho era pobre
com o nome de Bandolim.
O município era pobre,
sua família era pobre,
e em tudo a pobreza estava
como constante ameaça
ou permanente honradez,
mas na encosta do morro
foi que o menino nasceu.

Dali, do nome do bairro,
vem seu amor pela arte;
do exemplo do carneirinho,
sua grande mansidão;
do engenho da madrugada,
o gosto de trabalhar,
mas da encosta do morro
o desejo de subir.

BARCAÇAS DE AÇÚCAR

NESTOR DE HOLANDA

AS EMBARCAÇÕES mais úteis à indústria açucareira do Nordeste, particularmente de Pernambuco, as barcaças formam capítulo à parte no estudo dos transportes no Brasil. São embarcações rústicas e vêm navegando naqueles mares, do norte da Bahia ao Rio Grande do Norte, desde o início da Colonização. Tem-se notícia de que, logo nos primeiros dias de Olinda, após o desembarque de Duarte Coelho, houve naquela cidade pernambucana oficinas que construíam barcaças. Frei Vicente do Salvador (1564-1636), considerado o primeiro historiador brasileiro, afirma que o Donatário fêz com que se construíssem em Olinda caravelões e lanchas que navegaram pela costa pernambucana até à foz do São Francisco. E Frei Vicente concluiu sua *História do Brasil*, obra indispensável ao conhecimento de nosso primeiro século de existência, em 1627.

José Alípio Goulart afirma: "A tal ponto essa embarcação se incorporou àquela indústria que seu deslocamento chegou a ser medido pela quantidade de caixas ou sacos que carregasse, como se constata de anúncios publicados em jornais do século XIX, editados em Alagoas e Pernambuco". Diégues Júnior informa: "Em águas, as barcaças e as canoas têm sido os veículos mais úteis ao transporte do açúcar. A barcaça e a canoa transportam açúcar em rios, sendo que a primeira também no mar. É de valor inestimável à economia açucareira a contribuição da barcaça, de fácil utilização pelo engenho quase sempre situado à margem do rio próximo ao mar. Entre os portos do Norte, sobretudo os pequenos, a barcaça, é o traço de ligação". E Gilberto Freyre mostra que quase todo o açúcar dos engenhos nordestinos "vinha em barcaças pelo rio e pelo mar" devido aos maus caminhos terestres.

PASSAGEIROS

Mas não apenas no transporte de cargas foram empregadas as barcaças. Também passageiros delas se serviram durante séculos seguidos, até o início dêste. Houve épocas em que elas formaram, quase com exclusividade, o tráfego marítimo entre pequenas

cidades, porque os navios de linha não encostavam nos lugarejos litorâneos.

As embarcações eram dotadas, então, de acomodações especiais. Delas se serviam famílias ilustres. Algumas possuíam camarotes tão confortáveis como os dos navios. E é curioso observar que os estudantes de Olinda, e, depois, também os do Recife, residentes em cidades praieiras, usavam as barcaças como único meio seguro e eficiente — e também mais rápido — para comparecer às aulas e regressar para o gôzo de férias, ou para os fins-de-semana.

HISTÓRIA

Em seu *Ensaio Sôbre as Construções Navais Indígenas do Brasil,* lembra o Almirante Alves Câmara que as barcaças participaram das lutas contra os holandeses no século XVII. Figuram em várias crônicas daqueles feitos heróicos da revolução de João Fernandes Vieira.

Certa vez, duas barcaças com "algumas canoas guarnecidas de robustos mosqueiteiros com voga pintada alcançaram uma embarcação grande e três lanchões guarnecidos de holandeses que tinham entrado a barra e vinham socorrer o forte de São Maurício e os atacaram, e com a primeira carga de fuzilaria forçaram-nos a virar de bordo e fugir para o mar, não fazendo mais do que disparar por diversas vêzes a sua artilharia". Êste episódio é narrado nas *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* por José Bernardo Fernandes Gama.

Em discurso durante a Campanha Abolicionista, Joaquim Nabuco destacou, estusiasmado, os grandes serviços prestados à causa pelas barcaças nordestinas. Porque as barcaças concorreram com as jangadas do Ceará — em trabalho coordenado com os jangadeiros de Francisco José do Nascimento — conduzindo os negros fugidos. Êstes viajavam escondidos nos porões, entre as cargas, protegidos contra os agentes da polícia. E assim as barcaças cumpriram o lema dos jangadeiros que aboliram a escravatura antes de o Brasil fazê-lo: "No pôrto do Ceará, não se embarcarão mais escravos".

SUPERTIÇÕES

Como os jangadeiros e outros homens do mar, os barcaceiros são supersticiosos, têm lá suas crenças. Muitos acham que há côres que são mais agradáveis aos olhos de Nossa Senhora dos Navegantes; outros pintam suas embarcações com tonalidades preferidas por Nossa Senhora da Conceição; vários coloridos são para Nossa Senhora do Ó. Adotam desenhos especiais gravados

na madeira — desenhos para dar sorte. É comum usarem dois peixes, pintados ou esculpidos no mastro-da-ré, e informarem que os peixes servem para indicar a direção do vento...

Em geral, as barcaças têm nomes de santos. Outras recebem os de mulheres — nunca, porém, um nome pagão...

Acreditam na Procissão dos Afogados, da qual nos falam os jangadeiros: a procissão que sai durante a Sexta-Feira Santa, com as almas dos que morreram no mar a cantar lamentos dolorosos, sôbre as ondas... Quando um homem do mar vê a Procissão dos Afogados, algo de mal lhe acontece: morre, fica doente, perde o juízo, sofre males terríveis... É preciso, por isso, evitar o mar (a pesca, principalmente) na Sexta-Feira Santa...

Crêem em navios fantasmas, e nesta crença é curioso registrar que êles sempre aludem à Nau Catarineta, a xácara portuguêsa de uma travessia do Atlântico em circunstâncias trágicas — xácara que é registrada na literatura oral até de navegantes franceses, inglêses e espanhóis, descrevendo episódios em conseqüência de calmarias, temporais, fome, ou mesmo em conseqüência da solidão oceânica.

Segundo Almeida Garret, a estória da Nau Catarineta nasceu na viagem da nau *Santo Antônio*, em 1565, transportando Jorge de Albuquerque Coelho, de Olinda para Lisboa. O barco naufragou. A tragédia apoderou-se da imaginação popular. Foi tema da narrativa de Bento Teixeira Pinto, autor da *Prosopopéia*, o primeiro livro escrito no Brasil. E, até hoje, nos festejos natalinos do Nordeste, os fandangos e as marujadas recordam o sinistro na Nau Catarineta, enquanto os navios fantasmas surgem aos olhos dos supersticiosos homens do mar.

COSTUMES

Quase sempre os barcaceiros moram, de fato, nas barcaças. Há os que viajam com as mulheres e os filhos. Mais comum, porém, é se sentirem navegantes como os de longos cursos. Têm pouso fixo em alguma cidade litorânea, famílias a esperá-los, mas um amor em cada pôrto...

Então, os mestres e seus tripulantes, também chamados *coringas* como os das jangadas, cumprem rotinas da navegação, cada um com sua função ao leme ou às velas para os bordejos e as manobras devidas às mudanças do vento, cada um senhor de seu dever, cumprindo ordens disciplinares, participando dos lucros.

A alimentação comum consta de feijão, farinha, carne-do-ceará (charque), carne-de-sol (ou carne-do-sertão), bacalhou e arroz. Pescam durante as viagens e não dispensam bolachas. É-lhes

impossível, igualmente, abrir mão de aguardente e de café bem forte. Usam fumo de rôlo, o tabaco prêto, alguns no cachimbo, outros na palha. Adotam o rapé para espirrar. E muitos aceitam a maconha que faz sonhar sonhos maravilhosos...

CARACTERÍSTICAS

Há as barcaças de fundo chato e as de quilha. As primeiras, é óbvio, penetram nos pontos mais rasos, são rio acima acionadas por longas varas que os tripulantes apóiam no peito depois de firmar a outra extremidade nùm ponto qualquer do fundo ou da margem. Seu tamanho é variável. Há menores e maiores. Deslocam, porém, em média, 45 toneladas. Umas têm dois mastros: o grande e o da vela traquete, servindo êste, também, à bujarrona ou *vela coringa,* como costumam chamá-la os barcaceiros. A bujarrona se apóia no mastro da traquete e na proa. Ajuda o equilíbrio da direção, facilitando o trabalho do leme. Outras têm três mastros, além da bujarrona: o grande, o traquete o latino e o de proa ou mezena. Correspondem às velas grande, que é de fôrça, e às demais que são consideradas velas de manobras. E suas medidas, em média, são: 100 palmos de quilha, 80 palmos de mastro grande e 20 de mura — isto é: de bordo a bordo.

TRIPULAÇÃO

Finalmente, quase sempre é de sete membros a tripulação das maiores barcaças: o mestre, o contramestre, dois marinheiros, dois moços de bordo e o cozinheiro. Na pôpa ficam os beliches, principalmente o do mestre (o conjunto forma o castelo-de-pôpa). Na proa, em castelo menor, o rancho e a cozinha. Ao centro, o porão de carga, também chamado escotilha ou sepultura — e, sobre a carga, invariàvelmente, a jangadinha salva-vida, tipo acionado por um remo de duas pás, que os jangadeiros chamam de candandu. Mas usam, também, salva-vidas comuns, como os bóis dos navios.

E, no camarote do mestre, além do beliche e da mesa, relógio, bússola, calendário, as 27 bandeiras das convenções marítimas, o código internacional de navegação e os livros de bordo: o de derrota, de frete, de despesa, de escritura e rol de équipagém, de escalas e o de despesas.

BRINCANDO DE FOLCLORE

MARIO SOUTO MAIOR

IZ que o Mundo foi feito aos pedaços.
Deus fêz a terra, o céu as nuvens de carneirinho, as estrêlas e uma porção de coisas bonitas como os pássaros, as borboletas, as rosas, o arco-iris e a primavera.

Depois, começou a fazer os animais. Fêz o leão, com a sua juba e com sua imponência de rei; o elefante, com a sua tromba e sua enormidade; a formiguinha, do tamanho de nada; fêz a vaca e fêz a serpente.

Foi quando ficou com um bolão de barro na mão e fêz um bicho bem gordo e com a fala diferente chamado porco. E mal acabou de fazer o porco, êle saiu correndo.

Deus, então, se apercebeu de que havia esquecido de fazer o rabo do porco, mesmo porque todo bicho que Êle estava fazendo tinha cauda. E como o barro estava já no fim, Deus fêz um canudo fininho e curto e jogou no porco que já ia longe.

Foi assim que o porco ganhou um rabo diferente dos outros animais. Um rabo engraçado.

* * *

No dia seguinte, Deus acordou bem cedo para continuar seu trabalho de fazer coisas para botar no Mundo que era muito grande e ainda estava muito vazio. Coisas indispensáveis, como capim para os animais, banana para os macacos e peixe para os rios e para o mar.

Foi quando chegou a vez de fazer as frutas para alimentar os homens e os animais também.

Fêz a jaca para as famílias pobres e numerosas, o sapoti, a pinha, a goiaba e o seu bicho, e tudo quanto foi de fruta bonita e gostosa.

E como ainda tinha muito barro, Deus pensou em fazer uma fruta que fôsse bonita, gostosa e que tivesse até qualidades para conservar a saúde do homem. Pensou, pensou, e fêz o caju, de duas côres, vermelho e amarelo.

E satisfeito com a sua obra, adormeceu de tão fatigado que estava. E sonhou que havia esquecido de fazer o caroço do caju. Sem caroço, o caju estava condenado a desaparecer.

No outro dia bem cedinho, com o cantar dos galos (Deus fêz o galo para acordar os homens para o trabalho e para avisar quando suas filhas fôssem roubadas, o que já é outra estória) e com o sol nascido, Deus se levantou, lavou o rosto e correu prá junto do cajueiro. E achou o caju tão bonito, tão bonito, que teve pena de abrir o bichinho para botar o caroço dentro. E como Deus é grande e muito sabido, achou um jeito: botou o caroço do caju do lado de fora, com o nome de castanha. E o caju ainda ficou mais bonito.

* * *

E Deus continuo o seu trabalho de "aprontar" o Mundo. Fêz a chuva para que as plantas pudessem crescer depois de já haver feito o sol para aquecer os homens e amadurecer os frutos. Fêz a lua, bonita, redonda, gorda, prateada, para fazer suspirar o coração das donzelas nas noites de serenata. E para iluminar o Mundo quando o sol fôsse embora.

À tardinha, Deus se lembrou que havia feito no homem qualidades das mais variadas: coragem e covardia, beleza e feiura, amor e ódio, disposição para o trabalho e a preguiça.

Estava assim pensando enquanto brincava com um pedacinho de barro sem saber o que fizesse, de tão pequeno que era.

Lembrou-se do homem preguiçoso e ficou com pena dêle. Para compensar a invenção da preguiça no homem, Deus imaginou uma planta que ajudasse a alimentação dos preguiçosos, uma planta que não desse muito trabalho. Fêz uma fôlha e jogou ao sabor do vento. E quando aquela fôlha caiu no chão, nasceu um pé de batata doce que é a plantação que não dá trabalho nenhum. Basta enterrar um raminho no chão fôfo e pronto! Ela dá que é uma beleza.

É por isso que quando uma coisa é fácil, o povo diz que é como batata, que foi inventada para facilitar a vida dos homens.

DEVOÇÃO E SUPERSTIÇÃO DO NORDESTE

MAURICIO RABELLO

AS IGREJAS estão sempre presentes, não só nas cidades do interior de Pernambuco, mas também nos tradicionais engenhos de açúcar e interior de todo o Nordeste. Nos engenhos não são Igrejas, são Capelas. Em cada povoado, aldeia ou cidade, o sentimento de religiosidade permanece sempre forte, presente nos cultos ordinários e nas procissões dos grandes dias, destinados aos padroeiros e santos de maior prestígio da Terra.

Quase sempre a casa-grande, a capela e a fábrica do engenho de açúcar constituem o que Gilberto Freyre chama "o triângulo" das propriedades especializadas no plantio da cana e fabrico do açúcar. Um ou outro engenho discrepa dessa regra. Há engenho, como o Engenho Poço Comprido, no Município de Vicência, em Pernambuco cuja casa-grande e capela formam um só conjunto. Então se poderia dizer que o serviço religioso estava sempre presente às atividades domésticas, ou antes que o Capelão e o Senhor de engenho colaboravam no mesmo labor, que tendo um objetivo econômico, não deixava de se realizar em louvor da Providência.

No Engenho Gurjau de Baixo, também em Pernambuco, no município do Cabo, há um outro tipo de capela, que mais parece "quarto de santo" a que se refere José Lins do Rêgo, no seu conhecido livro "Meus Verdes

Anos". Quando não havia em engenho a capela, como construção distinta da casa-grande, os ofícios religiosos eram feitos nesses "quartos de santo" pelo Capelão que se incorporava à família como se fôsse um parente, não de sangue mas de espírito.

Às vêzes nem os "quartos de santo" existiam nas casas-grandes mais pobres, como ainda se encontram no nordeste do Estado de Pernambuco; mas simplesmente um oratório encostado a uma parede do próprio quarto de dormir, em tôrno do qual se penduravam quadros com santos da devoção dos seus donos. Alguns dêsse oratórios eram peças trabalhadas em jacarandá ou vinháticos da velha talha portuguêsa; outros, entretanto, eram toscas obras de marceneiro do próprio engenho, artesãos de fracos recursos.

Voltando às capelas de engenho, de construção isolada, distintas das casas-grandes, citaremos algumas, que pelos seus traços arquitetônicos e valor histórico podem se destacar.

Ao lado direito da casa-grande, do Engenho Monjope, no município de Igaraçu, no Estado de Pernambuco, ergue-se a capela, sob a invocação de São Pedro. Nessa Capela, além da sua fachada, de singular beleza, há uma alta tôrre erguendo-se vários metros acima do telhado e ao seu lado esquerdo. A nave não é espaçosa, mas se prolonga para a parte posterior a fim de receber o altar e para as partes laterais que saem da plano geral como puxadas de casa humilde. Uma escada exterior dá acesso ao púlpito.

Uma outra capela, a do Engenho Massangana, engenho da meninice de Nabuco, no município do Cabo, Pernambuco, sob a invocação de São Matheus, parece não ter sofrido reforma. Os traços arquitetônicos são de uma sobriedade que estão longe de ter a indigência tão comum às capelas de engenho. Construída numa elevação, é necessário subir os degraus de tijolo de uma escadaria para atingir-se à extensa calçada que circunda a capela. No altar-mor, encontra-se a mesma imagem de São Matheus que viu Joaquim Nabuco menino.

O Engenho Morenos, no município de Moreno, Pernambuco, tem também a sua capela numa elevação, com sua frontaria mais cheia de detalhes do que o comum das capelas de engenho, geralmente de uma pobreza arquitetônica de doer na vista. Muita cidade do interior do Estado poderia ostentar Igreja com as características da Capela do Engenho Morenos, tanto pelas sua amplitude quanto pela arquitetura bem cuidada da sua fachada,, lembrando o tipo tradicional barroco.

Já capela do Engenho Poço Comprido, no município de Vicência, Pernambuco, apesar da sua continuidade com a casa-grande, nada perdeu de sua beleza. A porta central, única via de acesso à nave é almofadada e certamente de madeira de lei. As janelas em número de duas no pavimento superior possuem uma moldura em alvenaria, que não é comum em capela de engenho. À primeira vista a capela de Poço Comprido assemelha-se à Igreja da Misericórdia, em Olinda. Não possuindo tôrre, o frontispício é caprichosamente desenhado em volutas estreitando-se à medida que se transforma em soco que sustenta a cruz. Nota-se na Capela de Poço Comprido uma particularidade muito sua: um muro que contorna tôda a capela, como a protegê-la de pessoas profanas ou de animais que comumente viviam à solta no copiar do Engenho.

Quanto a capela do Engenho Gurjau de Cima, município do Cabo, Pernambuco, é um bloco arquitetônico de tal volume que antes se poderia elevá-la à construção de igreja. Em tamanho talvez se possa comparar a do Engenho Laranjeiras, no norte do Estado, e que teve tal importância que foi sede de freguesia antes da existência de Nazaré da Mata. O que torna a Capela do Engenho Gurjau de Cima pesadona é o inacabado de suas tôrres, deixadas apenas em suas bases. Ela poderia ter sido erigida em Olinda, Salvador ou Ouro Preto pelo grandioso de sua arqui-

tetura. A nave de dimensão incomum em capela, poderia reunir um número de fiéis que certamente não habitavam no engenho, incluindo mesmo a escravaria.

Existem por todo o Estado de Pernambuco, um grande número de capelas de engenho, que além dessas, estão de pé, com grandiosidade de linhas arquitetônicas, provando de há muito o cuidado e respeito pelas coisas divinas.

Ao lado do sentimento religioso, há no Nordestes superstições que se notam no tratamento de doenças, medicina misturada à religião. O homem nordestino se interessa sempre pela saúde do próximo. As receitas de tratamento de saúde se difundem pelas informações de terceiros, também das môças e mulheres do interior que se mudam para as cidades maiores e capitais, algumas vêzes levadas pelos donos de engenhos ou fazendas outras vêzes de modo próprio, para ganhar a sua subsistência. No interior dos Estados Nordestinos, hoje em dia, as condições de subsistência são mínimas.

Anotavam-se as receitas médicas em cadernos guardados com todo carinho; receitas às vêzes idênticas às usadas na Europa trazidas às nossas terras por mãos estrangeiras. Nesses cadernos de anotações, espécie de guia médico das famílias, e também informações do povo, encontram-se receitas umas puramente medicinais; outras, medicinais e ao mesmo tempo de aspecto religioso, pois não basta só o remédio, mas também a fé nêle próprio e em Deus. A fé em Deus, no remédio e também quase sempre a superstição fazem dessas receitas uma tradição da medicina popular, parte do nosso folclore do interior.

Há vários exemplos dessas meizinhas tiradas da tradição popular do Nordeste.

Para picada de marimbondo, aplicar no lugar atingido fôlhas de pimentas malaguetas, quando engolidas servem para sezão; criança com mau olhado, logo deve ser passada dua vêzes por entre os punhos de uma rêde, o mau olhado desaparece; sumo de courama serve para as afecções do estômago e dos intestinos; gestante sentando-se em batente de porta terá a placenta "acrescida"; sumo de arruda para curar as convulsões; para a queda de cabelos, queimar os cabelos que caíram; o sumo da malva do reino com mel de abelha cura a tosse; urina de vaca é bom remédio contra a tosse-braba; água de arroz adoçada é bom para as hemorragias; chá de fôlha de velame para curar o catarro do peito; cheirar algodão queimado cura hemorragia do nariz, fôlha de manjericão e óleo de piqui é um santo remédio para a dor de ouvido; uma colher de banha de cobra cascavel pela manhã e à noite é remédio para asma. Os que desejam livrar-se das picadas de cobras devem rezar a seguinte oração:

São Bento, água benta
Jesus Cristo no altar
Benzei êstes caminhos
que nêles eu quero passar
(depois rezar uma Ave-Maria)

Oração para curar a erisipela:

Isipra, isipela, sipelão
Do tutano vai pro osso,
Do osso pra carne,
Da carne pra pele
Da pele pras bandas do mar sagrado
(em seguida rezar um Padre-Nosso e uma Salve-Rainha).

Existem ainda outros remédios estranhos, mas de uso muito freqüente no interior do Nordeste, como:

Saúva torrada com café cura o puxado; no tratamento da azia, lamber forquilha de cumieira de casa para dor de cabeça, um pouco de alho no dedo mín mo; se a criança arrotar no peito da mãe, na hora de mamar, a mãe deve passar sôbre as têtas os quartos da criança, livrando-a de futuros males escuma de pau é o remédio indicado para as afecções da bôca, sobretudo para boqueira.

Há também a medicina escatológica muito comum no Nordeste:

Extêrco de galinha acaba com os panos brancos; com o algodão sujo de fezes, curam-se as dôres do antraz rêde bem usada passada no rosto acaba os cravos e as espinhas; extêrco de cabra misturado com leite de mulher cura a dor de barriga; contra a dor de dente, um piolho vivo, envolvido em algodão e colocado na cavidade; contra retenção de urinas uma barata esmagada no azeite dôce, esquentada ao fogo, e untada ao pênis, é bom remédio.

Poderíamos ainda enumerar uma quantidade infinita de outras meizinhas, que aparecem sempre em zonas interioranas do Nordeste. A falta de médicos, de postos de assistência social no interior do Nordeste faz com que as populações procurem a terapêutica chamada campestre para aliviar os seus males. Não é raro o nordestino encravado no sertão que não leve em seu bôlso, sementes de determinadas plantas, fôlhas, como também dentes de jacaré, castanhas. Êsse uso não é sòmente para curar as variadas doenças, e sim, muitas vêzes para prevenir os prováveis males.

LEMBRANÇAS, ENGENHOS, O CARIRI E OUTRAS COISAS QUASE FOLCLÓRICAS

DIAS DA COSTA

MENINO ainda, menino de cidade, na cidade do Salvador da Bahia, longe, muito distante, no tempo e no espaço, da era da cana-de-açúcar, dessa cultura que pràticamente modelou uma civilização em vastas áreas do Brasil, até o meu conhecimento chegavam, indiretamente, ecos da presença, quase diria da onipresença, da agroindústria açucareira em tôda a vida de várias e importantes regiões brasileiras.

Assim era que, se alguém estremecia, de repente, num arrepio, num estremecimento, que era, segundo a crença, "a Morte passando", infalível surgia a frase já quase instintivamente pronunciada: "Vai pro canavial". Eu não sabia bem o que era "o canavial", coisa que só muitos anos depois vim a conhecer de vista numa estada de alguns meses nos feudos da "Usina Terra-Nova", no distrito de Santo Amaro da Purificação. Também, nunca consegui saber se a Morte obedecia ao comando e se, deixando o vivente assustado ia vagar entre as fôlhas verdes das roças de cana que eu, em imaginação, situava em terras distantes, além da minha limitada geografia infantil. Comum, também, era ouvir, se por acaso me excedia no açúcar e passava de três colheres para adoçar o café com leite, a reprimenda rápida: "Chega, menino. Você é filho de Senhor de Engenho?" Para alguém que não servia para nada, que era inútil ou desordeiro. "mau elemento", como se diria hoje, o remédio, o castigo, seria, sem remissão, "botar na palha da cana para êle ver o que é bom." E a quem se oferecia a alternativa entre um encargo pesado ou uma incumbência leve, não raro era ouvir-se a resposta pronta, que estava na ponta da língua: "Vê lá se eu vou deixar de comer doce pra chupar rolête!" E quando alguma coisa estava em desordem, em confusão, e não servia pra nada, era uma "bagaceira". O brinquedo de "negro fugido" e "capitão do mato", era comum, ainda, mesmo na cidade, antecedendo de muitos anos, o "bandido" e o "mocinho" que, primeiro o cinema americano e depois as histórias em quadrinhos iriam popularisar por estas bandas. O negro fugido era sempre o "mau elemento", o "capitão do mato" era sempre o herói. Isso, só falando da cana e do açúcar, sem falar na cachaça e na rapadura, na gostosa rapadura puxa, ou no açúcar "mascavado", como era chamado, e que comíamos com delícia, guloséima disputada entre as crianças da casa.

Da cachaça, é possível dizer que a sua presença não era menor, que estava, simbólica e materialmente, na bôca do povo, nos ditos, nas histórias populares, nas "meizinhas", nas festas, nas práticas fetichistas, boa para o enfrentar o calor, ótima contra o frio, companheira na alegria, solidária na tristeza, para lembrar e para esquecer, "caninha" que dava alento e coragem, para o trabalho ou para a briga.

Recordo tudo isso para acentuar, como disse de início, a profundidade, o grau em que o cultivo da cana penetrou na vida e na cultura das gentes de vastas regiões brasileiras, atingindo suas ressonâncias áreas enormes de terra e de povo.

A PRESENÇA DA CANA-DE AÇÚCAR

Em seu livro MANUAL DE COLETA FOLCLÓRICA, ao falar da cana-de-açúcar, diz Renato Almeida, tratando do folclore dos vegetais no Brasil: "Não lhe vou falar aqui da importância da cana de açúcar, determinante de um ciclo na História do Brasil, e que sendo econômico e social, também é densamente folclórico. Não é a planta em si, é tudo que motiva, o banguê, o engenho e a usina. É o centro da vida colonial, a casa grande e a senzala, e, além do mais, o açúcar, alimento básico de nossa vida e de tôda a doçura. A industrialização do fabrico do açúcar tirou à cana êsse imenso prestígio popular, mas o que vem dela e o que lhe é devido, é imenso."

Outros efeitos dessa industrialização, que tanto tirou à cana "êsse imenso prestígio popular", são fixados por Gilberto Freyre em seu livro NORDESTE: "O sistema do latifúndio moderno é o da usina: sua ânsia, a de "emendar" os campos de plantação da cana, uns com os outros, formando um só campo formando cada usina um império; seu espírito, aquêle militar, a que já se fêz referência. O espírito do senhor latifundiário que procura dominar imperialmente zonas maciças, espaços continuados, terras que nunca faltem para o sacrifício da terra, das águas, dos animais e das pessoas ao açúcar.

Açúcar com A maiúsculo. Açúcar místico. Um açúcar dono dos homens a mão ao serviço da gente da região. Quando muito, ao serviço de uma minoria insignificante. Mas nem isto. O usineiro é, em geral, êle próprio um deformado pelo império do açúcar".

Assim, tem razão Renato Almeida quando afirma: "Ainda há muita coisa a ver nos canaviais e nos engenhos e usinas. *O fenômeno, porém não é de ordem folclórica, mas histórica e social...*" (O grifo é nosso). E aconselha aos pesquisadores: "...se, porém, a região de sua coleta fôr açucareira, deve ser o folclore que persiste".

O QUE PERSISTE

Persistem, por exemplo, como registra Renato Almeida na região nordestina do açúcar, "as cantorias, as versalhadas, as emboladas e côcos". E as adivinhas, as estórias e *causos*

Versos como:

> Engenho novo
> Engenho novo
> Bota a roda pra rodá!

Adivinhas, como a que descreve a cana: "O que é, o que é? Tem pé, mas não anda; tem junta e não ajoelha; tem cabelo e não se penteia".

E lendas, como a da origem do açúcar e da cachaça, assim registrada pelo mesmo Renato Almeida, no livro referido:

"Nosso Senhor andava pelo mundo e certo dia, morto de fome e de sêde, dia de calor bravo, sentou-se em baixo de um canavial para repousar. Descansou, chupou uns gomos de cana, matou a sêde e ao sair abençoou as canas, para que dessem um alimento bom e doce aos homens. E assim veio o açúcar. Acontece que no mesmo dia, o diabo saiu das caldeiras de Pedro Botelho, com os chifres e o rabo pegando fogo. Deu no mesmo canavial, onde se esponjou. As canas lhe atiraram pêlos que deram nêle uma coceira tremenda. Chupou um gomo de cana mas o caldo estava azêdo, caiu-lhe no goto e lhe queimou as güelas. Ficou uma fera e amaldiçoou a cana, e disse que os homens dela tirariam uma bebida tão ardente como o fogo do inferno. E daí veio a cachaça".

Recomenda, ainda, o MANUAL DE COLETA FOLCLÓRICA, em referência às zonas açucareiras, que o pesquisador de folclore: "Veja se ainda fazem as festas da botada e da peja, início e fim da moagem, que era celebrada não só pelos donos dos engenhos, como pelos trabalhado-

res, havendo também a bênção dos canaviais e da maquinaria. São manifestações de ritos agrícolas e convém registrar o que hoje se encontre, *porque a usina vai tornando o fabrico do açúcar uma indústria como outra qualquer.* (O grifo é nosso).

Além disso, vejam-se outros aspectos, que ainda persistem, pois "Também em cantorias, desafios, romances, modas, em suma, em diversas formas lírico-narrativas, bem assim em ditos e provérbios, encontramos referências à vida açucareira".

O ENGENHO E A CANA EM OUTRAS TERRAS

Trabalho excelente, não limitado à pesquisa do folclore da cana-de-açúcar, mas amplo, substancioso e de alto valor foi o realizado por José de Figueiredo Filho com ENGENHOS DE RAPADURA DO CARIRI, publicado em 1958 pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Apresentando o trabalho, diz José Anastácio Vieira: "Há no Nordeste, duas regiões distintas que recebem a denominação de Cariri. Chamavam-nas os antigos, para distingui-las bem, de Cariris Velhos, a que fica na Paraíba, e de Cariris Novos, a que se encrava no sul do Ceará. A primeira é das zonas mais sêcas do sertão paraibano, a outra situa-se justamente na parte mais fértil da terra cearense. Vieram tais nomes do grupo de índios cariris, cujos remanescentes perduram em alguns pontos do Nordeste.

Mesmo com outras cultura agrícolas que estão a ganhar terreno, o engenho de rapadura domina ainda, a vida do Vale Caririense. No Sul do Ceará, ninguém o chama de banguê, a exemplo de Pernambuco. E, exceto para limitado uso doméstico, ali não mais se fabrica açúcar branco. No Cariri faz-se rapadura ou aguardente, quando não se dá o caso de as duas se completarem, para melhor rendimento do engenho.

Embora produto sertanejo, é a rapadura o fator econômico que mais contribui para o progresso do Cariri. Cidades florescem na privilegiada região, onde as sêcas periódicas têm efeitos mais atenuados do que em outras paragens do Nordeste.".

Dando notícia de como a cultura da cana-de-açúcar chegou àquelas paragens, reporta-se o autor, José de Figueiredo Filho, ao trabalho de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, O CEARÁ NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: "Cana — É um dos mais antigos ramos de cultura do Ceará. Ignora-se a data de sua introdução, mas presume o Senador Pompeu que a semente viera de Pernambuco ou da Bahia, trazida pelos primeiros colonos que aqui se estabeleceram. A cana-crioula veio da Ilha da Madeira, em 1633, com Martim Afonso, e porque degenerasse ou fôsse atacada por parasitas, foi, em 1810, substituída pela Cayenna, que, por corruptela, ficou sendo chamada — Caiana".

Viesse de onde viesse a cana, o fato é que, cultivada na região do Cariri, assumiu, desde logo, importância excepcional. É o que afirma o autor: "A importância do Cariri, entretanto, tem como alicerce principal e desde os tempos coloniais, o cultivo da cana e seus engenhos." E, como é natural, influindo decisivamente na economia, condicionou o modo de vida, os costumes locais. E, como aí a lavoura da cana e a indústria açucareira não tiveram o desenvolvimento registrado em outras regiões, a vida conservou aspectos há muito desaparecidos em outras terras. E certos tipos, também. O do "cambiteiro", por exemplo, dos mais pitorescos. Vejamos como o descreve o autor: "Alma danada, afoita, alegre e barulhenta do trabalho quotidiano do engenho é o cambiteiro. É o homem que está sempre com a bôca cheia de nomes feios. Pronto a sacudir por cima dos companheiros ou do animal as maiores descomposturas aprendidas na bagaceira. É perito em botar manhas nos burros em que trabalha. Açoita o bicho no focinho e só anda montado em disparada, por cima de paus e pedras, quer nos caminhos, no corte ou no mato. Burro de cambiteiro é mordedor, tem cisma na orelha, dá coice quando lhe colocam a cangalha no lombo, rejeita as cabeçadas, acua-se e espanta-se até com o vento. Mas tudo isso é com pessoa estranha, porque êle conhece bem o jeito de domador de seu cambiteiro. Quando lhe sente as esporas, ou o relho no sedenho, sai em correria que mais parece cão sem focinheira.

— Êta, burro da peste!
— Piaba, tu tá com o diabo no couro?

E o bicho vôa, com seu tôsco cavaleiro encarapitado na cangalha e os cambitos a baterem numa verdadeira advertência

aos meninos para que saiam da frente. Até na volta do corte, com a carga de cana ou de olhos no lombo, o burro é rápido, embora não perca a ocasião de mordiscar a carga mais na frente. O cambiteiro vai mais atrás a conversar com o companheiro, com o chicote embaixo do braço, a rolar e chupar canas, em seu passo cadenciado pelo tilintar das esporas no chão."

Mas, se conservou os aspectos que poderíamos, talvez, julgar positivos pelo que representam como patrimônio de uma tradição rica de significado, manteve a vida aspectos nada animadores por aquêles confins de mundo. E o ator de ENGENHOS DE RAPADURA DO CARIRI não os dissimula ou esconde em seu trabalho: "Além do morador do sítio, há o pequeno lavrador que tem terra própria. Vive aperreado e manda moer suas canas de meia, no engenho mais próximo. Tem direito à água para regar seu canavial e por isso é tão prêso ao engenho quanto o simples empregado.

A vida do pobre morador do sítio caririense quase não tem mudado desde que começaram a rodar, na região, os primeiros engenhos de pau."

E minucia: "Possui o mísero caboclo em seu mocambo, apenas banco tôsco na sala, jirau na cozinha, e uma cama de vara na camarinha, que é a parte mais escura da casa. Sua alimentação assombraria qualquer especialista em dietética dos Estados Unidos e da Europa. Consiste em feijão-de-corda, farinha de mandioca, rapadura e, raramente, um pedaço de carne para tempêro da feijoada. A pimenta é indispensável no feijão com farinha. Graças a Deus, há no Cariri muitas frutas nativas que dão ao morador caririense, a ração de vitamina, indispensável para evitar-lhe escorbuto, pelagra e beribéri. Cacaúba, pitomba, caju, mangaba e pequi abundam em determinadas épocas do ano. Seu custo no mato é apenas o de serem colhidos, embora, muitas vêzes, fiquem situados em terras cercadas de arame-farpado. Na safra após o inverno, podem comer feijão verde, maxixe, jerimum. Fazem beiju e tapioca da massa da mandioca e da goma."

E sobrevivem. Sobrevivem e ainda encontram tempo e jeito para gostar da vida, fazer folguedos e, mesmo, contar vantagem. Como estas, cantadas no "côco" caririense "Cajueiro abalou":

"Valente não teme a luta,
Enchente não teme rio,
Machado não teme pau,
Nem touro teme novio,
Valentão não teme a rima
Nem eu temo o valentão,
Nem eu temo o desafio.

Cajueiro abalou
Ei abalou!
Deixa abalá!

E a vida continua. Continua imutável. Como destaca José de Figueiredo Filho:

"Mas, a vida continua no engenho, com a mesma faina de sempre. Mete-se fogo na fornalha. O cambiteiro corre, matraqueando os seus cambitos. O motor apita em vez do búzio antigo, dando o sinal do início e do término do serviço. Não há mais o tangedor, substituído pelo encarregado do motor, pouco animado, porque nem ao menos pode tagarelar nem cantar, com a zoada ensurdecedora das máquinas. O mestre continua a dar o ponto na rapadura do Cariri. Mesmo com certo amargor e azedume da vida que se desenrola à sombra dos engenhos e dos canaviais, o bom e secular produto caririense prossegue, todos os anos, a disseminar seu doce nas catingas vales, serrotes. vilas e até mesmo nas cidades confortáveis e opulentas do litoral."

O amargo ficou lá atrás, nas suas origens. Até quando?

TRÊS ESPETÁCULOS POPULARES DE PERNAMBUCO

HERMILO BORBA FILHO

PRATICA-SE, em Pernambuco, uma forma de espetáculos populares de muita importância, não sòmente do ponto-de-vista folclórico, mas também do dramático, não sendo exagêro dizer-se que sua contribuição para a formação e fixação do nosso espetáculo teatral erudito é decisiva. Autores como Ariano Suassuna e Luís Marinho já enveredaram por êsse caminho, mas tudo está por explorar, principalmente no que se refere a um método de espetáculo e a um estilo de representação, muito próximos do anti-ilusionismo, em contraposição ao decadente teatro naturalista tão do gôsto das classes burguesas.

O primeiro dêles é o *Bumba-meu-boi* auto ou drama pastoril ligado à forma de teatro hierático das festas de Natal e Reis. É o mais puro dos espetáculos populares nordestinos, pois embora nêle se notem algumas influências européias sua estrutura, seus assuntos, seus tipos e a música são essencialmente brasileiros.

Parece que a expressão *bumba-meu-boi* origina-se do estribilho cantado, quando o Boi figura principal do auto, dança: "Eh! bumba"! com pancadas no zabumba, o que equivaleria a dizer: "Zabumba, meu boi", isto é, "o zabumba está te acompanhando, boi". Esta engenhosa opinião, com outras palavras, foi emitida por Gustavo Barroso, mas se recorrermos a Pereira da Costa — *Vocabulário Pernambucano* — verificaremos que a palavra "bumba significa, na verdade, "bombo" ou "zabumba", mas significa, exatamente, "tunda, bordoada, pancadaria velha" e aí atingimos o seu significado mais essencial, o da pancadaria, porque a maior parte dos espetáculos populares resolve as suas cenas com pancadas reminiscência das velhas farsas populares que vem desde a *commedia dellé arte* às pantomimas de circo, com passagem pelas comédias de pastelão do cinema mudo.

A origem do bumba-meu-boi perde-se no passado. Não resta dúvida que se trata de uma aglutinação de reisados em tôrno do reisado principal que teria como motivo a vida e a morte do boi. O reisado, ainda hoje, explora um único assunto proveniente do cancioneiro, do romanceiro, do anedotário de determinada região, mas no caso do nosso espetáculo êles se juntaram para a formação de cenas isoladas, culminando com a apresentação do boi, mantendo uma linha muito tênue, a do Capitão que é servido em suas peripécias por Mateus, Bastião e Arlequim, os diálogos — mistura de improvisação e tradicionalismo — assemelhando-se à técnica empregada pelos comediantes da celha coméd'a popular italiana.

Tradicionalmente representado durante o Ciclo do Natal — hoje em dia se exibe até pelo Carnaval — o bumba-meu-boi associa-se às representações que, desde a Idade Média, são dadas por ocasião da Festa da Igreja. É um espetáculo praticado em arena, o público em pé formando a roda que se vai fechando em tôrno dos intérpretes, até que a Burrinha, o Mateus e mesmo o Boi façam que ela, às custas de correrias e bexigadas se abra o bastante para que a representação possa continuar. Demora normalmente oito horas ,não tanto pelo desenvolvimento das cenas, mas sobretudo pela repetição de palavras e passos. Num espetáculo dessa duração é espantoso como os intérpretes dancem, cantem e representem sem mostra de cansaço, tomando cachaça nas várias saídas de cena. Bebem os atôres e bebe o público, numa variante atual das comemorações a Dionízio. E há até outro elemento de aproximação: a máscara. No *Boi Misterioso* do Formigão, comandado pelo Capi-

tão Antônio Pereira há sessenta e quatro anos, a máscara é um elemento importante e os atôres que não usam máscaras lançam mão de uma maquilagem bem carregada de carvão ou farinha de trigo que se assemelha à própria máscara. A máscara ainda tem a função — como no teatro grego e no teatro de Brecht — de utilizar um menor número de intérpretes em vários personagens: é só mudá-la e transformar-se em uma nova figura, poupando um elenco numeroso, pois o bumba-meu-boi de que nos ocupamos utiliza, afora os elementos que não são tradicionais e que foram incorporados por espírito anedótico, no decorrer dos anos, sessenta e cinco tipos diferentes.

Não há mulheres representando. Os papéis femininos são desempenhados por homens vestidos de mulher à boa maneira dos espetáculos elisabeteanos. Uma exceção é feita para a Pastorinha, geralmente uma menina ou uma adolescente. Outro elemento feminino usado no espetáculo é a Cantadeira, sentada ao lado da orquestra que é composta de zabumbaba, ganzá e pandeiro (o pandeiro é tocado pela própria Cantadeira), entoando loas e toadas. É mais um elemento externo mas torna-se difícil precisar até que ponto deixa ou não de participar do jôgo, pois é constantemente chamada pelo Mateus, a mandado do Capitão, para cantar as chamadas e saídas dos personagens. Num espetáculo como o bumba-meu-boi, aliás, todos representam, até mesmo o público, derrubando de vez a clássica quarta parede dos espetáculos de cena à italiana, isto é, do palco tradicional diante de uma platéia.

O dinheiro, como a cachaça, é outro elemento constante numa função. Cada ator faz a sua coleta, através de piadas, as mãos estendidas, criando uma representação à parte na caça ao numerário. O sistema da "sorte", que consiste em colocar um lenço sujo no ombro do espectador, que o devolve com uma cédula dentro, nem sempre funciona e por isto os atôres "assaltam" de mil maneiras engenhosas e cômicas.

Os personagens do auto podem ser classificados em três categorias: humanos, animais e fantásticos, existentes desde que se tem notícia da representação na região pernambucana, mas a imaginação de cada "empresário" pode funcionar no sentido da intromissão de novas figuras, como a do Comedor de Vidro, a do Pigmeu, etc.

Personagens humanos — O *Capitão Bôca Mole* é o dono da festa. É êle quem, falando, cantando, dançando, apitando, comanda o espetáculo. A princípio vem a pé, mas logo depois surge montado no *Cavalo-marinho,* um arcabouço de cavalo, com um buraco no meio por onde êle entra, parecendo mesmo montado. Seus principais servidores são *Mateus* e *Bastião* seu filho. Os dois trazem, penduradas nas mãos, bexigas de boi cheias de ar, com as quais espancam o personagem que, terminada a cena, tenta sair, dançando ao som da música e fazendo mil passos para fugir às bexigadas. Junto ao cavalo do Capitão está sempre o *Arlequim,* que faz as vêzes de pajem. *Catirina* é uma negra despachada e cantadora que em alguns bumbas termina como mulher de Mateus; a *Pastorinha* é a dona do boi, que se perdeu e a quem ela procura; o Tuntunquê é o valentão, o fanfarrão que termina desmoralizado; o *Engenheiro,* com os seus auxiliares, vem medir as terras do Capitão; o *Padre,* em alguns bumbas, faz o casamento de Mateus e Catirina, mas no bumba de que nos ocupamos vem especialmente para confessar *O morto-carregando-o-vivo,* que é um ator mascarado, com o tronco de um boneco na frente e os membros inferiores atrás dando a impressão perfeita de que o inanimado carrega o animado; o *Doutor Penico Branco* vem receitar o boi que levou uma pancada e está desacordado; *Mané Gostoso* é o homem das pernas de pau, enquanto outras figuras entram, falam, cantam e dançam: *Zabelinha, Sacristão, Fiscal, Mestre Domingos, Mestre do Tear, Romeiro, O Matuto do Fumo, Queixoso, Dona Joana, Caboclo do Arco, Capitão do Mato, Barbeiro, Boticário, João Carneiro,* etc.

Animais — A *Ema,* que é movimentada por um menino debaixo de uma armação do animal; a *Burrinha,* montada por um vaqueiro, à semelhança do Cavalo-marinho; a *Cobra,* que morde Mateus e Bastião; o *Pinica-Pau,* movimentado também por um homem escondido debaixo da armação; e o *Boi,* que é a figura principal do espetáculo.

Fantásticos — A *Caipora,* gênio malfazejo da mitologia dos índios brasileiros, de mau agouro, no bumba representada por um moleque de tanga, com uma enor-

me cabeça arranjada por uma urupema coberta com um pano branco, com dois orifícios correspondentes aos olhos; o *Diabo*. que leva o Padre e o Sacristão para as profundas dos infernos; *Babau*, armação com uma caveira de burro conduzida por seu *Manuel do Babau*; o *Morto-carregando-o-vivo*, de que já se falou; Mané Pequenino, figura enorme de mais de três metros, tôda de branco, com uma cabeça muito grande, manejada por um homem que se esconde dentro dela; e o *Jaraguá* fantasma de cavalo, dando botes nos espectadores.

Nas noites do Recife o espetáculo se repete:

Cavalo-marinho
chega pra diente,
faz uma mesura
a essa tôda gente,
Cavalo-marinho,
já pode chegá,
que a dona da casa
mandou te chamá.

E na madrugada ouvem se os últimos versos:

Levanta-te, boi,
vamo-no s'imbora,
que é de madrugada,
o rompê da aurora.

O segundo espetáculo importante de Pernambuco, representado desde o litoral ao agreste, muito do agrado do povo, é o *Mamulengo*. Na Idade Média, quando a Igreja valeu-se do teatro de marionetes para a difusão do espírito religioso, visando atrair a atenção dos fiéis de maneira direta e objetiva, essa forma de espetáculo adquiriu, também, a denominação de Presépio ,o qual figura o Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. Deve ter sido sob êsse feitio que a representação entrou no Brasil.

O mesmo fenômeno aconteceu em Pernambuco. Começamos com os Presépios e, dêles, partimos para duas formas de representação: os Pastoris, com atôres de carne e osso, e os Mamulengos, com atôres de madeira. O que ficou patente foi que o nosso teatro de bonecos começou representando o Nascimento, desenvolveu-se no sentido de apresentar cenas bíblicas e, pouco a pouco, contaminado pelo assunto do dia, desejoso de um público cada vez maior, caiu no profano, embora continuasse a exibir-se por ocasião das festas da Igreja.

Segundo Beaurepaire Rohan Mamelengo é uma espécie de divertimento popular, que consiste em representações dramáticas, por meio de bonecos, em um pequeno palco alguma coisa elevado. Por trás de uma empanada escondem-se uma ou duas pessoas adestradas que fazem que os bonecos se exibam com movimento e fala. Isto, aliás, já sabemos; a dificuldade, porém, surge em relação à própria palavra *Mamulengo*, pois os dicionários limitam-se a descrever o divertimento, passando por cima da significação do vocábulo.

Há muito tempo, ouvi referência ao Mamulengo como sendo a "brincadeira do Molengo". José Petronilo Dutra, mamulengueiro em Surubim, Pernambuco, confirmou essa designação, ouvida na sua infância, de onde se conclui que a palavra Mamulengo pode ter vindo da palavra Molengo. Houve uma reduplicação (*mo*) e uma dissimulação (*ma*) da primeira sílaba, o *u* substituindo o *o*, por eufonia, na palavra Molengo:

momolengo — mamolengo — mamulengo.

Embora alguns autores ainda escrevam assim: Mamulengo.

Até onde a memória alcança, o mamulengueiro mais famoso de Pernambuco foi o Doutor Babau, que exerceu uma enorme influência sôbre todos os titereteiros que vieram depois. Seu espetáculo, como acontece com os demais, era, na sua maior parte, improvisado. Claro que, êles têm um roteiro para a história, jamais escrita; mas os diálogos são inventados na hora, ao sabor das circunstâncias e de acôrdo com a reação do público. Êste, aliás, é um ponto de contato do teatro de bonecos com a *commedia dell'arte*.

O sucessor do Doutor Babau chamava-se Cheiroso. Era magro, muito alto e feio, o apelido lhe sendo pôsto pelo fato de fabricar "cheiros" (perfume), êssências baratas extraídas de flôres e metidas em frasquinhos para venda às pessoas de sua classe. Cheiroso realizou um Mamulengo de primeira, representando em tudo quanto era festa de arrabalde ou de aniversário.

O seu lugar é ocupado por Ginu, criador do já célebre personagem Professor Tiridá. Um mestre na arte do Mamelungo.

Movendo sòzinho os bonecos, Ginu, com um poder vocal muito grande, capaz de fazer cinco vozes diferentes, é dono de uma imaginação prodigiosa. Êles mesmo esculpe, pinta e veste os bonecos e, como afirma, "faço as comédias de minha autoria". Já exerceu várias profissões, mas atualmente, segundo assinala, é apenas "diretor-artístico do Mamulengo do Nordeste". O espetáculo de Ginu tem uma grande qualidade: por mais que êle queira sofisticá-lo, permanece autênticamente popular.

Numa pesquisa que realizei para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, entrevistando vários mamulengueiros na capital e no interior, conseguiu estabelecer vários pontos de identidade entre êles: a) o Mamulengo não dá para viver e o mamulengueiro precisa exercer uma outra profissão quase sempre exaustiva; b) nenhum dêles recebe ajuda de qualquer entidade; c) todos declaram que *brincam* sòzinhos, fato que eu, como entrevistador, contesto, pois tôdas as vêzes em que assisti às funções sempre os vi ajudados pela mulher, pela filha, por um menino ou mesmo por um "secretário" qualquer; d) todos arrecadam dinheiro do público; e) êles próprios fazem os bonecos, embora no decorrer da conversa um ou outro deixasse escapar que tal ou qual boneco tinha sido feito "pelo meu compadre Fulano de Tal".

Num terreiro de arrabalde, à luz de candeeiros, com uma orquestra de cordas, os bonecos de luva distraem e emocionam uma platéia formada por meninos de pés descalços, carregadores suados, soldados de polícia, mulheres perdidas, calungas de caminhão. Interpretam para o povo os motivos do seu agrado, com o eterno assunto do Bem e do Mal.

Com execção do Mamulengo de José Petronilo Dutra em Lagoa Nova (Surubim, Pernambuco), onde não existe um personagem principal, todos os outros possuem um tipo mais importante que comanda o espetáculo: Benedito, Cabo 70, Professor Tiridá, João Redondo, que é branco, os demais heróis sendo pretos, na intenção clara de "pintar a bravura do preto, res-

saltando o valor da raça negra". Vale-se, assim, o artista popular daquilo que os eruditos chamam de "arte comprometida", lançando mão dêste veículo para gritar de público as qualidades e o desassombro daqueles que são humilhados na vida real.

Benedito, por exemplo, é um dos mais importantes heróis do Mamulengo nordestino: arma e resolve intrigas, distribui pancadas, ama, engana, castiga os maus e defende a honra das mulheres. Em suma: um paladino popular.

É por isso que, diante de um Mamulengo estamos num espetáculo integral, onde o público se funde com os bonecos-atôres, subvertendo as unidades clássicas do teatro — tempo, lugar e ação — deixando sôlta a imaginação dos espectadores. Além disto, é uma fusão do espetáculo dramático com a forma espetacular do *music-hall*: diálogos, cantos, danças, pantomimas, acrobacias. Tem-se a impressão de estar assistindo a um espetáculo e a um ensaio ao mesmo tempo, sem que o interêsse diminua um instante. O próprio boneco é quem manda a orquestra começar ou parar o espetáculo. Quando a orquestra não obedece, todo o mundo — ajudantes e público — grita: "Pára! Pára! Não viu Benedito mandar parar"?

No interior da tenda, feita de palha, com um cobertor em cima para não estragar os bonecos nas cenas violentas, estão três malas onde os personagens repousam em ordem, à espera de entrar em cena. Uma mulher e uma menina vão entregando os bonecos a Manuel Amendoim, o mamulengueiro de Goiana, que interpreta com a voz, a cara, os gestos e o corpo sapateando, suando em bicas, um espetáculo à parte:

— Tá vendo? Eu invento as histórias de acôrdo com a figura.

Nesta declaração está contido todo o seu entrosamento com o personagem de madeira — seu ato poético.

——:0:——

Segundo Pereira da Costa, o aparecimento do Presépio em Pernambuco vem, talvez, do século XVI, no Convento dos Franciscanos, em Olinda. Nascido sob a forma de representação estática do Nascimento de Jesus Cristo, o Presépio ou a Lapinha teve a sua primeira forma animada com as pastôras cantando loas. E sòmente isto. Nenhum entrecho dramático.

Depois, quando já se havia comemorado o dia de Reis, as palhas da mangedoura eram recolhidas, postas em monte, guardados os outros objetos. As Pastôras se reuniam para a queima da Lapinha. Pouco a pouco, desta louvação a um quadro estático, começou-se a sentir necessidade de dramatizar o assunto, aproveitando, inclusive, os antecedentes do Nascimento de Jesus. A influência do auto-sacramental espanhol faz sentir-se, até mesmo na designação de *jornadas* em vez de *atos*. E como o auto-sacramental o Pastoril conhece, primeiro, o seu período popular puro, para depois tornar-se literário, em seguida uma mistura do religioso com o profano e, finalmente, sòmente profano escabroso.

Da forma literária do pastoril pode dizer-se que várias sociedades foram organizadas no Recife com a finalidade de apresentá-lo como espetáculo. Pereira da Costa cita a *Sociedade Natalense*, de 1840, que tinha por fim "dirigir com solenidade, brilhantismo e decência, o natalício do Messias, por meio de representações teatrais análogas ao ato". Havia também um outro grupo: o da *Sociedade Nova Pastoril.*

A primeira delas deu representações na capela-mor da igreja do Colégio dos Jesuítas, com grande luxo e aparato. Os autos eram escritos e versos, com música, sabendo-se ainda o nome de um dos autores: Modesto Francisco das Chagas Canabarro.

Os irmãos Valença — João e Raul, o primeiro compositor e o segundo poeta — reconstituiram um Presepe do século XIX e até há bem pouco tempo o representavam, todos os anos, nas festas de Natal, num palco armado no fundo do sítio em que moravam no arrabalde da Madalena.

Os personagens dêsse pastoril são: Culpa, Libertina, Gélia, Religião, Graça, Gabriel, Pastôras, Lusbel, Mestre, Diana, Contramestra, Eva, Argemiro, Monge, Flora, Herodes, Centuriões e Cingo.

O auto conta a história das pastôras a caminho de Belém, onde nasceu Jesus. Lusbel lança mão de mil artimanhas para desviá-los do caminho e só não consegue o seu intento por causa da intervenção de São Gabriel. Vendo frustrado o seu intento, Satanás convence Herodes a promover a degola dos inocentes, mas o tetrarca é castigado porque os soldados matam o seu filho. Herodes se arrepende e é salvo, en-

quanto o Demônio é mais uma vez derrotado.

O auto é escrito em versos e musicado, com um prólogo, dois atos e um epílogo. As características são as mesmas de um auto-sacramental.

O elemento cômico, característica de todos os espetáculos populares do Nordeste, aos poucos foi aparecendo no Pastoril, talvez pelo desejo dos autores ou organizadores de atrair um público cada vez maior, dando mais liberdade de tratamento ao auto. A colocação das pastôras em cena, em cordões, azul de um lado e encarnado do outro, deu origem à formação de partidos que se batiam pelas côres de suas preferências, não raro terminando em pancadaria grossa. O leilão de flôres ou frutas por parte das pastôras era outro motivo de entusiasmo e de explosão de paixões e quando o pastoril saiu do domínio do amadorismo para o do profissionalismo então acentuou-se ainda mais a possibilidade sexual e era comum um pastoril terminar com o rapto da Mestra, da Contramestra ou da Diana.

Os pastoris se espalharam pelos arrabaldes, com um público certo, provocando entusiasmo e brigas. Dentro do auto, as pastorinhas do cordão azul ou do encarnado atraíam os homens. À orquestrinha de pistão, trombone, clarinete, bombardino e bombo juntavam-se ao maracás das pastôras e os pandeiros da Mestra e Contramestra. No meio dos dois cordões colocava-se a Diana, vestida metade de azul, metade de encarnado. O Velho, também chamado de Bedegueba, tomava apelidos em cada zona — Cebola, Canela de Aço, Catota Galo Velho — e em diálogos com as pastôras se esparramava nas obscenidades, nas piadas, nas frases que corriam mundo: "Faz que olha meu bem"; "Olha que êle é do mato"; "Me leva de côr-de-rosa". O Fúria encarregava-se da parte trágica e as outras figuras desfilavam: Anjo, Cigana, Estrêla do Norte, Estrêla do Sul.

O pastoril atual gira pràticamente em tôrno da atuação do Velho, espécie de bufão, de palhaço de circo, de Arlequim degenerado, as jornadas sendo apenas pretexto para a sua atuação que, vale a pena dizer, possui muito de histrionismo, de verve, de dom de improvisação. Dialoga obscenamente com as pastôras, entabola discussão com os espectadores, conta anedotas, faz trejeitos, canta — não mais árias de óperas — canções carnavalescas adaptadas às suas necessidades.

O pastoril perdeu em sentido hierático e lírico mas transformou-se num gênero popular de representação, um espetáculo diferente que atingiu uma forma própria. É bobagem falar de involução quando o espírito popular conduz os seus folguedos. Afinal de contas o povo é dono dos seus espetáculos e o saudosismo dos intelectuais é desprezível. O pastoril de agora está definido nos versos de abertura da Pastôra Isaura, do Pastoril de Cucau, citados por Ascenso Ferreira:

> Nas vossas mãos botamos nossa sorte,
> apreciadores dêste pastoril:
> a nossa Mestra é uma madeira forte,
> o nosso velho é conhecido aqui.

MITOS NORDESTINOS NA POESIA POPULAR

NERTAN MACÊDO

EM nossos dias, fala-se muito em *comunicação* e *publicidade*. De fato, o nosso mundo é o da *comunicação*, graças à eletrônica e sua veneranda irmã, a arte gráfica. Como é, ainda, o mundo das *relações públicas*, dos técnicos e dos economistas.

Assim é o mundo dos nossos dias, de escassa poesia e fabulosos cometimentos no campo das engenharias.

Verdade é que toda essa massa de ciência acumulada não redimiu o homem das suas antigas e fundas tristezas. A lua não fará mais feliz o cosmonauta: a viagem pelo espaço, mesmo que êsse cosmonauta se chame Raimundo, não será a solução...

O mito, o símbolo, o sonho constituirão sempre uma necessidade da pobre e grande alma atormentada dos homens. Os modernos meios de comunicação certamente ampliaram, de maneira extraordinária, os podêres dialogantes, audíveis e mensageiros da humanidade. Mas a mensagem de agora, por mais bela e vertiginosa que seja, não poderá calar os sons que o homem recolheu do passado: as vozes, afinal, perduram no espaço e no tempo e a acústica dos arcanos lhes assegura uma perpetuidade maravilhosa e cheia de mistério...

Até hoje nos perguntamos porque as palavras proferidas e os cantos entoados não se esboroam definitivamente ao contacto do vácuo e ao choque dos infinitos corpos celestes?

Para que serve, afinal, essa eternidade tecida em cavo som monocórdico? Valerá, pelo menos, para o julgamento final no Vale de Josafá? Ou Deus fêz dela o seu gravador particular? Para que serve, em resumo essa incalculável sinfonia?

A verdade é que a *comunicação* é um dos mais antigos hábitos humanos, remotíssimo e absolutamente imemorial. Forçoso, no entanto, é admitir que nem sempre o ato de comunicação humana foi útil à espécie. Muito pelo contrário. Mesmo porque sempre houve gente que preferiu o silêncio à revelação dos seus obscuros instintos e propósitos. Além do mais, ao longo de tantos séculos, a *comunicação* nem sempre se obrigou à clareza, isto é, à enunciação de límpidas proposições que partam, não apenas da bôca, mas do coração.

Ainda agora, neste nosso brilhante — perdão! — brilhantíssimo século XX, o ato de comunicar-se é, não raro, coisa muito pouco séria: os jornais e as estações de rádio e tv estão aí para demonstrá-lo suficientemente, tanto quanto os políticos, escritores e cantores que só se agüentam na base da publicidade mais sórdida, descarada e contínua...

Até muitos dos estadistas do nosso tempo medraram através da "publicidade", uma das mais terríveis formas de *comunicação* engendrada pela técnica.

Talvez, por isso mesmo, exista presentemente, aqui e alhures, maciça inflação de grandes administradores, santos, sábios e heróis que se atropelam entre si e chegam a espantar o reduzidíssimo grupo (silenciado) de duvidosos e céticos que sobrou do dilúvio...

——o——

O tema da nossa conversa, porém, é outro.

É saber se a poesia dos cantadores nordestinos — animais comunicantes em pleno declínio, bichos pré-históricos do nosso recente passado de gente e nação — serviu alguma vez para o que agora, na linguagem específica dos técnicos de publicidade, se traduziria como "criação das imagens" de famosos personagens sertanejos, como o Padre Cícero e Lampião.

Não há dúvida de que os humildes aedos, bardos, menestréis cantadorescos — trovadores, repentistas, poetas populares de

tôda sorte e gênero — foram responsáveis, em larguíssima escala, pela ascenção, na fácil e rica imaginação do homem comum sertanejo, das carismáticas figuras de místicos e bandoleiros que dominaram a região.

Antes mesmo do Padre Cícero, já existia no Nordeste uma variada literatura popular, de cordel, a respeito de Antônio Conselheiro, o santo e lendário chefe guerreiro de Canudos.

Claro, essa literatura era, em sua grossa maioria, favorável ao velho beato que inspirou a Euclides da Cunha o monumento literário de "Os Sertões".

A par dessa literatura, fartamente consumida pelos sertanejos, em folhetos paupérrimos na sua feição gráfica, havia também a pública celebração dos cantadores de feira, que são os donos da literatura oral do Nordeste e agem como os melhores oradores de comícios políticos ou frades pregadores de missões: exercendo, através de uma *comunicação direta*, poderosa e fascinante influência sôbre a alma crédula das massas rurais e citadinas da região.

O sertanejo ouve (e gosta) de versos desde a infância. Tem formas e ritmos próprios, que já suscitaram mais de um ensaio erudito. A tôsca poesia dos cantadores é, para o homem nordestino, mesmo oriundo da Zona da Mata e do Agreste, uma forma comunicativa que o diverte, acalenta, ensina, doutrina, impressiona e prende, não raro, horas a fio numa ròda de feira ou num alpendre de fazenda ou engenho. Êle ouve, escuta e crê. É o seu jornal, a sua versão, o seu aprendizado, a sua informação, a sua *leitura* transmitida pela *oralidade,* ou no próprio folheto. Era assim, evidente, com mais intensidade, há alguns anos passados, quando escassas eram as estradas, poucos os trens de ferro, reduzido o número de caminhões e automóveis, e não sonhava o sertanejo com êsse amigo inseparável de hoje — o radiozinho transístor, que está revolucionando o sertão de algum tempo para cá...

Disse-me Honório Vilanova (combatente destacado em Canudos, amigo pessoal do Conselheiro e que ainda vive no Ceará, na cidade de Assaré, mais de que centenário), que êle próprio, nas horas de folga que lhe permitia a guerra, costumava obrar suas rimas.

Repetiu-me algumas: eram de crítica e deboche contundente aos soldados do Govêrno que atacavam o arraial do Conselheiro e serviam, como tantas outras, para inflamar a resistência jagunça. Versos idênticos fêz Vilanova quando as tropas do Coronel Marcos Franco Rabelo atacaram o Juazeiro do Padre Cícero.

A fama de santidade do Padre Cícero teve, nas rústicas trombetas dos versejadores populares, os seus mais firmes anunciadores.

Um dêles, de nome João Mendes de Oliveira, em cuja casa, no Juazeiro, hospedou-se Lampião, em 1926, ficou célebre com êstes versos, repetidos em tôda parte:

"Não tenho mais a dizer,
Sou João Mendes de Oliveira
Nesta língua brasileira
Eu nada pude aprender,
Porém, posso conhecer
De tudo quanto é verdade!
Não tenho capacidade,
Mas sei que não digo atôa:
Padre Cícero é uma pessoa
Da Santíssima Trindade!"

De Lampião, então, nem é bom falar. A "promoção" do terrível cangaceiro era feita, com uma total intensidade oral e escrita, pelos poetas e cantadores do Nordeste. Suas aventuras enchem folhetos numerosos da literatura do cordel. Sua morte provocou uma onda de *versões* e *desafios* que ainda hoje corre mundo — versões engraçadíssimas, algumas, desafios os mais pitorescos, que davam Lampião, ora entrando no Inferno, ora no Purgatório, mesmo no Céu, discutindo com São Pedro e o diabo — estórias as mais desencontradas e desopilantes, cheias de colorido e originalidade.

Uma dessas narrativas em versos faz rir ainda hoje as populações nordestinas. Trata-se da *"Entrada de Lampião no Inferno"*, de autoria do popular poeta José Pacheco, humorista dos mais finos, bardo dos mais zombeteiros. O Inferno, criado pela musa de Pacheco, onde Lampião chega pedindo ao porteiro que o deixe entrar, é um misto de povoado e loja sertaneja, com sociedade e vida comercial organizadas nos moldes das vilas e cidades da região.

Irritado com a negativa do tal porteiro, que lhe veda a entrada no território ou es-

tabelecimento de Satanás, Lampião trava com êle um diálogo desaforado. O porteiro pergunta a Lampião:

"Quem é você, cavalheiro?

E Virgulino responde, brabo, enfezado:

"Moleque, sou cangaceiro,

O porteiro, insultado com o tratamento de moleque, vòlta à carga e adverte Lampião:

"Moleque, não! Sou vigia,
E não sou seu "pareceiro":
E você aqui não entra
Sem dizer quem é primeiro..."

Mais irritado ainda, Lampião retorquiu:

"Moleque, abra o portão:
Saiba que sou Lampião
Assombro do mundo inteiro!"

Lampião, assim identificado, reconhecido na sua importância — *e isto é tão Brasil!* — faz o poeta José Pacheco prosseguir a sua narrativa dizendo:

"O vigia disse assim:
Fique fora que eu entro
Vou conversar com o chefe
No gabinete do centro.
Por certo êle não lhe quer
Mas conforme o que disser
Eu levo o senhor prá dentro".

Vai o porteiro (ou vigia) à presença de Satanás e êste se confessa horrorizado com a presença de Lampião na porta do seus domínios.

Diz então o vigia para Satanás, como se falasse como um porteiro de cinema, circo ou "pensão de rapariga":

"O vigia foi e disse
A Satanás no salão
Saiba vossa senhoria
Que aí chegou Lampião
Dizendo que quer entrar
E eu vim lhe perguntar
Se dou-lhe o ingresso ou não?"

Satanás, visìvelmente chocado com a chegada de Lampião, respondeu, com muita autoridade e firmeza:

"Não, senhor! Satanás disse:
— Vá dizer que vá embora,
Só me chega gente ruim:
Eu ando muito caipora.
Eu já estou com vontade
De botar mais da metade
Dos que tenho aqui prá fora!"

E ordena que se convoque os demônios para enfrentar a fúria de Lampião, impedido assim de ingressar no Inferno. O "time" infernal, reunido às pressas para enfrentar o famigerado cangaceiro, é dos mais curiosos e hilariantes.

Diz José Pacheco, o gaiato autor da estória:

"E reuniu-se a negrada
Primeiro chegou Fuchico
Com um bacamarte velho
Gritando por Cão de Bico
Que trouxesse o pau da prensa
E fôsse chamar Tangença
Em casa de Maçarico.
E depois chegou Cambota
Endireitando o boné
Formigueiro e Trupezupe
E o crioulo Quelé,
Chegou Bagé e Pecaia,
Rabisca e Cordão de Saia
E foram chamar Bazé:

O pau dado por Lampião nos demônios é violento, fazendo-os retroceder e a Satanás, também. A briga termina com incalculáveis prejuízos financeiros para os armazéns do Inferno. Lampião, não vendo mais razão para insistir na luta, retira-se. E afirma o poeta Pacheco que nunca mais o Rei do Cangaço apareceu, pois:

"No Inferno não ficou,
No Céu também não chegou,
Por certo está no sertão".

———o———

Os poetas populares do Nordeste, entre êles, destacadamente, o talentoso João Martins de Athayde, foram, sem sombra de dúvida, os maiores responsáveis pela "imagem promocional" do Rei do Cangaço junto às populações regionais. E o fizeram, forçoso é reconhecer, com muito engenho e arte. E, também, com muita alegria, graça e até sentido de "protesto", como tentam fazer alguns compositores e poetas dêstes nossos inflamados e inconformados dias...

DANÇAS FOLCLÓRICAS DO BRASIL

EDISON CARNEIRO

VIVEM no Brasil os mais variados tipos de danças e bailes folclóricos, desde o mais rudimentar, a simples ronda de homens e mulheres de mãos dadas — a "ciranda" do interior pernambucano, até os mais elaborados, de que pode ser exemplo a dança de bastões. Nem sempre, porém, um dêsses tipos de dança ou baile pode apresentar, na vastidão do território nacional, um número apreciável de variantes.

A maioria das danças e bailes encontra-se na região centro-sul.

Algumas danças, tôdas de procedência européia, exige uma equipe fechada e especial, convenientemente adestrada, para a sua execução como um espetáculo. Entre estas a mais recente parece ser a pau-de-fitas do extremo sul, com um trançado de fitas em tôrno de um mastro central que em nada difere do modêlo europeu. A balainha, arco-de-flôres ou jardineira, vigente em Santa Catarina e no Paraná, reúne pares de môças (em números múltiplos de quatro) que, com arcos de madeira flexível enfeitados de flôres artificiais, executam figurações caprichosas passando com os arcos, por cima e por baixo, para a frente e para trás, uns dos outros, até formar um cesto ("balaio") ou cabaz de flôres em seguida, todos os movimentos anteriores são desenvolvidos ao contrário, até que todos os arcos voltem à posição inicial. Tanto o moçambique de São Paulo, em especial o de Aparecida, como o vilão de Santa Catarina (São Francisco do Sul) são danças em que os bastões substituem as espadas da "danse des épées" da França e da "sword dance" da Inglaterra: os dançarinos descrevem as figuras da "ponte", do "túnel, acima-e-abaixo" etc., como em tôda a Europa. Sem estas figuras, com os bastões fazendo ritmo para a movimentação geralmente em círculo, há variantes no Estado do Rio, no Ceará, em Minas Gerais e em Mato Grosso — cana verde, leruá mineiro-pau, bate-pau. Há poucos anos ainda se executava em Parati (Estado do Rio) a dança dos velhos — um grupo de homens e mulheres que, vestidos cômicamente de anciões, interpretam, nas três fases sucessivas da dança, como os velhos são, como se supõe que sejam e como gostariam de ser.

Pertence a êste grupo, única no seu caráter ritual, católico a dança de São Gonçalo (de Amarante), santo português que seria o casamenteiro das velhas, representado, nas imagens populares, em trajes civis, empunhando uma viola, lembrança das suas noitadas de rapaz. Os figurantes dispõem-se em duas filas, encabeçadas pelos violeiros, de frente para o altar em que está a imagem do santo: há uma troca de lugares dentro de cada fila, de modo que os violeiros se encontrem, afinal, no cabo, e não na cabeça, delas; em seguida precedidas pelos violeiros, as filas se movimentam para o altar, ora pelo espaço outrora existente entre as filas, ora circundando os lugares por elas ocupados anteriormente as filas se juntam, formando uma só, tendo nos extremos os violeiros, e circulam no espaço diante do altar; e, finalmente, desenvolvendo os mesmos movimentos, mas ao contrário, voltam aos seus respectivos lugares. Esta dança, de grande devoção e seriedade, ocorre em São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Bahia e outros Estados.

Os bailes — danças abertas à participação de quem o desejar, executadas não

como exibição mas por prazer — são infinitamente mais numerosos.

Podemos distinguir seis grupos diferentes de bailes.

1 — O mais importante dêles é o do samba de umbigada, legado dos negros de Angola. Na sua forma típica os assistentes e os músicos dispõem-se em círculo enquanto, no centro, um dançarino se movimenta, em passo de deslize, sem regras fixas quanto a figuras (letras), até que, pondo-se diante de algum parceiro, homem ou mulher, lhe dá (ou finge dar) uma umbigada, um ligeiro choque de ventre contra ventre com o que lhe transmite a vez de dançar. Êste baile, descendente direto da massemba de Angola, diversifica-se, no país, em dança de pares, de roda, dança em fileiras, etc. e assume, nos Estados do Rio, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia, Guanabara, São Paulo e Minas Gerais, as designações mais diversas, cada qual correspondendo a uma variante — tambor, bambelô, côco, samba de roda, partido alto, batuque, jongo, caxambu... Não há outro baile de tão ampla distribuição geográfica.

2 — O fandango é uma sucessão de bailes de rápida execução, sob o comando de um marcador. Vive como um grupo mais ou menos homogênio na área Paraná/Santa Catarina e em São Paulo, com pequenas diferenças de composição em cada caso. Chimarrita, chamarrita ou chimarrete, anu, queromana, ciranda, candeeiro, tirana, nhá Marica ou Maruca, dandão, graciana, andorinha, feliz, xará, são alguns dêsses bailes, completados por outros de par enlaçado, como o valseado e o enfiado. Êste grupo de bailes é mais rico e variado em São Paulo e se dança em maior número de lugares do que nos dois outros Estados sulinos.

3 — Os bailes de Parati (Estado do Rio) parecem resumir a história das danças populares. Há sempre um violeiro, auxiliado por alguém que toca um pandeiro, animando a festa. O violeiro preenche sempre a função de marcador. Alguns bailes têm formação em círculos concêntricos, homens por fora, mulheres por dentro, permitindo que, ora os cavalheiros, ora as damas, atrasem ou adiantem o passo, a fim de mudar de par ou executar outras figuras — ciranda, marrafa, tire-o-chapéu, caranguejo, arara. Outros exigem número certo de pares para o desenvolvimento de figuras mais complicadas, como a canoa, a cana verde de mão, o anu de seis. Outros ainda mantêm os pares enlaçados todo o tempo, cabôco véio, tonta, zombador, flor do mar, sereia, sabão. Os bailes mais simples coexistem com os mais complexos — e parece, mesmo, que a sua complexidade vai gradativamente aumentando até se resolver no baile de tipo social, em que os parceiros não se apartam um do outro. Em Parati, êstes bailes fazem parte da vida coletiva da cidade-monumento e são executados com entusiasmo pela sua juventude durante as festas do São João.

4 — Os jesuítas, valendo-se de elementos das danças do selvagem nativo, criaram alguns bailes atualmente integrados na vida popular na região centro-sul. Estão neste caso o cateretê ou catira de São Paulo e Goás, com palmas e sapateados a entremear versos chistosos a dança de Santa Cruz, um avançar e recuar desordenados diante de cruzes dispostas em determinados pontos de um largo ou praça, como o quadrado da aldeia de Carapicuíba, em São Paulo; o cururu, um sapateado confuso de todos os figurantes em Mato Grosso, ao som de cantos esganiçados acompanhados a viola, pandeiro e caracaxá.

5 — No extremo sul há um grupo de bailes (as chamadas "danças gaúchas") em que predominam gêneros comuns a tôda a região banhada pelo rio da Prata, o Uruguai e a Argentina inclusive. São em geral bailes rurais estrangeiros, polca, chótes, ranchêra, ril, pericón, a que se acrescentam alguns bailes vigentes em certos pontos do Brasil, pèzinho, balaio, anu. Êstes bailes vivem artificialmente, graças à pertinácia dos inúmeros Centros de Tradições existentes por tôda parte no Rio Grande do Sul.

6 — Um mesmo grupo de bailes de rápida execução vive, sob duas formas distintas, no Rio Grande do Norte — araruna, camaleão, besouro, Jararaca, Mana Rita, que se fazem acompanhar, como no sul, por gêneros estrangeiros, mazurca, polca, chótes, valsa e quadrilha. Na sua

forma social, como dança de pares (cavalheiros de casaca, damas em grande gala), tem o nome de "araruna"; com a formação em fileiras (cavalheiros e damas em trajes populares), chama-se "camaleão".

Independentemente dêsses seis grandes grupos de bailes, tem grande voga em Mato Grosso o ciriri, baile rústico de grande multiplicidade de formas (individual, de pares, em fileiras etc.); o carimbó — o cavalheiro negaceando, semi-agachado, diante da dama, que aguarda o momento oportuno de lhe dar um "banho" envolvendo-o nas pregas da saia rodada — alegra as festas tradicionais no litoral do Pará; e, marcada num francês especial, em que, por exemplo, "grand'chaine" vira "garranchê", em todo o interior do Brasil se dança, em particular durante o São João, a quadrilha, saída do ambiente rural para os salões aristocráticos da Europa e devolvida, em nova roupagem palaciana, às camadas populares.

Finalmente, são de execução individual o frêvo ou passo, nascido com o nosso século, que em Pernambuco e Alagoas, e recentemente na Guanabara, vem sedimentando passos e atitudes que já são característicos dêsse baile em que se admite a mais ampla iniciativa pessoal (tesoura, parafuso, etc.) e já tornou parte integrante do dançarino a sombrinha ou o guarda-chuva; e o lundu, que, com o caráter de competição, às vêzes com facas, ainda tem o seu público em São Paulo e Minas Gerais.

Na era do rádio e da televisão, que incessantemente martelam os nossos ouvidos e viciam a nossa visão com os ritmos e as danças nacionais e estrangeiras da moda, pode-se considerar quase um milagre a existência de tão grande número de danças e bailes folclóricos no Brasil.

A CANA-DE-AÇÚCAR NO PARÁ

VICENTE SALLES

O CULTIVO da cana-de-açúcar e sua industrialização no Pará, embora incipiente e de pequena significação econômica, tem uma história. Essa história representa talvez um capítulo diminuto no quadro geral em que essa planta herbácea contribuiu para a economia brasileira. Contudo, mesmo dentro dessa limitação, não deixou a cana-de-açúcar de contribuir para a diversificação dos produtos agrícolas regionais e de marcar, igualmente, sua presença não só na vida econômica, como social do Pará. Aspectos particulares dessa presença serão aqui focalizados, sumàriamente, sem pretensão de esgotar o assunto, mas com o propósito de trazer algumas achegas ao estudo da cana-de-açúcar em nosso país.

Uma contribuição notável da região amazônica para o desenvolvimento do cultivo dessa herbácea no Brasil — embora, como ocorreu igualmente com o café, seu solo apenas servisse de estágio ou trânsito para outras plagas, onde melhor se desenvolveria — foi sem dúvida a introdução da variedade *Cayenna* ou *Bourbon*, que iria substituir com sucesso a primitiva Cana, oriunda da ilha da Madeira, que ficou sendo chamada entre nós de *Creoula* ou *Mirim*. No seu precioso *Diccionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas* (Vol. I, p. 478), M. Pio Corrêa refere-se à entrada no país dessa variedade, "por várias vias e vêzes, sendo a primeira no Pará, de 1790 a 1793, sob o govêrno de Francisco de Souza Coutinho". Êsse dado, por si só, é merecedor de nossa atenção, não para despertar o ufanismo regional — que relativamente ao café também não se justificou —, mas tão sòmente para assinalar a importância histórica da iniciativa do govêrno de Francisco de Souza Coutinho, sem dúvida um dos mais notáveis administradores coloniais. As crônicas do passado sempre deram destaque a um certo jardim botânico, ou coisa parecida, que se instalou em Belém, onde botânicos — inclusive franceses, vindos de Caiena — tentaram aclimatar várias espécies vegetais na Amazônia, solo sabidamente pobre e de poucos recursos alimentares.

A história porém não começa aí. Vem do início da colonização. Até 1670 a agricultura no Pará foi pràticamente nula. Quando, nessa época, chegaram novos lavradores, vindos de além-mar, êstes concorreram para que ela se animasse e pouco a pouco se desenvolvesse. Os primeiros estabelecimentos agrícolas foram (provàvelmente) instalados pelos holandeses na foz do rio Xingu, onde fundaram algumas feitorias nos lugares Maturá, Cuiamini e uma outra defronte do forte Orange, isto antes de Caldeira Castelo Branco chegar ao Pará e fundar a cidade de Belém. Luís Cordeiro (*O Estado do Pará, seu comércio e indústrias*, Belém, 1920, pp. 35, 36, 37) fala dêsses estabelecimentos holandeses no Xingu, entre os quais funcionavam também *engenhos de açúcar* — "com a sua produção e mais o que a terra dava, carregavam os flamengos alguns navios". Verificada a procedência dessa afirmativa, dever-se-á atribuir aos

holandeses a introdução, cultivo e industrialização da cana-de-açúcar no Pará. Contudo êsse período histórico é muito obscuro e não podemos endossar, sem uma investigação mais profunda, a afirmativa de Luís Cordeiro.

Sabe-se concretamente que essa preciosa planta foi trazida da ilha da Madeira para o Pará em 1666 por ordem do ministro de Estado Conde de Castello Melhor. João Lúcio de Azevedo (*Quadros da vida paraense no século XVII. in*: REVISTA DA SOCIEDADE DE ESTUDOS PARAENSES, tomo II, fasc. I e II, p. 60), um dos mais notáveis historiadores da Amazônia, refere-se às expedições que se lançavam ao sertão, quer se tratassem de emprêsas bélicas, fôssem estas contra os europeus intrusos ou contra indígenas hostis, era necessário cultivar a terra, para haver a farinha, de que todos se alimentavam, e o algodão, de que a maior parte se vestia, colhia-se o tabaco, *plantava-se a cana-de-açúcar* e, mais tarde, começou também o fabrico da aguardente, nos pequenos engenhos, chamados *molinetes*.

A respeito dêsses estabelecimentos, as crônicas do século XVII já nos oferecem um rico documentário. Para não alongar desnecessàriamente, valemo-nos de apenas duas dessas crônicas — respectivamente as dos Bispos D. Frei João de São José Queiroz e de D. Frei Caetano Brandão — que em suas visitas pastorais pelo sertão eram sempre recebidos e hospedados pelos mais abonados proprietários e senhores de engenho. A primeira visita pastoral de Frei João de São José Queiroz data de 1761 e do seu itinerário anotamos os seguintes engenhos:

1. Engenho de Domingos Barbosa Bacelar, no rio Capim, que tinha *família* numerosa em negros, mulatos e índios livres (*Visitas Pastorais*,, Eição Melso, Rio, pp. 160/170);
2. Engenho de Domingos da Costa, em Odivelas, rio Capim (Id., 172);
3. Engenho de N..., natural de Caldas da Rainha, no rio Capim, que possuía 40 negros. Êsse engenho parecia ser bem montado, era movido por fôrça hidráulica, "tendo por fora uma azenha ou moinho de cubo excelente" (Id., 176);
4. Engenho de Domingos Bacelar, no mesmo rio Capim (Id., 176);
5. Engenho de Pedro de Sequeira e Queirós, um dos mais abonados proprietários do Pará, também no rio Capim (Id., 177);
6. Engenho de Baltazar do Rego, no rio Capim, com mais de 200 pessoas na *família* (Id., 178);
7. Engenho de Guilherme Brossen, no rio Acará (Id., 180);
8. Engenho da Taboca, de Lourenço Furtado, no rio Moju (Id., 183);
9. Engenho de Luís Vieira da Costa, na baía de Limoeiro, baixo Tocantins;
10. Engenho de Gonçalo José, no rio Capim (Id., 310);
11. Engenho do capitão-mor João de Morais, em Cametá, rio Tocantins, "que entre ilhas fica em agradável retiro, onde passadas quatro horas se tomou pôrto: êste fica com boa vista, e nas ilhas vizinhas planta o senhor do engenho os seus canaviais de açúcar. Tem perto dêste casas magníficas e adornadas ao estilo de côrte, com cadeiras de veludo, cortinas de damasco, papeleiras, cômodas, e cantoneiras com serviço de baixela e porcelana, e tudo com grande asseio. A família é numerosa e excelentemente educada"... "só de mulheres brancas excede de quarenta: e entre índias, negras, escravos e meninos, nos persuadimos excede de duzentas pessoas" (id. 404/405).

Duas décadas depois, D. Frei Caetano Brandão visitava os seguintes engenhos (a primeira visita pastoral data de 1784):

1. Engenho do beneficiado Custódio Pacheco Madureira, que possuía alambiques de aguardente (p. 146);

2. Engenho do capitão Agostinho Tenório, na guiana brasileira, — ali o "terreno, por ser alagadiço, não dá senão cana e arroz" (p. 151);

3. Engenho do mestre de campo Pedro Furtado, também na Guiana brasileira (p. 152);

4. Engenho do cirurgião-mor Julião Álvares, ainda na Guiana bem situado e que "tem engenho de moer cana, e aguardente, e se prepara outro de fazer açúcar" (p. 159);

5. Na ilha de Marajó, em sua fazenda localizada na bôca do rio Arari, os padres mercenários cultivavam arroz, maniba e cana, e tinham engenho de aguardente. Na época da visita de D. Frei Caetano Brandão, 24 de novembro de 1784, estavam construindo um "magnífico engenho para açúcar", que, concluído, "não haverá talvez outro no Estado, que o iguale na grandeza, ordem, e segurança das oficinas: é d'água" (p. 231);

6. Engenho de Florentino da Silveira Frade, inspetor e comandante da ilha de Marajó, que produzia aguardente (p. 237);

7. Engenho do mestre de campo João de Moraes Bitencourt, em Cametá, hidráulico, para fazer açúcar, que também fôra citado por D. Frei João de São José Queiroz;

8. Engenho do capitão João Manuel Rodrigues, um dos sujeitos mais abonados do Pará, que rendia anualmente "para cima de vinte mil cruzados" (p. 285).

Estas relações mostram alguns dados importantes, além do número (que não é totalizador) de estabelecimentos: a área ocupada, no espaço geográfico amazônico, cercanias de Belém e hoje classificadas como zonas fisiográficas do Guamá, Tocantins, Marajó e Amapá, portanto todo o círculo do golfão marajoara, incluindo a própria ilha de Marajó a produção de aguardente-de-cana e açúcar; a riqueza dos senhores de engenho, "medida pelo número de escravos"; o uso de fôrça hidráulica, o que equivale a um certo grau de mecanização, etc.

Mostra ainda que a produção de aguardente e de açúcar era próspera, o que não acontecia nos primórdios do govêrno de Furtado de Mendonça, conforme a informação dirigida ao rei com um pedido de instalação de uma "engenhoca". É o doc. nº 25, da coleção publicada por M. M. Carneiro de Mendonça (*A Amazônia na Era Pombalina,* Tomo I, pp. 59-60), *ipsis litteris*: "Os muitos molinetes que tem êste Estado, em que se fabricam águas ardentes, não servem mais do que perder os poucos escravos com que se acham êstes moradores, por causa da ebriedade que se lhes não pode evitar". / "O dano ainda maior que resulta destas fábricas, é terem-se arruinado totamente os engenhos de açúcar; porque vendo os lavradores da cana que a factura da aguardente é muito mais fácil, todos se empregam nela e têm destruído inteiramente o comércio, a cujas justificadas razões, atendendo V. Maj. foi servido determinar por ordem de 10 de julho de 1748 que os Governadores dêste Estado não dessem licença para se erigirem semelhantes engenhoras". / "Nestes têrmos me parece esta súplica é indigna da licença que pede, e também que V. Maj. mande demolir todos os molinetes que tiverem erigido depois da dita ordem, ou impor-lhe um tributo grande, de sorte que aos proprietários dêles, lhes não faça conta o conservá-los, porque desta maneira terão os engenhos de açúcar o que fazer; não se perderão os negócios, nem também os escravos, com a quantidade de água ardente que há. V. Maj. mandará o que fôr servido. Pará, 9 de novembro de 1751".

O citado D. Fr. João de São José Queiroz fornece, na sua crônica, minuciosa descrição dos engenhos paraenses: "Como falamos em engenho de açúcar, diremos brevemente o que isto é, sem a prolixa descrição do padre Labat, de quem nos lembra ocupar no assunto a maior ou grande parte de um livro dos das suas viagens, obra que tivemos algum dia. Escolhido um campo proporcionado para plantar a cana, se pre-

para a terra em sítios que se chamam massapés"... "Faz-se em pedaços a cana-de-açúcar, e se mete em a terra com uma parte das duas levantadas, e postas ao alto ou estendida, assim como está cortada, logo produz muitas em um ano, que se costuma colhêr, e não dentro em seis meses, como escreveu mal informado Thevet; cortadas pelo pé se conduzem para o engenho, que consta de uma grande casa, telheiro ou coberta; em o meio se vê um grande moinho ou nova azenha, onde a cana metida se espreme e aperta de sorte que larga os sucos e umidades em um conduto, calha ou canal, movendo-se para êste efeito com violência a máquina, que se revolve à fôrça de seis cavalos, ou mais vagarosamente tirada por bois, ou movida por águas." / "Do canal se encaminha líquida a expressão à tacha chamada do parol, ou a um tanque, e logo à caldeira grande, onde se purifica com cinzas coadas; daí se tira, e passada por um pano o que se diz garapa, passa a outro tanque, e dêste ao tacho de engrossar, e logo para o tacho do ponto que recebe; batido aqui muito bem passa ao tacho de esfriar, e então para as fôrmas". / "As caldeiras grandes estão bem justas sôbre barro, e êste, tendo fornos por baixo de ardentíssima matéria, faz que fervam tanto até que se purifique como fica dito. Mudados enfim os potes para outra parte, se purga de todo e faz branco o sal da planta que chamamos açúcar. O excelente mel que vai do Pará para o reino, e é o melhor de tôda a América, é tirado dos tachos em quanto não toma ponto o açúcar, e é mel chamado de prato. Do que resta nas caldeiras, e são escumas, e também do licor que se distila naturalmente das fôrmas que estão a purgar e a embranquecer, se faz aguardente de mel, e é a mais inferior". / "Das fezes e partes mais crassas que resultam destas operações se forma o melaço, com que se nutrem os negros e engordam os cavalos. A aguardente de cana é muito medicinal, e se faz da mesma cana, posta em tanques ou coches até azedar e levantar fervura; abatida esta se passa aos alambiques, e então se extrai a fogo brando. A grosseira e com fezes é a que bebem os índios, e se chama cachaça." / "Finalmente há o açúcar mascavado nos engenhos, e resulta do que fica nos fundos dos potes em que se purifica o mais: como pelo contrário o açúcar cândil é o primeior na bôca dos mesmos vasos de barro. Do mascavado se extrai o açúcar que chamam refinado, alvíssimo e duríssimo, de que se usa nas mesas asseadas para tomar o chá, por deixar perceber a bondade daquelas fôlhas e prezada planta, conhecendo-se na observação da côr, sabor, cheiro e efeitos. Cortada a cana em o primeiro ano torna a rebentar, e dá segunda colheita sem nova plantação, e a isto chamam soca, e continua depois de duas vêzes cortada a frutificar mais outra vez, e se chama ressoca. Talvez continuam dez e doze anos, só com o benefício de lançar fogo à campina, rebentando depois da raiz vigorosamente a cana. Assim sucede no rio Capim, porém diversamente no Acará, requer planta todos os anos. Em a vila de Silves há cana plantada para tôda a vida".

Como se vê, bastante pormenorizada a descrição do bispo do Pará. A produção de aguardentes, licôres e açúcar, continuou como uma das principais atividades agrícolas do Pará colonial, sobretudo nas bacias do rio Capim Moju e Acará, no baixo Tocantins e nas ilhas mais próximas de Belém. Nos princípios do século XIX, Spix e Martius anotavam, entre os 14 artigos de exportação do Pará, o açúcar, a cachaça e o melado. Escreviam os dois cientistas: "Já mencionamos que se cultiva particularmente a cana-de-açúcar nas cercanias de Belém. Êste produto não só cobre o consumo da província, mas também é exportado, embora em menor quantidade, sobretudo para o Maranhão. Não se distingue pela alvura, nem pela firmeza, a sua cristalização, e talvez seja uma das piores qualidades fabricadas no Brasil. Por êsse motivo, costuma-se distilar considerável parte em cachaças e licores finos, especialmente anisete, não

sendo êste último inferior ao que se prepara nas ilhas francesas. Grandes remessas de aguardente comum vão para os Açores e para Portugal, de onde é recambiada ao Brasil, depois de parcialmente retificada". / "As qualidades do açúcar do Pará melhorarão quando os canaviais plantados a princípio nas margens baixas, por causa da facilidade de transporte, pelo rio, se estenderam pelas terras do continente, mais altas e mais sêcas, pois o terreno lodoso e úmido não favorece a formação da seiva açucarada na cana. Só uma particular qualidade medra aqui nas margens, mas contém, embora a cana suba a um tamanho descomunal, relativamente pouca sacarina, e perturbada por grande quantidade de mucilagem e amido, que dificultam a refinação do açúcar" (Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, 2. ed., vol. III, p. 27).

Aproveitando a estada em Belém, os dois naturalistas visitam o engenho pertencente à família Faria, localizado na ilha das Onças, defronte da cidade: "Cultiva-se cana-de-açúcar nos lugares um tanto altos da ilha, e emprega-se a maior parte da calda em melado e cachaça. Os aparelhos de distilação, adequadamente dispostos, foram feitos na Inglaterra e produzem, em parte, excelente aguardente mais fina, e especialmente anisete, para cujo fabrico se importam semente de anis de Portugal e de Gibraltar" (Idem, vol. III, p. 49).

Ao iniciar a viagem pelo Amazonas, deixando Belém, Spix e Martius dirigem-se em primeiro lugar à fazenda do seu hospedeiro na capital, Ambrósio Henriques, proprietário do Engenho Jacuarari [Jaguarari], no rio Moju, que pertencera anteriormente aos jesuítas. Ali se demoram alguns dias e fazem o elogio da propriedade: "Em todo o Pará, entre tôdas as da região que plantam cana, e particularmente tiram proveito da cachaça, essa fazenda é a que tem maior fama de eficiência e elegância, e, de fato, ainda não havíamos visto outra que lhe pudesse ser comparada. O alto galpão espaçoso acomoda um engenho, além dos acessórios, um pilão para socar arroz e o aparelho de distilação, segundo o formato inglês. Um arroio bastante considerável, que ao mesmo tempo fornece água potável para os habitantes, põe em movimento o maquinismo. A aguardente, cuja produção monta anualmente a 500 pipas, é conservada no pavimento debaixo de uma casa grande, em monstruosos troncos ocos de angelim. A morada do administrador é contígua ao galpão, e liga-se com a casa do proprietário, de extremo bom gôsto, que, de sua ensombrada varanda, goza da alegre vista do rio tranqüilo e das margens cultivadas. Atrás do engenho, estão dispostas duas filas de casas pequenas para os escravos, cujo asseio e boa aparência física são a melhor prova do tratamento humanitário, que aqui recebem. Jacuarari era antigamente uma fazenda e casa de recreio dos jesuítas" (Idem, vol. III, p. 70).

A indústria açucareira, e dos derivados da cana-de-açúcar, foi próspera até os começos da *cabanagem*, rebelião popular que repercutiu profundamente na economia paraense. Uma das conseqüências mais notáveis da *cabanagem* foi a desorganização do regime escravagista. Grandes proprietários sofreram perdas consideráveis, com a destruição da lavoura, o abandono dos latifúndios, a liberdade dos escravos, alcançada pela fuga e seu refúgio nos mocambos que se multiplicaram por quase tôda a província. Cessado o motim, a economia açucareira custou a se refazer. Várias tentativas fracassaram, como a da emprêsa "Predial", fundada em 1883, no Pará, com favores especiais concedidos ao engenheiro Tocantins, para montar sete engenhos centrais na província. Como a concessão não teve execução foi declarada caduca, em 1889, pelo Presidente de Pernambuco (Luís Cordeiro, op. cit., p. 121).

As plantações do Capim, Acará e Moju se recuperaram lentamente, mantendo aí a tradição agrícola da cana-de-açúcar. Mas o açúcar, saído

dêsses engenhos, era de baixa qualidade. A produção se concentrava sobretudo no aguardente.

Contudo a área de cultivo aumentara e na segunda metade do século XIX a cana-de-açúcar prosperava também no vale do Tapajós. Ali, segundo Luís Cordeiro, (op. cit., pp. 35-36), a planta brotava espontânea e "exuberantemente nas várzeas e margens baixas do rio". Em 1862 já havia em Santarém um engenho para aguardente e açúcar, movido a água, com trinta braços, cuja produção alcançava 600 frasqueiras de aguardente e 400 arrobas de açúcar. A imigração norte-americana para Santarém desenvolveu notàvelmente a cultura da cana e sua industrialização. Em 1876 Santarém possuía 6 engenhos de açúcar e mel; o principal produto da colônia americana era a cachaça, na quantidade de cem pipas anuais (R. L. Tavares, *O Rio Tapajós,* 1876, p. 42). Os engenhos eram movidos a água e a tração animal, estavam em notável progresso, aplicando-se o arado no arroteamento da terra e outros instrumentos modernos usados pelos agricultores europeus e americanos. Apesar dêsse florescimento, não houve continuidade, por fatôres diversos, e os americanos se retiraram pouco a pouco de Santarém, desaparecendo a maior parte dos estabelecimentos por êles criados na região.

Esta situação perdura até hoje. A produção atual resume-se quase exclusivamente no aguardente, no *mel* e no chamado açúcar *moreno,* de qualidade inferior, acondicionado em *paneiros* forrados com palhas de *ubim.* Não há pròpriamente *usinas* de açúcar na Amazônia, mas simplesmente engenhos, grandes e pequenos, mantendo os meios tradicionais de cultivo e obtenção dos produtos da cana-de-açúcar.

É evidente que a cana-de-açúcar, cultivada no Pará desde os primeiros tempos da colonização, também contribuiu para dar maior embasamento à cultura regional. O latifúndio se formou em tôrno da Casa Grande. Esta possuía invariàvelmente senzalas, onde negros escravos, mestiços, índios e brancos conviviam mais ou menos harmoniosamente. A aristocracia rural era ciosa de suas "tradições" e sempre participou ativamente dos acontecimentos políticos, ocupando uma posição definida, bastante influente aliás, na classe dirigente. A *cabanagem* foi um golpe terrível. Muitos senhores de engenho foram assassinados e suas propriedades destruídas. Mas, passado o motim, o antigo regime se refêz. Sob o ponto de vista sociológico, guardadas certas peculiaridades locais, pouco difere do sistema de aristocracia rural do nordeste, baseado no latifúndio e centralizado pela Casa Grande. O senhor de engenho era, via de regra, um patriarca, em tôrno do qual a *família* se aglomerava: filhos, parentes, agregados, escravos etc. Exemplo do patriarcalismo gerado no contexto da agricultura canavieira foi o ramo dos Morais, de Cametá.

A cana-de-açúcar enriqueceu também o folclore regional: contribuiu notàvelmente para a doçaria típica, para a medicina popular, para a poesia e a música. Assinalaremos apenas alguns exemplos, sendo de destacar, em primeiro lugar, a cachaça como fonte inspiradora. A cachaça entra na crônica regional, evidentemente, com a maior dose de depoimentos, combatida às vêzes pelos bispos e pelos governadores, mas produzida sempre, em tôdas as épocas, com o maior proveito. Um dos vícios dominantes no Pará colonial, segundo D. frei Caetano Brandão, era principalmente o da borracheira, "em que soube eram compreendidos não só os homens senão também grande parte das mulheres" (op. cit., p. 24). Os molinetes, citados pelo irmão do marquês de Pombal, governador do Pará, "não servem", dizia êle, "mais do que perder os poucos escravos com que se acham êstes moradores por causa da ebriedade que se lhes não pode evitar". Já D. frei João de São José Queirós dizia que a "aguardente de cana é muio medicinal".

A produção de mel-de-cana, *melaço* no nordeste, e simplesmente *mel*, na Amazônia, determinou, por sua vez, a produção de um vasilhame apropriado, de barro cozido, de formato semelhante ao de um pote, porém sem gargalo. É encontradiço nos mercados de Belém — Reduto, Ver-o-Pêso, Pôrto do Sal. Êstes potinhos de cerâmica, cheios de *mel*, devidamente tampados com palhas de *ubim*, são de tamanhos variados. Os mais comuns contêm aproximadamente um livro de *mel* e medem cêrca de 20 cm. de altura e 15 de diâmetro. Há maiores, de 2 litros ou mais, e menores, quase miniaturas, que atendem às curiosidades ou o gôsto das crianças.

A sinonímia da cachaça é vasta, mas não está dicionarizada. Adelino Brandão cita alguns sinônimos no seu livro *Recortes de Folclore*: Mateus, Bicho, Camarada; tira-teima; tôdi-de-garrafa; Talagrada, trago, tiquira (Bragança). Vulgarizado também, como sinônimo de cachaça, é o têrmo Igarapé-miri, locativo, atualmente um dos maiores — talvez o maior — produtor de aguardente no Pará.

Na poesia popular, a cachaça contribui com um sem número de glosas, adivinhas, quadras. Adelino Brandão, citado, menciona um cantor que jamais iniciava a função sem antes emborcar um copo da bebida, para quem recitava:

Tu me puxa
Eu te repuxo
Tu me desgraça a cabeça
Eu te desgraço no buxo.

tema que êle vai encontrar correspondentes no nordeste, através da pesquisa biblográfica. Também originária do nordeste, é esta outra, que Adelino Brandão ouviu em Belém do Pará e que atribuiu a imigrantes cearenses:

Eu vi uma lagartixa
Na parede do açude
Como uma pipa de cachaça
Bebendo e dando saúde
A parede era tão alta
Que eu quis subir, mas não pude.
etc. etc

As duas quadras seguintes aparecem no romance *O Gororoba*, cenas da vida proletária no extremo Norte, de Lauro Palhano:

1. *A cachaça gerebita*
   É feita de cana torta
   Quem bebe ela sem conta
   Fica que nem se lh'importa!

2. *A tiquira p'ra sê bôa*
   Há de sê do Maranhão!
   E quem quisé da mió
   Há de comprar no Codó!

Mário de Andrade, nas suas andanças pelo Norte, registrou a *Chula da Cachaça*, um autêntico hino do *pau-d'água* da Amazônia (*Ensaio sôbre música brasileira*, S. Paulo, 1962, p. 107):

O meu consôlo é viver nesta alegria
Cambaleando, vendo a Lua em pleno dia;
O meu consôlo é viver sempre na água,
Porém meu peito não conhece o que é mágua!

Os taberneiros já não podem vender mais
Depois das sete não posso tomar meu gais
Mas sou um cabra que não perco a minha linha,
Trago no bôlso sempre a minha garrafinha.

Quando eu passo um só momento sem beber
Fico maluco, penso até que vou morrer,
Mas dos paus-dágua sou o rei, sou coroado
E na tendinha sou freguês considerado.

Quando eu morrer quero em minha sepultura
Uma das pipas das maiores, sem mistura;
O encanamento que me venha até a bôca
Em pouco tempo deixarei a pipa ôca.

Ninguém repare, êste é meu natural,
Ninguém repare, êste é o meu moral,
Ninguém repare eu andar cambaleando,
Adeus adeus que já são horas, vou chegando!

Informa, Mário de Andrade, que a escutou no rio Madeira, de gente que sabia ler, se percebe logo. Contudo, a chula é vulgar e texto e música expressam bem essa "malinconia paciente, meio irônica do nosso povo".

Jorge Hurley (*Itarãna*, Belém, 1934, p. 153/154 e 187), cita a seguinte quadra, do *Sambariri*:

O Procópio já não bebe!
Sambariri!
Já não toma mais pifão!
Sambariri!
Êle agora virou rolha...
Sambariri!
É rolha de garrafão!
Sambariri!

O assunto é interminável. Portanto, paremos aqui.

OS DE MORNAY E A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM PERNANBUCO

FERNANDO DA CRUZ GOUVÊA

PARA o Brasil, desde 1850 diz Capistrano de Abreu "começou um nôvo período, que se poderá chamar centralista, imperialista ou industrial" (1). Antes, o futuro Visconde do Rio Branco revelando aguda compreensão do sentido das transformações que via operar-se na côrte e no resto do País nessa década excepcional do 2º Reinado, registrava ainda como jornalista, que "a quadra atual há de ter lugar distinto na nossa história filosófica, política e industrial", ou seja, "êste período de ouro com que estreamos a segunda viagem do século XIX", como acrescentaria Paranhos (2).

Pollticamente, entrara o Império numa fase estável, ultrapassando como esmagamento da Praieira, a fase dos movimentos armados e chegara afinal a hora da Conciliação, lançando as bases do renascimento econômico do Brasil que se verificaria a partir daquele ano.

Em Pernambuco, que pouco antes fôra palco das lutas da Praia, segundo Pereira da Costa, "a segunda metade do século XIX entrou com um vislumbre de progresso na agricultura que foram como que precursores do muito que se havia de conquistar até chegar-se a essa assombrosa maravilha do engenho humano chamada Usina ou Engenho Central". (3). Gaspar e Apolônio Peres (4) referindo-se aos melhoramentos nessa época introduzidos na indústria açucareira de Pernambuco, escreveram: "de 1834 a 1854 deram-se várias modificações e inventos. A cal vem substituir a potassa na fabricação do açúcar; foram aperfeiçoadas as rodas hidráulicas dos engenheiros De Mornay e Leandro Guimarães; foram desaparecendo os engenhos tocados a animais; importaram-se outras variedades de cana (......), introduziram-se as moendas De Mornay. A mais notável das modificações consistiu no aproveitamento do bagaço como combustível, trazendo economia de tempo e dinheiro (......), poupando matas (......), desatravancando os páteos dos engenhos".

Grandes modificações começaram a ser introduzidas na indústria açucareira ligadas à presença de estrangeiros naquela província antes e ao tempo em que lá estêve Vauthier, de cuja equipe alguns dêles fizeram parte, como foi o caso dos engenheiros inglêses De Mornay, intimamente associados ao início da era ferroviária naquela região e responsáveis pela introdução nos engenhos de açúcar pernambucanos de um aperfeiçoamento nas rodas d'água que traria um bom impulso à indústria pelo maior

aproveitamento dos cursos d'água ao tempo em que se intensificava o uso do vapor, e ainda de uma moenda de simples construção, constando de 4 cilindros, um dos quais medindo 1 metro de diâmetro, que representaria uma tentativa para suprimir o removedor de resíduos. Fabricar-se-iam grande número dessas moendas que logo se espalhariam pelo resto do Brasil chegando até Demerara e Cuba.

Aliás, enquanto nas Antilhas ainda sob regime colonial, suceder-se-ia a introdução de vários processos mecânicos que aperfeiçoariam os métodos da indústria açucareira local ligada aos interêsses das metrópoles européias, entre nós, as crises dos preços e a falta de braços devida a extinção do tráfico negreiro e aos preços oferecidos pelos fazendeiros de café do Sul, impossibilitariam os senhores de engenho de adotar efetivamente, as novas conquistas técnicas já implantadas noutros centros produtores, e salvo exceções como o uso do bagaço de cana como combustível, o sistema de vácuo devido a Derosne. o aperfeiçoamento das rodas d'água e a moenda De Mornay, continuariam êles utilizando métodos rotineiros para produzir um açúcar que devido a ausência de mercado interno, proporcionava-lhes preços cada vez menores e dependentes, quase exclusivamente, de um caprichoso mercado internacional.

Vários autores, como M. Mornay (5), Hadfield (6), Mansfield (7) e mais recentemente Noel Deerr (8), assinalaram essas atividades, nos livros de viagens ou históricos que elaboraram. Todavia, o verdadeiro sentido da presença dêsses irmãos em Pernambuco nos meados do século passado, ainda aguarda um estudo histórico alongado ao social e ao econômico, que bem poderá vir do sociólogo Gilberto Freyre, que por sinal dêles já se ocupou (9), dizendo-se esperançoso de obter sôbre os De Mornay um documento da mesma natureza do que lhe veio às mãos sôbre Vauthier para então "ampliar a reconstituição e interpretação de aspectos esquecidos da influência britânica no Brasil do século XIX".

Metrópole regional e centro de atividades econômicas, mercê de sua posição geográfica favorável para operar comercialmente com a Europa, o Recife tornou-se um dos pontos onde mais intensa se fêz sentir a influência britânica no Brasil, bem descrita por viajantes e estudada por autores como Alan Manchester (10). Foi lá que os De Mornay desenvolveram suas atividades em meio a comerciantes e outros técnicos compatriotas, ocupados em cuidar de seus negócios, e de investimentos de vulto do capital britânico nas estradas de ferro, fator que determinaria o desenvolvimento da indústria açucareira, facilitando o escoamento da produção, melhoramento indispensável à implantação dos engenhos centrais, mais adiante. Como bem salientou Emília Viotti da Costa (11), as ferrovias trariam para a economia do país acentuadas modificações, beneficiando mais algumas regiões do que outras e no caso da região monocultora nordestina, provocaria a marginalização de vários municípios devido às ligações estabelecidas pelas usinas diretamente com a praça do Recife.

O govêrno imperial empenhado em interessar o capital e a técnica dos inglêses para investimentos dessa natureza, promoveu a modificação da legislação anterior, ampliando de quarenta para noventa anos o prazo do privilégio de exclusividade na região com garantia de juros de 5% do capital empregado. (12).

Os irmãos De Mornay face à nova legislação logo se associaram para obter a concessão de uma ferrovia entre o Recife e Água Preta, e numa

representação dirigida ao Imperador, acenaram com uma estrada de ferro que seguiria na direção do Rio São Francisco, acima da cachoeira de Paulo Afonso, "em um dos pontos da extensa margem daquele rio", segundo o mapa traçado por Alfred De Mornay, da primeira secção dessa ligação. Deve o monarca ter se deixado levar por êsse ambicioso plano de integração nacional cujo traçado feito pelos práticos inglêses, cortava a rica região canavieira do sul da província, dêles bem conhecida e favorecida com a aparelhagem por êles inventada para cuja fabricação e venda, foi-lhes concedido o privilégio não de 15 anos como requereram, mas de 10 anos, através do Decreto nº 1.053, de 13 de outubro de 1852, transcrito por Ademar Benévolo em sua "Introdução à História Ferroviária do Brasil".

Dois meses antes, os De Mornay haviam obtido através do Decreto nº 1.030, de 7 de agôsto, a concessão da pretendida estrada de ferro e conforme referência do Sr. Gilberto Freyre (13), fizeram na imprensa pernambucana um aviso para subscrição do capital. Em 1853 estava organizada a "Recife and São Francisco Railway Company" que se propunha alcançar uma meta ambiciosa: a geografia adversa se encarregaria de torná-la inatingível, deixando-a a meio caminho.

Segundo Estevão Pinto (14), os irmãos De Mornay receberam pela cessão que fariam do privilégio, 500 ações no valor de 20 esterlinos cada uma, além de outras vantagens.

O escritor Gilberto Freyre transcreveu também um anúncio publicado por Alfred De Mornay no Diário de Pernambuco de 16 de agôsto de 1844 (15), através do qual fica-se sabendo que êle era agrimensor e engenheiro civil e nessa qualidade integrava a equipe técnica de Vauthier. Dizia estar para se demitir do emprêgo que ocupava na Repartição de Obras Públicas, dirigida por aquêle fourrierista francês na qualidade de Engenheiro-em-chefe, e na mesma ocasião oferecia "aos senhores de engenho e outras pessoas que quisessem utilizar de seus préstimos" para medição de terrenos, melhoramentos e construção de engenhos d'água, obtendo-se a fôrça necessária com a menor quantidade d'água possível, embora a ferida não seja "maior que um palmo" e terminava se propondo a proceder levantamento das plantas de maquinismo.

A anunciada habilitação de Alfred De Mornay em levantamento da planta de maquinismo, terminaria contribuindo para que êle viesse a conceber e desenhar a moenda que tomaria o seu nome.

Com tantas técnicas, é de supor a enorme valia para a gente do açúcar, dêsse estrangeiro menos romântico do que prático, que parecia confirmar o conceito de "mágico" com que os inglêses eram vistos aos olhos do povo.

Um relato interessante das atividades dos De Mornay em Pernambuco, encontra-se em Charles Mansfield (16), um inglês nascido segundo Alfredo de Carvalho, em 8 de maio de 1819 e chegado ao Brasil pelo mesmo vapor Tay em que viajara um dos irmãos gêmeos que teria a sua idade: eram "tão perfeitamente parecidos que muitas pessoas os não reconheciam separadamente um do outro". Nesse relato Mansfield detalha a movimentação dos seus compatriotas pelos engenhos, servindo-lhe muitas vêzes como introdutores ao conhecimento que deseja travar com a terra, a gente e as coisas de Pernambuco.

Nas viagens feitas ao interior da província, detinha-se constantemente no engenho Caraúna, na sua opinião, "o melhor administrado de tôda a província", demorando-se em descrever as excursões, o panorama

e a bela casa-grande "a melhor de todos os engenhos", não faltando uma referência elogiosa ao seu proprietário, o Dr. Domingos de Souza Leão, a quem chamou "um perfeito cavalheiro, bem educado, mui instruído". Êsse Souza Leão, segundo Guilherme Auler (17) constituiu o ramo Caraúna da Casa de Gurjaú, liderou o Partido Liberal em Pernambuco, exerceu a Presidência de sua Província e foi Ministro dos Estrangeiros no gabinete de 5 de setembro de 1878. Antes, pelo Decreto datado de 6 de setembro de 1866, fôra agraciado com o título de 2º Barão de Vila Bela.

Membro de família que participava decisivamente do poder político, viu-se Domingos de Souza Leão envolvido em críticas surgidas na época que antecedeu a revolução praieira, à hegemonia de alguns grupos familiares, donos de grandes latifúndios canavieiros. Segundo Pereira da Costa (18), "quando se quis atacar o predomínio da família Souza Leão, teve muito curso esta quadrinha, na qual se faz alusão à casa de Caraúna em Jaboatão:

Os leões venezianos

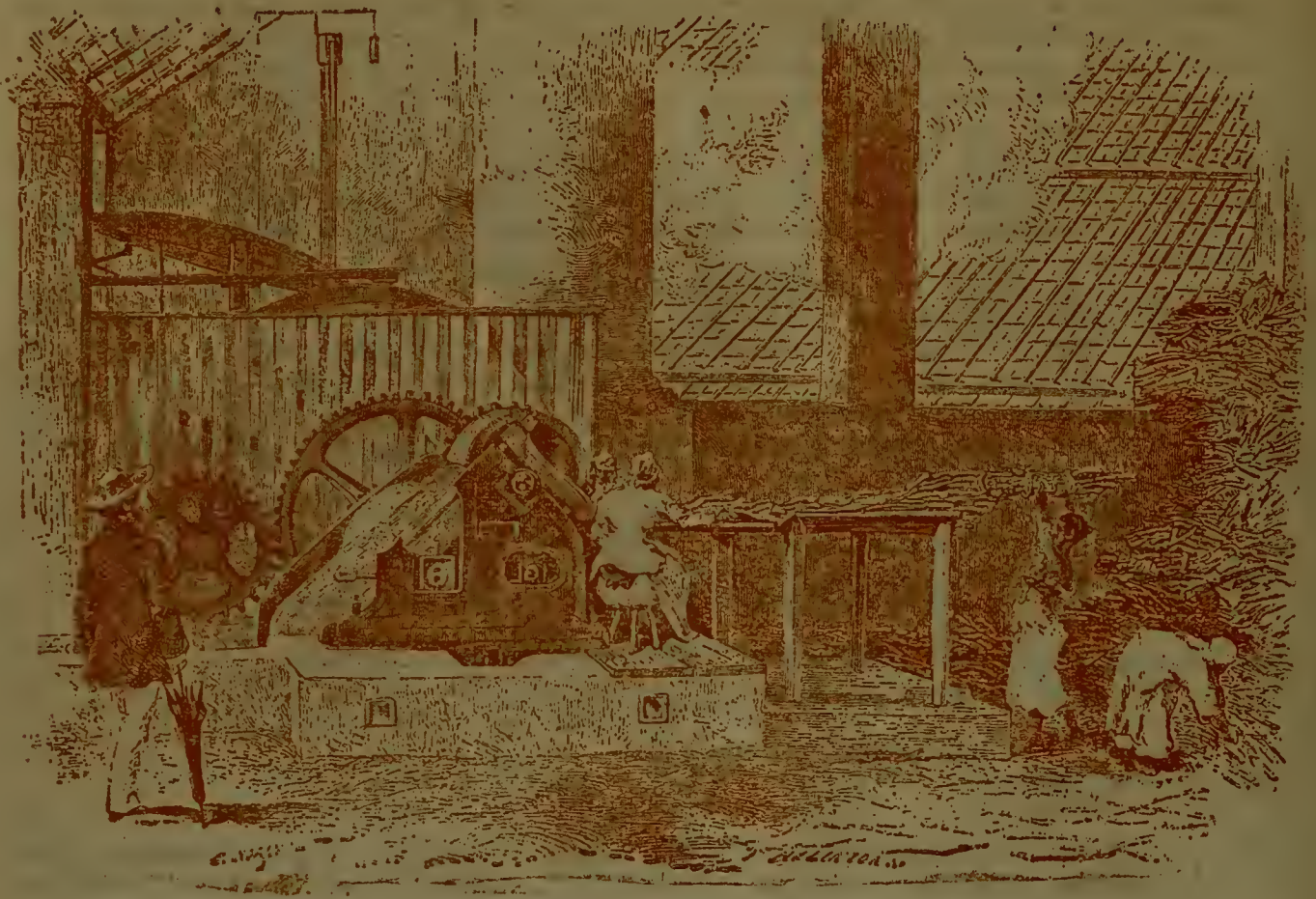
Tinham asas, por sinal;

Os leões de Caraúna,

Gravidade natural..."

Do valioso acêrvo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro consta um livro publicado na Inglaterra em 1847/48 (19) com um título que muito embora não sugira ao estudioso de história uma consulta imediata, revela ter sido Alfred De Mornay, engenheiro e projetista às voltas com invenções de moendas e construção de estradas de ferro, um homem também interessado em fixar diferentes aspectos, nem sempre ligados às suas preocupações profissionais, de um engenho de açúcar. Assim, no capítulo dedicado a Pernambuco e Alagoas, o autor dêsse livro incluiu o que êle próprio chamou de uma interessante notícia sôbre os engenhos de açúcar daquelas províncias fornecida em 1846 ao Cônsul inglês pelo engenheiro Alfred De Mornay, "a gentleman, who, from his occupation as a civil enginneer, has frequent opportunities of observation". Aliás, tais oportunidades de observação devem ter sido aproveitadas na execução das vistas de Pernambuco, que segundo Cláudio Gans, revelam um bom desenhista.

Noel Deerr, na sua citada obra, que por sinal está tardando a aparecer em língua portuguêsa, fêz uma reprodução parcial dêsse documento, ao que parece ainda não divulgado em nosso idioma, e cuja tradução se vai ler adiante, onde o engenheiro inglês aflorou problemas ligados ao uso da terra, relações entre os senhores de engenho, lavradores e moradores, sem esquecer as condições de vida e a participação dramática da mão-de-obra escrava que Antonil (20) pouco mais de um século antes, definira como "as mãos e os pés do senhor-de-engenho".

O texto devido a Alfred De Mornay revela um observador bem ambientado e relativamente informado sôbre a grande lavoura escravista, e de suas notas verifica-se que nos meados do século XIX, o senhor de engenho continuava sem contestação, aquêle "homem de cabedal e govêrno" de que falava o autor de "Cultura e Opulência do Brasil" e ao seu redor girava com um grande sentido de permanência, a sociedade patriarcal de que êle era a figura principal.

Litografia de H. Y. Linton e desenho de autor anônimo em «Brazil, The River Plate and the Falkland Islands», de William Hadfield, London, 1854 — Reprodução da tradução de Betty B. de Cabral, Buenos Aires, 1943. Representa a moenda De Mornay em funcionamento no Engenho Caraúna, onde também foi instalada a primeira máquina a vapor fabricada no Brasil, em 1836, pela fundição C. Starr & Cia., Recife.

"Na província de Pernambuco, os engenhos de açúcar estão situados na sua quase totalidade ao longo da costa, e qualquer um ficará surprêso se encontrar uma grande concentração dêles à margem das estradas principais e outras menos importantes que se estendem vinte ou trinta milhas para o interior. Além das terras ocupadas pelos engenhos, segue-se uma faixa de terra coberta de luxuriante floresta (..........) atrás da qual está o "Sertão" ou "Caatinga", onde cultiva-se algodão e criam-se os cavalos e bois empregados nos trabalhos dos engenhos.

A população, pode-se dizer, está dividida em escrava e livre: muito pequena distinção é feita com relação a côr. A população livre dos núcleos açucareiros acha-se dividida em três classes: o "Senhor de Engenho", o "Lavrador" e o "Morador" (..........). O Senhor de Engenho é o proprietário da fábrica, das terras, etc., sendo também fabricante do açúcar, cultivando êle próprio a maior parte da sua cana; como sua capacidade de produção de açúcar comumente ultrapassa a das plantações, êle convida agricultores que dispõem de alguns escravos para viverem em suas terras com a finalidade de plantar cana, metade de cuja produção é atribuída ao "Lavrador" (..........). Há também "Senhores de Engenho" que não possuindo terras, constróem uma casa de moradia, fábrica, etc.

e cultivam a terra durante certo número de anos, oito ou doze, e ao fim dêsse período tôdas as construções e benfeitorias passam a pertencer ao proprietário da terra. O Lavrador é o plantador que vive nas terras do "Senhor de Engenho", com terra e casa livres. A posição do "Lavrador" é considerada uma ocupação completamente honrada (..........) havendo contudo Lavradores de tôdas as nuances de côres e respeitabilidade, produzindo alguns cinqüenta toneladas de açúcar anualmente, enquanto outros não chegam além de uma ou duas toneladas.

O "Morador" é uma espécie de arrendatário (..........). Naquelas propriedades em que o senhor desempenha funções de govêrno (especialmente policiais) e tenha conseguido o poder de proteger assassinos e outros tipos de mau caráter, o Morador, se fôr um dêsses criminosos protegidos, estará completamente nas mãos do Senhor de Engenho pronto para obedecer-lhe em tudo (..........). A posição social da população de uma região açucareira é peculiar (..........) as camadas mais baixas temem apenas o Senhor de Engenho em cujas terras vivem, e o Senhor de Engenho por sua vez, teme ùnicamente alguém mais poderoso do que êle próprio. É usual um homem que tenha cometido um homicídio procurar o Senhor de Engenho para pedir-lhe sua proteção (..........) estando êste, sempre pronto a apadrinhar o criminoso.

Numa estimativa grosseira, o número de engenhos da província é de 600; cada um dêles mede uma légua quadrada (6.000 acres). O Engenho produz em média 55 caixas de açúcar barreado, 50 de branco e 5 do mascavo...) o número de escravos é variável; a média pode ser feita em tôrno de 30 pretos para o campo, 10 para trabalhos domésticos além de outros, enquanto que o Lavrador possui em média 12, perfazendo para a província um total de 31.200 escravos (..........). Para explorar eficazmente um engenho perto da Capital, 40 escravos é considerado um número conveniente (..........). Se a terra estiver bem coberta de mata, 25 pretos produzirão o mesmo resultado (..........) havendo vários engenhos em florestas virgens com apenas 15 negros. Há vários engenhos com até 50 negros, mas o trabalho nêles executado não corresponde a essa proporção de escravos. Estão contudo, melhor conservados e os escravos em melhores condições. A maior parte dos engenhos tem muita deficiência de escravos e a conseqüência é que muito trabalho é deixado por fazer ou é mal feito, ou então, os escravos estão bastante extenuados. Há uma tendência para competição entre os Senhores de Engenho para fabricar uma quantidade grande de açúcar com um pequeno número de negros, porém em vez de realizarem êste trabalho com poupança e boa administração, geralmente fazem levando os escravos a um esgotamento de suas fôrças, e às vêzes além delas. A êste trabalho forçado êles não podem resistir muitos anos; tornam-se magros, e tristes, a pele sêca, escamosa e de uma côr escura de ardósia, em vez do prêto lustroso de um negro saudável. Naqueles engenhos encontra-se gente que tem o vício de comer terra. A opinião generalizada é que êste vício é proposital e persiste malgrado severos castigos, até pôr um fim à fatigada existência (..........) porém, é prefrível atribuí-lo ao mau estado de saúde produzido pela sobrecarga de trabalho, má alimentação e maltratos (..........). Uma criança que come terra é considerada uma vergonha para seu pai porque estaria instigada pelo demônio... Neste caso de nada vale a vigilância pois o demônio sempre encontra novos meios de satisfazer-lhe o vício.

O horário de trabalho no campo quando o engenho não está moendo é das seis às seis; na maior parte dos engenhos o trabalho que os escravos realizam para sua manutenção, antes e depois daquele horário, é chamado quinguingu (..........) comumente é feito de quatro às seis da manhã e de seis às dez da noite. No período da safra, de setembro a fevereiro

ou março, além do serviço usual, êles são divididos em duas turmas para trabalhar na moagem; uma turma servindo das seis da manhã às doze, e outra de doze às seis da tarde. Meia hora é concedida para quebrar o jejum e duas horas ao meio dia, exceto durante a fase de moagem, quando êles se alimentam da melhor forma que podem (..........). É comum vê-los alternadamente, dormindo e acordando sem interromper o trabalho; os meninos na almanjarra (no assento de trás dos cavalos), tem o hábito de cochilar um instante, despertando por si mesmo o suficiente para chicotear os cavalos, tornando a dar nôvo cochilo igual; o prêto que vai jogar fora o bagaço é visto, muitas vêzes, dando um igual cochilo, ao parar e se abaixar para amarrar as extremidades da olhadura em volta dos feixes (..........). Alguns Senhores de Engenho concedem-lhes os domingos e dois feriados por ano, porém durante o período de safra muito poucos concedem os domingos. Os homens têm direito, cada ano, a um par de calças grosseiras, uma camisa, geralmente um chapéu e uma peça de baeta vermelha para se cobrirem à noite (..........). A alimentação consiste de duas libras de carne sêca, por semana, e uma medida de farinha de mandioca (cassava), equivalente a uma garrafa cheia de vinho (..........) isto constitue, muitas vêzes, o único alimento de um escravo excetuando-se a carne fresca pelo Natal (..........) a alimentação algumas vêzes varia quando é feita uma distribuição de bacalhau salgado."

BIBLIOGRAFIA

1) "Sôbre o Visconde de Porto Seguro", artigo publicado na Gazeta de Notícias, 1882, e reproduzido in História Geral do Brasil, 3ª edição integral, tomo III, pág. 441;

2) Paranhos, José Maria da Silva — "Cartas ao Amigo Ausente", carta 42ª — — Rio, 1953.

3) "Origens Históricas da Indústria Assucareira em Pernambuco", in ARQUIVO — Prefeitura Mun. do Recife, Anos IV a X — 1945 — 1951 pág. 303.

4) Gaspar e Apolônio Peres, "A Indústria Assucareira em Pernambuco", pág. 57.

5) "Livre du Fabricant de Sucre et du Raffineur," Paris, 1837, pág 42/44.

6) "Brazil, the River Plate, and the Falkland is" etc., London, 1854.

7) "Paraguay, Brazil and the Plate" — Cambridge, 1856.

8) "The History of Sugar", 2 vls., London, 1950, págs. 357/358.

9) "Ingleses no Brasil". Rio, 1948, págs. 49/50.

10) "British Preeminence in Brazil", Chappell Hill, 1933.

11) Costa, Emilia Viotti da — "O Escravo na Grande Lavoura", in História Geral da Civilização Brasileira", Tomo II — O Brasil Monárquico — 3º volume págs. 166/168.

12) "História de Uma Estrada de Ferro do Nordeste, Rio 1950.

13) Um Engenheiro Francês no Brasil", Rio 1960, 2 vls. págs. 332/3.

14) Ob. cit.

15) Um Engenheiro Francês no Brasil," cit.

16) Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Vol. XXII, nºs. 107 a 110.

17) Nota ao Diário de Pedro II — Viagem a Pernambuco em 1859 — Recife, 1952.

18) "Folk-lore Pernambucano", Rio, 1908, pág. 290.

19) Mc Gregor, John "Commercial Statistcs", London, 1847/48, IV pág. 178.

20) Cultura e Opulência do Brasil" (Texto da Edição de 1711), São Paulo, 1967, pág. 159.

QUINGUINGU *

POEMA DE *JAIME GRIZ*

Acorda pessoal
Pega na enxada
Vamos trabalhar
Que o dia já raiou
E o buzo já roncou.

Acorda João
Acorda Maria
Acorda Ginu
Vamos fazer
O quinguingu.

Lá p'ra 10 vamos à Venda,
Arranjar o de-cumê
Pra quebrar nosso jejum,
Que tá feito o quinguingu.

Quebrado o jejum,
Não tem outro jeito.
É pegar na enxada
E tocar pro eito.

Trabalhar de-confôrça,
Té o sol se esconder.

E nessa pesada,
De segunda a sábado,
De manhã no quinguingu,
De tarde no brabo eito.
Quero ver no fim do ano:

Engenho moendo
Caldo correndo
Mel fervendo
Açúcar secando

E meu Sinhô de cara alegre,
O rico cobre arrecadando!

E no Natal do Sinhô:

Nêgo gordo
Bricando
Gingando
Cantando
Sambando

Louvando a Deus que mandou
Fartura pra todos nós,
Enricando meu Sinhô!

....

Acorda Maria
Acorda João
Acorda Ginu
Pega na enxada
Vamos fazer
o quinguingu!

Que o dia já raiou!
E o buzo já roncou!

"ACAUÃ", Recife, 1959, pags. 171/4

(*) Quinguingu: tarefa de campo no Nordeste agrícola do passado

RUMORES DOS CANAVIAIS

POEMA DE *JAIME GRIZ*

Lá longe,
Na várzea,
Na várzea e no monte,
No monte e na encosta,
Subindo e descendo,
Ondulando se vê,
Ao sôpro dos ventos,
O mar do "paião",
O verde canavial.

E os ventos que vêm,
Que vêm e que vão,
E tornam a voltar,
Vozes nos trazem
Do "cananá":

"O passo que eu vi
Não sabe avoá,
O passo que eu vi
Não sabe avoá".

"Achei um ninho,
Achei um ninho,
Achei um ninho...
Achei um ninho,
Achei um ninho,
De anum-mará."

"O passo que eu vi
Não sabe avoá,
O passo que eu vi
Não sabe avoá".

E os cantos que vêm
Que vêm e que vão
E tornam a voltar
No lombo dos ventos
Do "cananá",
Ninguém mais esquece,
Ficam conosco,
Gravados na alma,
Para sempre a ecoar!

"ACAUÃ", Recife, 1959, pags. 163/4

CRENDICE NORDESTINA
CIÊNCIA POPULAR?

PESSOA DE MORAIS

O NORDESTE apresenta ainda traços muito fortes da antiga sociedade rural de bases preponderantemente mágico-religiosas.

É verdade que tais elementos começam a desaparecer com o ciclo da nova sociedade urbano-burguêsa. Nas cidades maiores, sobretudo, novos tipos de comportamento vão aparecendo, agora, já muito divorciados de suas antigas raízes místicas.

As reminiscências, porém, de todo um mundo de crendices, superstições e estórias populares enchem ainda a imaginação infantil em áreas principalmente rurais.

Muitas dessas reminiscências se ligam ao negro, ao português ou ao indígena. Ou melhor, a êsses três elementos, pois a mistura dessas contribuições foi, sem dúvida, bem alta.

O chamado caboclo, de cabelo escorrido, e de pele meio escura é, êle próprio, uma mistura étnica muitas vêzes do indígena, do negro e até do português. Em outros casos, simples cafuzo, isto é, mistura de negro com índio; enquanto o mameluco é, por vêzes, uma combinação étnica do índio com o português.

Tal fusão de raças possibilitou também uma intercomunhão do que em Sociologia ou Antropologia, se chama padrões de cultura. Ou seja, das pautas de comportamento relativas às atitudes, sentimentos e crenças. Não, evidentemente, que êsses traços de comportamento se relacionem ao que se convencionou chamar de raça. Isto é, que derivem da raça. Isso, de modo algum. O que aqui procuro dizer, é que essa junção de elementos diversificados, permitiu a convivência de gente representativa de áreas culturais, múltiplas ou diferentes.

Na região chamada da Mata, no Nordeste, a presença antiga de densa vegetação, possibilitou fôssem guardadas várias reminiscências que a tradição oral dos sítios, engenhos e fazendas tem difundido através do tempo.

Eu próprio, como menino da tradicional Casa Grande de Santa Luzia (fazenda de gado, da zona da mata, em Timbaúba, Pernambuco), criado ao contato da gente simples do campo; indo aos roçados e queimadas com os trabalhadores de eito; com êles participando das conversas de fim de tarde ao voltarem dessas labutas cotidianas, senti, de perto, vários aspectos da tradição oral do povo, incluindo suas superstições e crenças; seus tabus alimentares; seus medos ou pavores.

Entre os últimos aspectos, as cajazeiras, por exemplo, os bambuais; as bananeiras; as beiras de rio; as cachoeiras velhas, se prestam a cenário especial de assombração. Também nos lugares em que alguém haja sonhado com botija, as almas penadas não descançam enquanto o tesouro escondido não fôr desenterrado, aquêle que achou a botija tendo de se mudar e deixar o buraco destampado, sob pena de morrer fatalmente.

As águas mansas ou paradas, principalmente de açudes, depois de certa hora da noite se povoam de assombrações de tôda espécie. Na quietude dessa paragens os fantasmas ficam velando ou espreitando essas águas meio mortas. Os banhos de açude, assim, em horas êrmas da noite, são velados por essas sombras misteriosas; por espectros medonhos que aproveitam a mansidão das águas noturnas para se prostrarem quase cochilando, embalados

pela quietude. Podendo despertarem e aparecerem de repente ao banhista incauto que quebre o silêncio quase tumular dessas águas paradas. Uma atmosfera de mêdo ou de pavores cerca, então, tudo de mistério, o sono dessas águas coincide também com o sono dos fantasmas que podem despertar ao menor barulho.

Ouvi, de gente do povo, que para acabar com erisipela, uma pessoa "curada" de cobra, isto é, de corpo fechado por reza forte, deve pegar enrolando dentro da mão, a pequena porém venenosíssima cobra coral de côr avermelhada. De posse da serpente, dominada pelos podêres magnéticos do "caboclo curado", êste faz "seu trabalho", isto é, pensando na pessoa que vai curar, cheio de fé, pronuncia suas frases características e, o doente bem distante, começa a desinchar a perna, o vermelhão da erisipela desaparecendo.
Igualmente, bicheira de gado se cura seguindo o rastro do animal e pronunciando as rezas típicas, os bichos desaparecendo, dizem, como por encanto.

Da mesma forma, os mal-olhados que fazem a pessoa definhar; ficar adoentado ou biqueira, isto é, sem apetite, vi "curar" com reza passando uma erva conhecida como vassourinha em cruz diante do "doente". Figa é santo remédio para evitar êsses "maus olhos", os meninos ainda hoje carregando essas tetéias e adôrnos como símbolos dessas crendices.

Mêdo de catimbó, "de coisa feita", de trabalho com galinha, com sapo ou simplesmente com cabelo ou qualquer peça de vestiário ou objeto de uso, é um dos fortes temôres em várias áreas do Nordeste. Às vêzes, também, esperança, já que a prática, de caráter mágico, se presta a obter desejos inúmeros: reabilitar amôres perdidos; dar sorte nos negócios; favorecer emprêsas arriscadas; superar dificuldades de qualquer espécie, em suma. Ou contràriamente: provocar malefícios; separar amizades; afastar amantes ou do outro; produzir acontecimentos desfavoráveis para as pessoas de quem não se gosta e, assim por diante.

Guarda-chuva preto, de cabo preto, dizem que dá azar. Para acabar com a malignidade dêsse objeto, deve-se andar, diz a crença, relatada pelo folclorista Jayme Griz, com o guarda-chuva de cabo para baixo. As fôrças negativas são, assim, dominadas. Domesticadas.

Sertanejo e matuto legítimo não têm mêdo de dormir dentro do mato. Cobra, dizem êles, não morde, a não ser quando provocada. Pode até se socar, quando pequena, dentro do bôlso da calça. Não tem importância. Porém quando está choca a coisa muda. Fica meio nervosa; dá prá ficar meio azucrinada ou arreliada, e aí só se livra quem é "curado". Êste, pode dormir no mato a sono sôlto que cobra nenhuma bole com êle. Conheço um amigo, de hábitos muito rurais, que uma vez por semana dorme no mato e se dizendo "curado", não tem mêdo de nada.

Também há reza forte para se livrar de bala ou de facada; êsse meu amigo, por exemplo, domesticando hipnòticamente, cobra e "cachorro brabo"; fitando os olhos dêsse bichos, mesmo os mais valentes e podendo colocar a mão na bôca do "cachorro brabo" ou de cobra venenosa, sem ser mordido.

Voltando, porém a falar de cobra, o canto de uma ave chamada acauã, espanta tudo quanto é ofídio. Aliás, diz Luís da Câmara Cascudo, a referida ave mata cobras, sustentando a custa delas os filhotes, as peles penduradas à maneira de troféu na árvore em que habita. Por isso certas pessoas entendidas ao entrarem no mato, procuram imitar o chamado canto da acauã, as cobras fugindo espantadas.

A acauã é assim cercada de certos presságios, a morte da ave se acreditando trazer azar ou má sorte. O canto da ave, no verão, é sinal de sêca; chama a sêca no dizer de uma música de Zédantas, cantada pelo popularíssimo Luiz Gonzaga. Outra ave nordestina, o anum branco, me disse Jayme Griz, enche o matuto de mêdo. É sinal de mau presságio, ao contrário do anum preto que parasita, muitas vêzes o boi, mansamente apoiado sôbre êle comendo-lhe os carrapatos, principalmente quando o animal está deitado descançando, ou mesmo em pé.

É possível que alguns dêsses conhecimentos não correspondam apenas a relatos meramente folclóricos ou pitorescos. É provável mesmo que alguns dêles — digo alguns sòmente — se fundamentem em velhas sabedorias indígenas ou negras, sobretudo. A parapsicologia ou mesmo a psicanálise começa a falar, de modo muito incisivo, nas emanações que se impregnam nos objetos. Através dessas emanações, e à vista de um objeto como um anel, um

pente, broche ou outra coisa qualquer, pode-se reconstituir, sabe-se hoje, muita coisa que se passou em tôrno dêsses objetos, ou com referência a êles. Certas emanações ou partículas ainda não devidamente conhecidas, deixam aí suas marcas indeléveis.

Da mesma maneira, uma pessoa ou um animal deixam no solo por onde passam, certos elementos. O que possibilitaria, no caso de vaqueiro seguindo no rastro do boi, a condução de fôrças psíquicas que fazem cair os bichos e curar a bicheira, em relato de conhecimento do famoso psicólogo J. B. Rhine, da Universidade de Duke, nos Estados Unidos, reportando-se a caso idêntico. Tratar-se-ia, aqui, diz Rhine, da transmissão, à distância, de efeitos psicogênicos, assunto êste último, que êle próprio estudou.

Certos fenômenos chamados de dermografia, isto é, de escrita sôbre a pele, foram apresentados telepàticamente diz ainda Rhine, pela senhora Kahe em Paris. Os relatórios mostraram a aptidão de se reproduzir na pele, escrita ou desenho em relação ao que o experimentador está pensando.

Muita coisa do Nordeste é, evidentemente pura crendice. Porém a respeito de certos casos, inclusive de assombração, o assunto está a merecer melhor estudo. Principalmente, agora, que já se começa a falar com insistência, em Parapsicologia.

Por outro lado ,certa sabedoria popular se baseando num tipo de conhecimento mais instintivo; quando o contato do homem com a terra; com as plantas; com os ventos; com os bichos, era muito intenso, permitia precisamente isto: um maior conhecimento, por essa via do instinto, de certas fôrças psíquicas e certas emanações que escapam à ciência convencional.

É evidente, também que, partindo dêsse conhecimento, o homem rústico; de tendências mágico-religiosas, tenha dilatado êsse mundo de conhecimentos ao sabor de seus desejos, cumprindo-se, aqui, aquêle postulado desenvolvido pelo sociólogo francês Lucien Lévy-Brühl no estudo das populações ditas primitivas: o de que estas, em sua vida psíquica, tendem a complementar muitos dêsses desejos. Então, por uma projeção direta dessa necessidade, formam-se crendices de tôda ordem, mitos e lendas. O que não excluiu a existência, ao lado dêsse natural exagêro, de certa sabedoria derivada do poder instintivo ainda não perturbado pela civilização, o olfato, a vista, o tato, por exemplo, podendo perscrutar um mundo de coisas que já não podemos perceber. Para as quais estamos bastante cegos, surdos ou mudos para ver, sentir ou ouvir.

Certas crendices do Nordeste podem possuir, assim, razões profundas com base numa sabedoria instintiva, inicialmente do negro em seu ambiente nativo na floresta tropical da África; ou do índio nas matas também tropicais do Brasil. Depois, tal sabedoria difundida através do povo, por êsses elementos principalmente, tornou-se inconsciente, as pessoas já seguindo a respectiva pauta de comportamento sem lembrança das origens. Estas, perdidas no que Jung chamou de inconsciente coletivo.

Certas pessoas, contudo, ainda meio rústicas, integradas na ecologia do Nordeste, com a terra, os animais, as águas e as plantas, podendo perscrutar certos segredos. Os mistérios de algumas relações também ecológicas do homem com o mundo que o cerca.

Na verdade, uma sabedoria. Uma ciência, ao seu modo, dilatada nos fios da lenda, do mito, das crendices e da imaginação anônima. Ciência de fundo eminentemente popular, a sabedoria do povo, a possível verdade de suas averiguações, complementada no mito; nêsse mundo de crendices que faz do Nordeste uma terra estranha e cheia de fascínios. Um dos fundamentos da própria cultura brasileira.

O CARRO-DE-BOI COMO FATOR DE PROGRESSO ECONÔMICO E EVOLUÇÃO SÓCIO-CULTURAL

WALDEMAR VALENTE

FIXAR com exatidão a idade do *carro-de-boi* na História dos Transportes é tarefa difícil, senão pràticamente impossível. O que parece fora de dúvida é que já existia na *idade da pedra polida,* estágio cultural que inclui, entre seus progressos, a invenção da roda.

Até onde pode valer o testemunho dos achados arqueológicos, os mais antigos *carros-de-boi* pertencem às clássicas civilizações da Mesopotâmia, do Egito, da China e da Índia. Ao que parece, a mais vetusta figura de *carro-de-boi* remonta ao 3º milênio antes de Cristo. De função normalmente pacífica, embora solicitado a participar, vez por outra, ativamente, dos trabalhos de guerra, é possível que a sua pátria tenha sido a Índia. (1)

Na evolução dos meios de transporte, a domesticação dos animais desempenhou papel de grande importância. Contribuiu, nos começos, para que o carro, ao lado da roda, pudesse exercer, com eficiência, sua função de transporte. Permitiu-lhe um tipo de tração, não apenas de grande significação histórica no desenvolvimento de prestigiosas civilizações, inclusive a brasileira, mas, ainda hoje, em certas áreas desprovidas de estradas adequadas para tipos modernos de transporte, ou onde são pràticamente inexistentes, atuando positivamente, embora com humildade. Às vêzes até com certa exclusividade. Não é difícil ver em muitos pontos do interior do Brasil, particularmente no Nordeste rural, além de muares de carga — como é o caso dos cambiteiros — bois puxando carros carregados de cana, para saciar a sêde das moendas das usinas, ou de lenha, para alimentar a fornalha das *casas-de-farinha.*

Presume-se ter sido o boi o primeiro animal a ser utilizado na tração dos carros. Nas grandes civilizações antigas, participou o boi como elemento de desenvolvimento e progresso (2). Com a sua domesticação, inúmeros foram os serviços que começou a prestar ao homem, na ânsia de conquistar a natureza e criar melhores condições de vida. Entre êles: o de morada das divindades, com importantíssima função sagrada, no totemismo e no fetichismo, servindo ainda de oferenda aos deuses, nos rituais de sacrifício, numa extensão da prática religiosa; no cultivo da terra, arrastando a charrua; utilizado como animal de carga, tôda vez que mais fôrça e mais resistência são exigidas; no abastecimento alimentar humano, fornecendo leite e carne; oferecendo couro e outras matérias-primas para as indústrias; jungido às cangas, na tração dos carros — os *carros-de-boi* — que, no Brasil, se tornaram famosos, principalmente, nas atividades da monocultura canaveira. Carros que contribuíram, quando ainda não tinham surgido os primeiros trens e os primeiros caminhões — em muitos casos, com êles funcionando paralelamente, completando-os em suas deficiências, ajudando-os em suas dificuldades, substituindo-os em suas impossibilidades — para a prosperidade do Brasil e desenvolvimento de sua riqueza.

Sem dúvida, foi o *carro-de-boi* o primeiro veículo cargueiro de tração animal, que veio para o Brasil. Trazido de Portugal — que, por sua vez o recebera dos romanos — pelos colonos, desde o primeiro século, encontrou o *carro-de-boi* na região nordes-

tina indispensável solicitação e excelentes condições de adaptação para a eficiência do seu serviço. Sobretudo, porque o tipo de homem que o interior nordestino oferecia para o seu manejo e condução — tanto o carreiro como o guia — longilíneo por tendência constitucional, com sua mansidão, sua paciência e sua quase predestinação para a luta e o sacrifício que um trabalho rude e mal compensado impunha, com seu misticismo, vez por outra, evoluído em transbordamentos fanáticos, messiânicos e sebásticos, sob o estímulo agravante das influências do meio — ao mesmo tempo físico e sócio-cultural — parecia ajustar-se bem às suas condições estruturais e dinâmicas. Condições relacionadas, em parte, com a índole do animal, o seu físico e o seu comportamento, nas características que lhe são peculiares. Tudo isto completado pelo conhecimento do meio geográfico, na composição do solo e nos seus acidentes, na sua vegetação, nos seus recursos alimentares nas particularidades climáticas e atmosféricas, de temperatura, de luminosidade, de ventilação, de umidade, principalmente. Coisa também importante: no seu domínio sôbre os animais de tração, sabendo escolher pelas raças e pelas virtudes individuais, os que se mostravam mais favoráveis ao trabalho que deviam prestar. E ainda: sua capacidade de saber utilizar na confecção dos veículos, os materiais mais adequados ao seu bom funcionamento. Materiais oferecidos pelo próprio meio biológico. Madeiramento e correias, por exemplo.

Na verdade, o *carro-de-boi* transportado para o Brasil pelos colonos portuguêses sofreu, como é natural, as influências do meio geográfico, em vários casos, também social, numa espécie de esfôrço de integração, adaptando-se ecològicamente. Em contacto com o nôvo *habitat,* alterou-se o *carro-de-boi* na sua morfologia, em variações estilísticas de peças, no tamanho e na forma, de acôrdo com as imposições das influências locais ou regionais, de natureza geralmente geográfica, não raro também social, e até psicológica, ajustando-se o material que o meio podia proporcionar, as suas necessidades e costumes. Em geral, denunciando, no próprio plano de construção, o tipo de função que ia desempenhar.

A princípio, limitado às zonas açucareiras, espalhou-se o *carro-de-boi,* aos poucos, por todo o Brasil. De preferência, pela área rural. Sempre desempenhando os mais variados serviços.

Além da função econômica, junto aos engenhos, nos começos, e depois, às usinas, carregando cana, lenha e sacos de açúcar, o *carro-de-boi,* séculos afora, acompanhando o desenvolvimento econômico do Brasil, dêle pôde participar, sempre com sucesso, também transportando materiais de construção e tipos diversos de mercadorias. Pedras, tijolos e telhas, toros de pau-brasil e de outras madeiras, produtos da lavoura e até gente, sob vários pretextos, teve o *carro-de-boi* oportunidade de transportar, valendo assim como fator de riqueza.

Em diversos outros aspectos da evolução da vida brasileira, participou ainda o *carro-de-boi,* com significativa atuação. Assim, aconteceu na obra de catolização. Durante mais de quatro séculos ajudaram os *carros-de-boi* a construir igrejas e casas religiosas, conventos e colégios cristãos. Nêles, conduziam-se não apenas materiais de construção, mas objetos e símbolos católicos, entre os quais, sinos, imagens, alfaias, paramentos, turíbulos, cruzes, arcazes. Nos *carros-de-boi,* nem sempre protegidos pelos toldos, aos solavancos, morosamente se arrastando pelos caminhos acidentados do Brasil ainda selvagem, os missionários cristãos, em recantos distantes, realizaram obra de catequese e civilização. Vale a pena lembrar ainda a presença do *carro-de-boi* em acontecimentos de ordem militar. Bons exemplos são os auxílios prestados durante a Revolução Farroupilha, no transporte dos lanchões de Garibaldi, na época, considerados verdadeiros navios de guerra. Também, durante a Guerra do Paraguai, carregando tropas, feridos, víveres, artilharia e munições e até peças desmontadas do primeiro navio-a-vapor. Navio que mais tarde se chamaria *Araguaia,* indiretamente concorrendo o *carro-de-boi para* a inauguração de serviço de relevante significação nacional.

Embora, várias tenham sido as atividades do *carro-de-boi,* a mais importante, pelo menos do ponto de vista sócio-econômico, foi a que se exerceu e, em boa parte, ainda hoje se exerce, nas zonas rurais. Com especialidade, a que se vinculou à cultura da cana e à economia açucareira. Foi o meio de transporte por excelência, desde os primeiros tempos de colonização, con-

servando-se até agora, às vêzes, com certa superioridade sôbre meios mais modernos, como o caminhão, por exemplo. A fôrça, a solidez, a segurança, a facilidade de adaptação, especialmente no Nordeste, nas zonas rurais, por entre plantações de cana, engenhos e usinas, são condições favoráveis que sobrepujam as desfavoráveis, como morosidade, reduzida capacidade e principalmente estrago e destruição das chamadas boas estradas. Aliás, diga-se de passagem, com exceção das pistas de cimento, que ligam grandes centros urbanos, e algumas estradas apenas carroçáveis, que circulam na zona rural, o que resta são caminhos estreitos, cortados de sulcos, com altos e baixos, buracos e pedras, no fundo dos vales alagando com facilidade na quadra inverñosa, transformando-se em lamaçais intransitáveis, que não chegam a merecer sequer o nome de estradas. Nestes arremedos de estradas nada ou quase nada há a estragar.

Quando ainda não havia caminho-de-ferro nem rodovias, o que significa dizer sem trem e sem caminhão, o *carro-de-boi* levava vantagem, na competição com outros tipos de transporte. Até mesmo sôbre a tropa de muares que, se esgueirando por entre canaviais ou abrindo passagem no meio do mato denso, conseguia transportar mercadorias e produtos entre centros de manufatura e mercados de consumo, quase sempre separados por enormes distâncias.

No Nordeste açucareiro, "indispensáveis às lides do engenho" (3), na apreciação de Alípio de Goulart, o *carro-de-boi*, além de sua importante atividade econômica, exerceu também notável papel social, funcionando como veículo da aristocracia canavieira, conduzindo famílias de senhores-de-engenho, seus parentes e aderentes, em viagens e passeios para simples visitas ou participação nas grandes festas do ano, como as de Natal e Ano Bom, de São João. São Pedro e Santo Antônio. Às vêzes, participando ainda de festas eventuais, de casamento, de batizado, de nascimento, comemorando chegada de filho recém-formado de senhor-de-engenho, quase sempre em Medicina, vindos de Faculdades européias. Em tôdas estas oportunidades, o *carro-de-boi* esra o transporte geralmente usado. Em regra, como veículo particular, transportando familiares e amigos do seu proprietário. Em certas ocasiões, como uma espécie de coletivo, forma precursora dos modernos ônibus ou lotações, cada passageiro pagando uma cota estipulada, um tanto arbitràriamente, pelo carreiro, a mando do dono.

M. Rodrigues de Melo chega a afirmar, procurando realçar a importância econômica e social do *carro-de-boi* que "sem êle o senhor rural não teria existido" (4).

Durante o tempo do Brasil-Colônia, do Brasil-Império e, até mesmo nos tempos atuais, o *carro-de-boi* tem sido elemento constante, intimamente vinculado à paisagem rural nordestina. Alípio Goulart traça, em linhas gerais, o itinerário, por assim dizer rotineiro, do *carro-de-boi* no Nordeste rural: "Transitando constantemente entre a casa de engenho e os canaviais e a mata; entre a mata e a casa-grande; entre a casa-grande e a casa-grande vizinha; entre a casa de engenho e o pôrto de embarque do rio ou da cidade marítima; entre a casa-grande e a igreja, raro era deixar-se de ouvir o canto do *carro-de-bois* no bucolismo repousante da paisagem do Nordeste" (5). Em verdade, nenhum meio de transporte pôde suplantar no engenho-de-açúcar o tradicional *carro-de-boi*. Vale como um símbolo do Nordeste açucareiro. Como um istrumento de trabalho que muito concorreu para o progresso econômico do Nordeste.

Desde menino — sem ser, a rigor, um menino de engenho — acostumei-me a viver na zona rural, no meio de canaviais, sentindo o cheiro azêdo das bagaceiras, bebendo caldo de cana, comendo mel com farinha, chupando bolões duros de acúcar, ainda não refinado. Parte de minha meninice passei, para lá e para cá, entre o Recife e os engenhos Timboaçu e Cucaú, no sul açucareiro de Pernambuco. Engenhos que forneciam para a usina Cachoeira Lisa, que ficava em Gameleira, onde meu tio Adelgício Figueiredo era funcionário de elevada categoria e gente de confiança de seu proprietário. Duas coisas da vida dêstes engenhos guardei entre minhas lembranças, numa maravilhosa fixação do meu passado de menino: o *carro-de-boi* e o trole (aportuguesamento do inglês *trolley*). Êste pequeno veículo de quatro rodas, correndo sôbre trilhos, constituído quase apenas pelo lastro ou *chassis*, de piso de madeira, nem sempre provido de assento, acionado por meio de uma vara que se fincada ao chão para servir de ponto de apoio do impulso. Veículo perigoso, sobre-

tudo quando impulsionado e dirigido por pessoa inexperiente. Gostava de andar de trole sòzinho, eu mesmo dirigindo. Assim, fazia tôda vez que o encontrava parado e sem o seu condutor. Fascinava-me o risco de passar nas pontes descobertas, rodando no trole, a vara fincando nos dormentes, para não perder a embalagem, olhando de cima, completamente desabrigado, para o leito líquido dos abismos. Era o gôsto da aventura e do perigo, tão próprio dos meninos, em especial dos que têm o temperamento trepidante como o meu.

Em *carro-de-boi*, que vi pela primeira vez em Timboaçu, andei muitas vêzes, em companhia de meu tio, para fazer visitas a amigos, em outros engenhos, ou simplesmente acompanhando os correiros na sua faina de transportar cana para a usina. A habilidade do carreiro é qualquer coisa de extraordinário. A gente fica pasmado observando a prática no contrôle dos bois. Êstes, geralmente, em duas parelhas. Às vêzes, numa só. Raramente, em três. Não me recordo se vi de quatro. O uso do ferrão nas manobras difíceis, movimentando os bois de modo a equilibrar a marcha, agüentando-a, sempre que necessário, nas descidas um tanto íngremes, às vêzes forçando um freio mais brusco, fazendo voltas em estradas que mal comportam um carro, é coisa que exige grande experiência, e até certa aptidão para êste tipo de trabalho. Nos meus ouvidos, tôda vez que evoco as andanças de menino pelas terras de açúcar, fico a escutar o ruído que o trole produzia, suas rodas girando, aos pulos, sôbre os trilhos, dêles saindo e voltando, seus ressaltos não deixando que a fuga fôsse definitiva. Também guardo, em lembrança sonora, o canto característico do *carro-de-boi*. Êste canto inconfundível que, de longe, anunciava sua aproximação, numa reconhecida prova de valor e de importância. De prestimosidade e de participação na vida, não só econômica, como sócio-cultural, do Nordeste canavieiro.

Vagaroso, ronceiro, mas seguro no seu itinerário, nunca deixando de chegar ao destino, os atoleiros não lhe constituindo problemas, as *panes*, tão comuns nos carros motorizados, sendo para êle fenômenos desconhecidos, tal a simplicidade de suas peças e a sua solidez, na formação das parelhas os animais escolhidos os mais pesados, de mais fôrça e resistência, tornou-se o *carro-de-boi* o meio de transporte preferenciail na faina dos engenhos. Mesmo na era da estrada-de-ferro e das arrojadas pistas rodoviárias. Do trem e do caminhão.

Nestes últimos tempos, as pequenas ferrovias, de bitola estreita, destinadas ao trânsito de vagonetes para o carrêgo de cana no âmbito das terras açucareiras, estão desaparecendo. Quase não existem mais no Nordeste. Estradas, não de cimento ou de estruturas bem sedimentadas, mas de barro batido, de fácil deterioração, pela chuva ou pelo tráfego, permitem, às vêzes, com sérias dificuldades, a passagem de jipes. Embora, o jipe seja veículo resistente, próprio para enfrentar estradas ruins, encrenca algumas vêzes, não suportando acidentes mais agressivos, atolando ou derrapando no massapé escorregadio. Nos invernos mais fortes, acompanhados de grandes inundações, o jipe quase nada pode fazer. Tôda vez que o jipe é desmoralizado no seu prestígio de carro forte e resistente, só um veículo é capaz de prestar serviço, com galhardia conduzindo ao justo destino, embora vagarosamente, sua carga: o *carro-de-boi*.

Não faz muito tempo, em terras do engenho Cussay, no município de Pau d'Alho, Pernambuco, de propriedade de meu amigo Epitácio Costa, em dia de tenebroso inverno, mais uma vez tive oportunidade de rever o *carro-de-boi*, na sua fisionomia primitiva, e comprovar sua insuperável eficiência. Sob torrencial aguaceiro, em dia invernoso de junho, o vale quase todo inundado, os pontilhões cobertos d'água, viajamos de jipe, eu e meu companheiro Bonifácio Costa, cumprindo assim parte de uma pesquisa na zona açucareira. Enfrentando dificuldades e até riscos, não quiz perder o dia. Com tôda a sua fama de veículo possante, não conseguiu o jipe prosseguir. Antes de pifar o distribuidor, montou o eixo trazeiro sôbre elevação da estrada, ficando as rodas a girar, perdidamente. Só uma junta de bois, que o senhor de engenho mandou o carreiro buscar no curral, pôde retirar o jipe da incômoda situação. Não para prosseguir, mas para descansar no estaleiro, sendo o resto da viagem feita em *carro-de-boi*, sem mais acidentes, graças à fôrça, resistência e calma de *azulão*, *Major*, *Viajante* e *Camarão*, que formavam duas poderosas juntas, dirigidas com mestria e virtuosismo por experiente carreiro.

A êste propósito, escreve Gilberto Freyre em *Nordeste*: "Pelo barro vermelho só rodavam carros de boi. As grandes rodas de madeira, chiando como umas desadoradas, eram as únicas que se aventuravam pelo massapé, pela lama. pelos catabis dos caminhos quase impossíveis a outro trânsito que não fôsse o do negro, o do burro e o da besta de carga..."(6). Analisando sob critério ecológico as relações entre a cana e os animais, o sociólogo brasileiro, depois de fazer a apologia do cavalo, chegando a dizer que "o senhor de engenho do Nordeste foi quase uma figura de centauro: metade homem, metade cavalo", não apenas quando soberanamente cavalgando, mas quando, com imperial arrogância e sobranceria, puxava traquitanas, seges e cabriolés, na época de mais sensível influência francesa, reconhece que "o aliado fiel do escravo africano no trabalho agrícola, na rotina da lavoura de cana, na própria indústria do açúcar, foi o boi." "O negro e o boi", continua Gilberto Freyre, "é que formaram o alicerce vivo da civilização do açúcar." (7). Thomas Spalding (8) e outros estudiosos da economia agrária nas colônias anglo-americanas, não regateam elogios ao boi, como importante auxiliar da lavoura canavieira. Escreve Spalding: "...o boi parece ser o melhor companheiro para o homem; êle lavra melhor; é mais dócil e obediente, nas moendas; e ainda que se mova lentamente, a n d a c o m regularidade." (9). Dwight, outro estudioso, mostrando as vantagens do boi sôbre o cavalo, na lavoura da cana, afirma: "o boi é mais resistente, mais constante, custa menos, dá menos trabalho, é mais livre de doença, e e quando velho ou desvalorizado para o trabalho por algum acidente, serve para *beef*." (10).

Ainda, procurando chamar a atenção para as qualidades do boi, sempre superiores as do cavalo, com exceção da l'geireza, adianta o autor de NORDESTE: "...sem o boi, só com o cavalo, o engenho não teria firmado como se firmou. Até as vêzes de égua o boi fêz nas almanjarras. Até as vêzes de besta. E até as vêzes da mulher a vaca fêz para os meninos de engenho." (11).

No trabalho de puxar carros, conduzindo as mais diversas mercadorias, principalmente cana, lenha e açúcar, os bois não enjeitam estrada por pior que seja. Tudo depende de quem os dirige. Da técnica de comandar. Duas pessoas, geralmente, são utilizadas no trabalho de dirigir o *carro-de-boi*: o *carreiro*, que é a figura mais importante, em Pernambuco e Paraíba também chamado de *tangedor*, principalmente, no sertão, e o *guia* ou *candeeiro* .O primeiro é sempre um homem feito, com muita habilidade no trato com o boi, sabendo dominá-lo com facilidade, conhecendo suas manhas, seus pontos fracos e suas resistências durante o trabalho. Um homem que também conhece, em todos os seus segredos, a estrutura e o funcionamento do carro. Que é capaz de fazer executar, por meio de movimentos que sabe conseguir dos bois, tôdas as manobras necessárias para que o carro realize com eficiência os serviços que dêle são exigidos. O *carreiro* deve ser para o *carro-de-boi* o que o perito motorista é para o automóvel: não apenas seu condutor; também seu mecânico. Do carreiro depende tudo. Na estrutura e na dinâmica, carro e bois não devem ter mistérios para o *carreiro*. Tudo tem que ser previsto e executado com precisão. Desde o trabalho de jungir os animais e atrelá-los às cangas, após a escolha no curral, até o de produzir ou ativar o canto característico do carro, com os "untos" ou lubrificantes, o "brabo" acochado por baixo do eixo, e os cocões nas extremidades, em rígido atrito.

O canto do *carro-de-boi* constitui, na sua identificação e principalmente na valorização de sua importância econômica e social, elemento de primeira categoria. Na literatura científica, como na de ficção, no romance e na poesia, o *carro-de-boi* tem estado presente, numa espécie de constante temática, na qual se destaca, pelo vigor às vêzes um tanto marcial, outras vêzes pelo toque de lirismo com que marca sua passagem pelos campos, o canto que lhe é peculiar. Canto que o povo batisa com nomes diferentes. Não só o povo do interior, o camponês humilde. Também, poetas e romancistas. *Canto chiado, rechino, rinchado, ringido, zunido, guinchado, gemido, rangido* são nomes que figuram, entre muitos outros, na onomástica do canto dos "brabos" e dos "cocões".

Do cantar dos *carros-de-boi* é que mais comumente fala o povo nas terras por onde transita o rústico, mas sempre operante veículo. Êle alegra a vida de trabalho do homem do campo. De modo especial,

do homem que trabalha a terra na chamada zona da mata. Zona dos canaviais e dos engenhos, desde os primeiros tempos, até hoje, na era das usinas, mesmo dispondo de veículos motorizados.

Em certos tipos de *carros-de-boi,* sobretudo nos mais antigos, o canto é produzido "pelo atrito das empolgueiras ou cavas do eixo contra os cocões que nelas trabalham e os chumaços que se sotopõem às chedas da mesa do carro." (12). "Corre, entretanto, entre carpinteiros e carreiros a crença de que são os chumaços, pequenas talas de madeira, colocadas, ao jeito de mancais, entre os dois cocões de cada lado, calçando as chedas, que geram o canto." (13). Por isto, recebem às vêzes o nome de *cantadeiras*. Daí, os versos de Zé da Luz, pseudônimo do poeta caipira de Campina Grande, Silva Andrade:

"O qui é Brasil Cabôco?
É o Brasil das premessa
Nas noite de São João,
Dos carro-de-boi cantando
Pula boca dos cocão!" (14)

Ainda, a propósito do canto do *carro-de-boi,* vale a pena lembrar Gustavo Barroso, que conhecia, por observação pessoal, o trabalho do carpinteiro ao preparar as peças produtoras de som e, em particular, o cuidado e o carinho em que se esmerava. Assim, diz êle que viu o carpinteiro "acepilhar os cocões, brunir-lhe os calços e nesses mancais primitivos colocar a cantadeira que faz os carros gemerem dolentemente pelos caminhos do sertão." (15).

Bernardino José de Sousa (16), com sua longa experiência sôbre o assunto, afirma que pela cantiga dos carros é responsável o "tríplice conjunto de superfícies polidas: *eixo cocões* e *chumaços*".

Na produção do som, carpinteiros e carreiros são unânimes em afirmar a importância do tipo de madeira. Sobretudo, da madeira do eixo. No Nordeste, as madeiras preferidas são: sucupira, moreira, pau-d'arco, pau-de-viola e pau-pombo.

Os chumaços ou cantadeiras, que também participam da produção sonora, são geralmente feitos de madeiras moles e um tanto leves. Em Pernambuco, as peças que formam o aparelho sonoro do *carro-de-boi* são feitas, quase sempre, de sucupira.

Na sonoridade, não só influem as madeiras que se atritam. Influi ainda a intensidade do apêrto. Também, a presença de lubrificantes ou "untos", com que se engraxam os moentes.

Outro fator que não deve ser sub-estimado na produção do som: o pêso da carga em relação com a velocidade da tração. Dizem os entendidos que o "carro vasio não canta, e quando a marcha é apressada o canto se interrompe." Certos artifícios usados na confecção das peças encarregadas do canto conseguem alterar a sonoridade, dando cantos ora finos, ora grossos, ora semitonados, ora em duas vêzes.

A mentalidade mística do rurícola leva-o a acreditar na influêncsia sobrenatural dos astros sôbre o canto dos *carros-de-boi.* Para certa gente êle depende do local de onde foi retirada a madeira do eixo: se de sombra ou exposto ao sol. E, ainda, de acôrdo com a fase da lua.

Tôda a gente que vive nas áreas transitadas pelo *carro-de-boi* é capaz de descobrir e classificar enorme gama de variedades de canto. Canto que vai desde o agudo e fino, lembrando o assovio, ao grave e abaritonado. No Nordeste, particularmente em Pernambuco, distinguem-se três tipos de canto: o de *prima* (canto fino, estridente, que faz lembrar o cantar das cigarras); o de *bordão* (baixo e grosso, que dá idéia de um gemido, de tristeza, de sofrimento ou de cansaço); e o de *meio,* que representa tonalidade intermediária. (17).

Operação relativamente freqüente no Nordeste é a *afinação.* Antes de partir, os bons *carreiros afinam* as peças desponsáveis pela sonoridade, exatamente como fazem os executantes de uma orquestra, quando se preparam para um concêrto. Arrocham o *brabo* e as cunhas aos *cocões.* O acôcho às vêzes é tão forte que o eixo em pouco tempo se desgasta no atrito gemedor (18).

No Nordeste, muitas são as funções do canto do *carro-de-boi.* Além de animar e alegrar os carreiros, na faina exaustiva de conduzir os rústicos veículos, enchendo-os de encantamento e até de orgulho, o chiado dos *carros-de-boi* representa papel semelhante ao da busina dos carros motorisados: serve de aviso. Em caminhos estreitos, por exemplo, o *carro-de-boi* adverte outro carro, porventura caminhando em sentido contrário, permitindo providênicas a tempo de evitar atropêlo nos encontros. Outro serviço prestado pelo

canto do *carro-de-boi*: informa aos proprietários e administradores dos engenhos, que conhecem com segurança, mesmo ao longe, o chiado dos seus carros, que os trabalhadores estão ativos.

Ao lado destas funções, outra, de caráter mágico, criada e alimentatada pela crendice do trabalhador rural, é a de enxotar os maus espíritos e tudo que de nefasto possa prejudicar o labor honesto do carreiro.

Os carreiros pernambucanos acreditam que a sonoridade do *carro-de-boi* ajuda os animais a trabalhar. Dá-lhes animação e até certa ligeireza, como que marcando-lhes o ritmo da tração, facilitando-lhes o movimento. Em Pernambuco, experimentado carreiro dizia a Samuel Hardman, que foi Secretário da Agricultura no Govêrno de Sérgio Loreto, referindo-se a um de seus bois de tração: "Pachola era um cambão de luxo; esperto e ligeiro como um veado; puxava que nem vapor; mas quando não ouvia a *prima*, ficava o boi mais sem-vergonha do mundo." (19).

De maneira geral, afirmam os *carreiros* a quem indaguei sôbre a importância do *chiado*, que não gostariam de conduzir *carro-de-boi* mudo.

É possível que a atuação do canto sôbre os animais se explique por um fenômeno de reflexo condicionado. Da mesma maneira que o grito dos *carreiros*, chamando-os pelos nomes. Também, pelos apelidos, nem sempre enaltecedores ou honrosos. Às vêzes, imorais, pornográficos ou humilhantes. De meu tempo de menino, em minhas andanças pelas terras de açúcar dos engenhos Cucaú e Timboaçu, recordo-de de nomes que tiveram registro oficial nos cartórios sentimentais. Entre êles: *Cancão, Madrugador, Sertanejo, Passoduro, Descansado, Puritano, Pé de Ouro, Amoroso, Patativa, Corsário, Companheiro, Logovem, Cubatão, Reimoso, Pernalta, Ramalhudo, Gostosão, Carrancudo, Encordoado, Enfeitado, Xexéu.* E também de alguns apelidos depreciativos, que só em momentos de raiva eram invocados. Valem como exemplos: *Cara de Vaca, Periquita, Cabrão, Tabacuda, Emperrado, Cabaçuda.* Ouvindo os apelidos humilhantes. os bois pareciam feridos no seu amor próprio de machos. Saíam da pasmaceira, desemperravam as juntas e andavam mais ligeiro. Às vêzes até desembestando, em máscula demonstração de vigor e resistência.

Gritando pelos nomes dos bois, fazendo o carro cantar, conseguia o *carreiro* animação e alegria. Não só para os animais. Também para êles. A propósito do canto do *carro-de-boi*, vale a pena transcrever a seguinte quadra, repetida pelo Brasil afora, e registrada por B. José de Souza (20):

"A alegria do carreiro
É ver o carro cantar...
Sai da frente, ó candeeiro
Deixa êsse carro rodar."

Há quem afirme, entre os carreiros nordestinos, que a música dos *carros-de-boi* é excelente meio de amansar animais brabos. Bois um tanto selvagens, rebeldes a tôda sorte de técnicas e processos de domesticação, rendem-se e abrandam, escutando o cantar dos cocões. Ascenso Ferreira, poeta que tão bem soube cantar, em poemas inspirados, canaviais e engenhos, costumava dizer que os *carreiros* se serviam da musicalidade dos *carros-de-boi* para amansar animais ariscos. (21).

Não foram poucos os poetas que tomaram o *carro-de-boi* como motivo de inspiração. Alguns dêles, em poemas rústicos, exaltaram românticamente a sua música. Bons exemplos são Zé da Luz e Catulo, dois dos mais autênticos representantes do bucolismo poético nordestino. De Catulo, a seguinte quadra serve de amostra:

"Vale mais que essa porquera
Da tá civilização,
Um carro de boi cantando
Pelos mato do sertão!" (22)

Zé da Luz faz o elogio da música do *carro-de-boi*, no que ela tem de belo e de triste:

"As musga maraviosa
Qui canta um carro de boi
Parece, assim, a sodade
Muito triste, bem chorosa
Num coração alembrando
Um amô que já se foi...

Pra que musga mais bonita,
Mais triste, mais penorosa,
Do que a musga sodosa
Dum carro de boi cantando
Pula boca dos cocão?..." (23).

É curioso notar que no Nordeste o cantar do *carro-de-boi* só é ouvido nas horas de trabalho, carregando cana, lenha ou açúcar. Servindo de transporte de gente, principalmente de gente importante — senhores-de-engenho, fazendeiros, visitantes ilustres ou de cerimônia — o *carro-de-boi* sempre caminhou silencioso. Também, durante os enterros, sempre rodou mudo, fazendo às vêzes de carro fúnebre.

Com o correr do tempo, à proporção que a civilização ia invadindo o interior, criando grandes centros urbanos, trazendo vida mais agitada, certas ordens, às vêzes sob forma de postura, foram sendo dadas pelos prefeitos, com o propósito de proibir, dentro das cidades, o chiar dos *carros-de-boi*. Talvez, levando em conta a agitação que começava a surgir em certas cidades, como sinal de adiantamento e progresso, julgassem os edis que o canto dos *carros-de-bois* vinham molestar ainda mais o sistema nervoso da população. É possível que tais providências representem o primeiro esfôrço brasileiro, pelo menos nos núcleos populacionais da zona rural nordestina, no sentido de combater o excesso de ruído. Na verdade, pelo que tenho podido obervar, em várias ocasiões, nas zonas açucareiras nordestinas, alguns carreiros se excediam na provocação do rechinar dos *carros-de-boi*. Se, em regra geral, o cantar dos *carros-de-boi* é de uma musicalidade enternencedora, capaz de desencadear explosões de romantismo em almas sonhadoras, algumas vêzes torna-se agressivo e irritante. Há carros que, em vez de cantarem, roncam, de modo desagradável e enervante. Em regra, isto acontece com os carros já velhos, mal conservados, de rodas desajustadas no eixo. Há carreiros que apertam o mais possível os cocões contra os moentes (cinturas do eixo), por meio de cunhas, ou usam lubrificantes com o fim de conseguir cantos demasiadamente fortes e estridentes.

Certos senhores-de-engenho e outros proprietários rurais não se conformavam com as posturas ou ordens municipais que proibiam o cantar dos *carros-de-boi* dos centros urbanos. Alguns chegavam a revoltar-se e a desobedecer. Foi o que aconteceu com Melo Azêdo, senhor do engenho "Tabocas", conforme testemunho de Mário Melo (24). Indignado, e um tanto arrogantemente, costumava dizer Melo Azêdo: "Meus carros entram no Recife cantando." Para isto, dava aos *carreiros* dinheiro suficiente para que pagassem as multas, que vinham na certa. O folclore poético pernambucano não deixou escapar o episódio. Daí, a seguinte quadra, que corria com freqüência na zona canavieira:

"Aperta a cunha
E bota sebo,
Quem paga a multa
É Melo Azêdo."

Parece fora de dúvida que no campo, pelo menos de Sergipe ao Rio Grande do Norte, nunca houve proibição para o canto do *carro-de-boi*. Mesmo na Bahia, ao que parece, também não houve restrição para o *carro-de-boi* cantar. A seguinte quadra popular, recolhida por Sodré Viana, no município de Santo Amaro, dá testemunho de sua popularidade:

"Eia, meu cumpadinho,
Bonito lhe vou dizê
Carro não canta sem azeite
Eu não canto sem bebê." (25).

O "unto" ou lubrificante, também chamado de *óleo, azeite, graxa, sebo* ou *gordura*, é indispensável no *carro-de-boi*. Serve para produzir as variações musicais, atuando nas peças responsáveis pelo canto. Em todo *carro-de-boi* que se preze existe um depósito para o lubrificante. Seu nome varia com as regiões. Em Pernambuco, é chamado de "sebeiro" ou "graxeiro".

O *óleo* ou *gordura*, de tipos variados, tem procedência, ora animal, ora vegetal. Em Pernambuco, o óleo mais usado é o de côco com espermacete. Em menor escala, outros, como o de mamona e a banha de porco, são também utilizados. Mais recentemente, vêm os *carreiros*, a mando do de seus senhores, adotando a graxa de lata, industrializada, própria para automóveis. Um dos *carreiros*, a quem interroguei, adiantou-me que a graxa de automóvel, embora mais cara, é de mais fácil aquisição e, o que é importante, eficiente na sua função.

Ninguém pode negar que o *carro-de-boi* é veículo superado. Um meio antiquado de transporte que não se pode comparar, em rendimento de trabalho, de tempo e de dinheiro, ao moderno caminhão. Mas, o que ninguém também poderá negar é

que sem êle o Brasil não teria evoluído até chegar ao progresso técnico e à civilização que a era do veículo motorizado encontrou. E ainda: nas regiões, onde o aperfeiçoamento técnico e a moderna civilização não chegaram até agora, ou apenas começaram a dar os primeiros passos, o *carro-de-boi* continua a ser o transporte por excelência, insuperável na sua capacidade de trabalhar e produzir. É o que acontece, por exemplo, nas áreas rurais um tanto abandonadas do Nordeste brasileiro. Nestas áreas onde não há pistas de cimento ou de macadame, nem mesmo estradas razoàvelmente carroçáveis. Veredas, caminhos íngremes, acidentados, fàcilmente vulneráveis às águas, que os solapam ou sulcam profundamente, tornando-os quase intransitáveis, que só por eufemismo podem ser chamados de estradas, é o que em realidade existe na maior parte das áreas canavieiras nordestinas. Só um tipo de transporte, pela sua própria natureza rústica, está em condições de enfrentar tais estradas: o *carro-de-boi*. Mesmo o jipe, o mais forte dos transportes motorizados, com tôda a sua fôrça de dupla tração e a solidez de suas peças, não agüenta o rojão, arrebentando-se ou detendo-se diante de certos acidentes. O *carro-de-boi*, devagar, ronceiramente, caminhando ao ritmo musical de seus cocões, de seus brabos e de suas empulgueiras, topa tôdas as paradas, vencendo dificuldades e chegando ao seu destino. Enquanto não houver boas estradas, por onde possam transitar modernos e possantes caminhões, com a fôrça de centenas de cavalos-vapor, continua o carro rústico, com a fôrça de uma, duas ou três parelhas de bois, a prestar, com humildade, mas também com segurança, a sua colaboração para o desenvolvimento do Brasil. Empolgados pelos arrojados e ligeiros meios de transporte, não devemos esquecer a participação que o *carro-de-boi* ofereceu, em longo passado histórico, para o progresso do Brasil. Já houve quem quisesse comparar a falta de progresso e a estagnação cultural ao *carro-de-boi*. O *carro-de-boi* como símbolo de decadência e regresso. Na sua injustiça e na sua ingratidão, esquece o homem os serviços que êle prestou. E que ainda continua a prestar, quando dêle se exige ou pede, quase num SOS, seu auxílio, em face de certas situações difíceis. Está certo que seja o *carro-de-boi* um instrumento de trabalho do passado. De um passado, em alguns casos, ainda presente. Mas, um instrumento de trabalho que grandemente contribuiu para estimular a riqueza agrícola do Brasil. Em particular, fator da riqueza nordestina, que teve por base o açúcar. Ao lado de sua função econômica, de sua função social, de sua função civilizadora, destaca Manuel Rodrigues de Melo (26), no domínio rural, outra feição curiosa da existência do *carro-de-boi*. Refere-se o autor de PATRIARCAS E CARREIROS à função que exerceu nas campanhas políticas e eleitorais. "Quando os ânimos se aguçavam na disputa dos pleitos, visando a conquista do poder, não raro entrava o *carro-de-boi* como elemento de aproximação entre eleitores e candidatos."

É ainda de M. Rodrigues de Melo (27) o seguinte comentário: "...uma caravana da Idade Média não seria mais rudimentar e pitoresca. Seiscentos anos depois, o *carro-de-boi* representava os mesmos traços da era medieval. O brasileiro do Nordeste, vivendo nos meados do século XIX usava a mesma técnica, utilizava os mesmos processos de conquista e locomoção praticados trezentos anos antes do Descobrimento." E, concluindo: "...o *carro-de boi* entrava aí como fator essencial e indispensável de progresso e adiantamento."

Em verdade, o *carro-de-boi*, em vez de humilhado como coisa do passado, obsoleta e imprestável, o que deve merecer é respeito. Respeito e agradecimento pelos serviços importantes que prestou, e ainda vem prestando, ao Brasil. Durante séculos, vem sendo no Brasil, especialmente nas áreas açucareiras do Nordeste, elemento de destacada significação na sua paisagem cultural. Tão destacada, que não pode ser compreendida sem a sua presença.

1) Vide: Delaporte (L). — LA MESOPOTAMIE: LES CIVILISATIONS BABYLONIENNE ET ASSYRIENNE. Paris, LA RENAISSANCE DU LIVRE, 1923; Gloth (Gustave) — LA CIVILISATION ÉGÉENNE. Paris, LA RENAISSANCE DU LIVRE, 1923; Huart (Clément) — LA PERSE ANTIQUE ET LA CIVILISATION IRANIENNE, Paris, LA RENAISSANCE DU LIVRE, 1925; Hutton (John Henri) — LES CASTES DE L'INDE; NATURE, FUNCTION, ORIGINES. Préf. de Louis Renon. Paris, Payot, 1949.

2) Vide: livros citados na nota 1.

3) TRANSPORTES NOS ENGENHOS DE AÇÚCAR. Rio de Janeiro, GRÁFICA TAVEIRA,

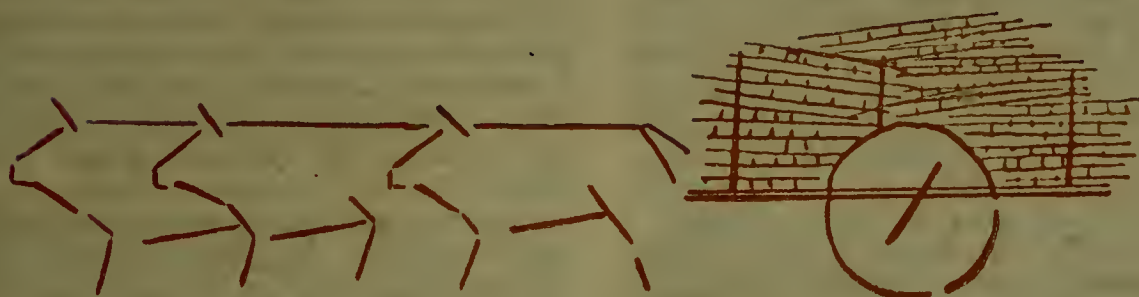
1959. E MEIOS E INSTRUMENTOS DE TRANSPORTE NO INTERIOR DO BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, Coleção VIDA BRASILEIRA, Rio de Janeiro 1959.

4) PATRIARCAS E CARREIROS. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editôres, 1954.

5) TRANSPORTES NOS ENGENHOS DE AÇÚCAR.

6) NORDESTE (ASPECTOS DA INFLUÊNCIA DA CANA SÔBRE A VIDA E A PAISAGEM DO NORDESTE DO BRASIL). Rio, Livraria José Olimpio, 1937.

7) Idem.
8) Cit. Por Gilberto Freyre, in Op. cit.
9) Apud. Gilberto Freyre, in Op. cit.
10) Apud. Gilberto Freyre, in Op. cit.
11) Gilberto Freyre.

12) José de Souza (Bernardino) — CICLO DO CARRO DE BOIS NO BRASIL. São Paulo, Companhia Editôra Nacional. Brasiliana. Grande Formato. 1958.
13) Idem.
14) In BRASIL CABOCLO. Parahyba do Norte, 1933-1936.
15) In MULA SEM CABEÇA, apud. Bernardino José de Souza.
16) Idem.
17) Idem.
18) Vide: Guerra (J. Pessoa) — RÚSTICO, Recife, 1926.
19) Ref. de B. José de Souza.
20) In Op. cit.
21) Em carta a B.J. de Souza.
22) In MEU SERTÃO, cit. por B.J. de Souza.
23) In Op. Cit.
24) Em carta a B.J. de Souza. Também, Mario Sette, em ARRUAR, faz referência ao episódio.
25) Apud. B. J. de Souza.
26) In Op. cit.
27) Idem.

MERCADO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

INFORMAÇÕES DE M. GOLODETZ

Reproduzimos a seguir os informes e observações que nos enviam, com data de 16 de junho, de Nova York, a firma M. Golodetz & Co. A movimentação do mercado açucareiro, recentemente, tem sido suficiente para dar até mesmo ao mais experimentado negociante do produto uma ligeira sensação de mal-do-mar. O conflito no Oriente Médio estabeleceu situações de limites nos mercados futuros tanto em Londres quanto em Nova York. O pânico inicial ràpidamente se desfêz e houve quedas de 20 pontos em um dia seguindo-se nova queda de mais 30 pontos no dia posterior. Na data desta correspondência, apenas onze dias após o início das hostilidades, o mês de julho assinala a marca de US$ 0.2,38.

Que aconteceu para causar tão acentuado declínio? Em primeiro lugar, e com a maior significação, a situação, política. Ela tem sido elaborada durante uma quinzena anterior ao 5 de junho e os preços do açúcar a ela se conformaram. Conseqüentemente, quando começou a parecer que a guerra seria de curta duração, e quando acabou em menos de uma semana, o «elemento guerra» presente nos preços do açúcar desapareceu.

Em segundo lugar, a situação cubana. Nas últimas semanas, de acôrdo com um porta-voz cubano em Londres, seu país adiou a entrega de dois carregamentos de açúcar bruto ao Reino Unido de 1967 para o comêço de 1968, tornou a comprar .... 30.000 toneladas anteriormente vendidas a uma casa comercial parisiense, negociou o cancelamento de 50.000 toneladas de açúcar bruto anteriormente vendidas à Itália para consumo industrial ou animal e adquiriu, de outras origens, especialmente do México, 50.000 toneladas do produto, ostensivamente para entrega contra as vendas de Cuba aos países da cortina de ferro. Isso totaliza 150.000 toneladas e representou um elemento altista no mercado. Também provocou confusão, pois Cuba simultâneamente anunciou uma safra de seis milhões de toneladas, de um modo geral considerada volumosa, e presumìvelmente bastante ampla para preencher seus compromissos de venda. Algumas fontes teorizaram no sentido de que Cuba estava tendo dificuldade em encontrar frete suficiente, e isto bem pode ser verdade pois o número de navios que aceitam fretes de Cuba é limitado como resultado da lista negra dêsses navios, feita pelos Estados Unidos. Se tais considerações quanto a frete impedirão a acima mencionada atividade cubana não podemos dizer, mas parece um tanto duvidoso. Ninguém parece duvidar sèriamente de que Cuba tenha atingido a marca dos seis milhões de toneladas com a sua safra.

Em terceiro lugar, o México reapareceu como vendedor, dispondo de cêrca de .. 100.000 toneladas de açúcar bruto, todo para intermediários, para embarques em março/maio 1967. As vendas foram feitas para entrega não imediata e por isso não pesam muito no mercado; não obstante, a venda serve para lembrar que o produto disponível ainda não saiu de cogitação e que, especialmente quando os preços sobem, tais fornecimentos têm um modo de aparecer.

Em quarto lugar, houve o subsídio pela França de 10.000 toneladas de refinado (das quais 8.000 foram concedidas). Isto foi considerado por alguns como anteci-

pação de outras grandes quantidades que a França desejará exportar antes de julho de 1968, quando as disposições do Mercado Comum quanto ao açúcar entram em vigor. Estimou-se que a quantidade poderia chegar a uma cifra entre 250.000 e 500.000 toneladas.

Finalmente, os compradores de açúcar disponíveis são, para dizer o menos, escassos e o volume residual de compra para 1967 não parece estar em cogitação. Sem tais compradores não há sustentação, pelo menos a níveis tais como US$ 0.3,00 no contexto da atual situação.

Tudo considerado, pelo menos no momento, e mesmo aos atuais níveis baixos, o mercado parece um pouco saturado e pode sofrer ainda mais erosão.

Saigon adquiriu na primeira quinzena de junho 12.000 toneladas de açúcar refinado de Formosa a US$ 104,25 a tonelada métrica, custo e frete, a chegar em julho, e informou-se estar negociando um carregamento para chegar em setembro, refinado japonês em sacos de papel, o refinado britânico. Saigon necessita também de um carregamento do produto para recebimento em agôsto, mas açúcares aceitáveis para essa data não parecem ser disponíveis e um nôvo pedido de fornecimento deverá ser feito. É interessante notar que o Japão comprou de Formosa 130.000 toneladas de açúcar bruto para entrega em 1968 ao prêço diário londrino mais vinte xelins — se a granel, e mais quarenta xelins — se ensacado. Uma delegação Cubana se encontrava em Tóquio, na ocasião desta correspondência, negociando uma venda para 1968 e há indicações de que, êles também, procurarão obter um nível mais alto do que o que foi conseguido anteriormente. O mercado norte-americano permanece muito estável, ao nível de US$ 0.7,32, sem acontecimentos de grande significação para relatar.

DE LONDRES

Datada de Londres, 30 de junho, a correspondência de M. Golodetz informa sôbre a situação do mercado açucareiro internacional com as observações habituais. Na semana que se seguiu ao início das hostilidades no Oriente Médio, a cotação em Londres ràpidamente subiu, o mesmo ocorrendo em Nova York. Mas isso não durou muito em face do desenrolar dos acontecimentos. Embora a situação no Oriente Médio continuasse a exercer uma ação de instabilidade, de modo geral, com a cessação da luta o mercado açucareiro logo se libertou dessa influência e o produto disponível, pelo meado do mês, passou a ser o fator dominante do mercado. O aumento das quotas no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e as notícias de que os países socialistas iriam importar o produto para fazer face à escassez, contrabalançaram as quedas de preço verificadas em seguida à cessação do fogo no Oriente Médio.

A situação da disponibilidade do produto em 1967 continua a mostrar excesso sôbre a demanda em potencial. Êste excesso, contudo, se apresenta em proporções de melhor maneabilidade do que se esperava há um ano, exercendo assim um efeito algo estimulante sôbre o mercado, e como as fontes estatísticas mundiais indicam nova melhoria para 1968, é provável que os preços vigentes continuem a progredir. Isso se evidenciou pela ausência de impacto quando da anunciada entrada da Argentina, da Venezuela e da França no mercado, como vendedores. Na ocasião das negociações argentinas, aventou-se a hipótese de que a anunciada venda — depois negada — poderia ser apenas parte de uma quantidade que êsse país pretendia exportar, e que o subsídio francês para a exportação de 10.000 toneladas poderia ser apenas a ponta de um iceberg, desde que o volume do excedente francês era anunciado como acima de 250.000 toneladas.

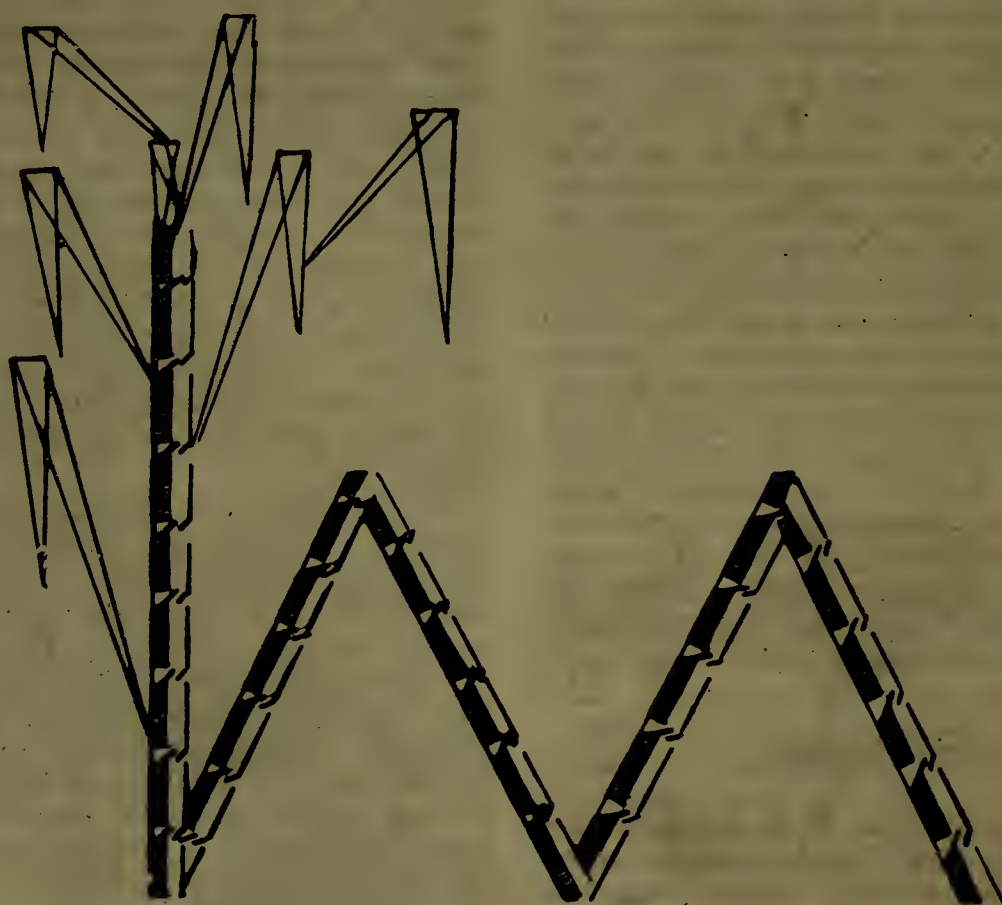
Membros da Comunidade do Caribe e de outras comunidades de países produtores de açúcar reuniram-se em Londres para discutir as implicações de uma eventual entrada do Reino Unido no Mercado Comum Europeu. Segrêdo oficial foi imposto sôbre todos os pormenores da sessão. O secretário da Commonwealth, sr. Herbert Bowden, renovou as garantias britânicas de que os vitais interêsses comerciais dos países membros não seriam sacrificados em qualquer pedido de ingresso no Mercado Comum Europeu.

O Comité Seletivo da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, sob a direção do dr. Raul Pre-

bisch, reuniu-se para considerar a recomendação no sentido de nova reunião de uma Conferência das Nações Unidas. Parece não ter havido mudanças aparentes nas diferentes posições dos maiores países importadores e exportadores do produto desde a última reunião do Comité, em março. Após uma sessão de três dias, o Comité decidiu um adiamtamento sem aprovar qualquer recomendação formal ou fixar nova data de discussões. O dr. Prebisch retomará palestra exploratórias com os diferentes governos através de contactos diretos nas capitais dos principais países produtores e consumidores, com o propósito de convocar nova sessão para o próximo outono do Hemisfério Norte.

No começo de junho os Estados Unidos estabeleceram nova marca de necessidade de açúcar, acrescentando outras 200.000 toneladas do produto à quota respectiva, que passou a ser de 10.600.000 toneladas curtas, e em 23 de junho houve nôvo aumento, de mais 100.000 toneladas. Dêsses aumentos, os países não americanos se beneficiarão em cêrca de 100.000 toneladas.

O Japão fêz sua primeira compra de açúcar bruto para embarque no próximo ano fechando um contrato com Formosa para o fornecimento de 70.000 toneladas. A operação se baseou no preço diário londrino mais £ 1 a tonelada para embarque a granel ou £ 2 a tonelada, se embarcado o produto em sacos.

As dificuldades de navegação no Canal de Suez têm afetado o problema dos fretes, mas embora se sinta escassez de tonelagem para o transporte do produto, é razoável supor que a marca maior dessas taxas já foi atingida.

BIBLIOGRAFIA

FOLCLORE DA CANA-DE-AÇÚCAR

Para facilitar o manuseio na referência bibliográfica as principais convenções são: 1(2):34-56 agôsto-setembro 1965, significa volume ou ano 1 (fascículo ou número 2): páginas 34-56, data do fascículo ou do volume 1965.

Também são mencionados todos os periódicos em que o artigo tenha sido publicado. Os endereços das obras citadas podem ser consultados na Biblioteca do Instituto do Açúcar e do Álcool.

BASTIDE, Roger — Présence de l'Afrique: recontre des races et des civilisations. In: *Brésil, terre des contrastes* |Paris| Hachette |1957| cap. 4. p. 84-107.

BELLO, Júlio — Festas e funções de engenho no meu tempo de menino. Bumba-meu-boi. Mamolengo. Fandango. Pastoril. São João. Início da safra. In: *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed. 1938. cap. 7. p. 222-35 (Coleção documentos brasileiros, v. 11).

CALASANS, José — O folclore do açúcar em Sergipe. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. José Olympio Ed. 1938. cap. 7. p. 222-35 (Coleção documentos brasileiros, v. 11).

CALASANS, José — O folclore do açúcar em Sergipe. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 19(5):554-5, maio 1942.

CASCUDO, Luis da Câmara — *Dicionário de folclore brasileiro.* Rio de Janeiro, Instituto nacional do livro, 1954. 660. p. il. 27,5 cm. (Enciclopédia brasileira. Biblioteca de obras subsidiárias. SRérie A. Assuntos brasileiros).

DEERR, Noel — The sugar-cane. In: *The history of sugar.* London, Chapman and Hall, 1949-1950. 2 v. il. cap. 3. p. 12-34.

DIEGU5S JUNIOR, Manuel — *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional.* Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1949. 288 p. il. 24 cm.

DIEGUES JUNIOR, Manuel — *O engenho de açúcar no nordeste.* Rio de Janeiro, Serviço de Informações agrícolas, 1952. 68 p. il. 26 cm. (Brasil. Serviço de informações agrícolas. Documentos da Vida rural, n. 1).

DIEGUES JUNIOR, Manuel — Motivos de açúcar no folclore. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 30(4):452-4, out. 1947; 30(5):586-8, nov. 1947.

DIEGUES JUNIOR, Manuel — *População e açucar do Brasil.* |Rio de Janeiro| Comissão nacional de alimentação |1954| 236 p. 19 cm.

DORNAS FILHO, João — *Aspectos da economia colonial* .... Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército ed. 1958 278 p. il. 19 cm. (Biblioteca do Exército v. 246).

ELY. Roland T. — La alta sociedad. In: *Cuando reinaba su majestad el azúcar.* Buenos Aires, Ed. Sudamericana |c. 1963| cap. 29. p. 743-66.

ELY, Roland — Ostentación y derroche. In: *Cuando reinaba su majestad el azúcar.* Buenos Aires Ed. Sudamericana |c. 1963| cap. 27 p. 696-717.

ELY. Roland T — Otras características de la "época de ero" del hacendado. In: *Cuando reinaba su majestad el azúcar.* Buenos Aires Ed. Sudamericana |c. 1963| cap. 28. p. 718-41.

ESTRELA, Raimundo — Pequena contribuição ao folclore da cana. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro 26(5):532-3, nov. 1945.

FOLCLORE da cana-de-açúcar: bibliografia brasileira. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 58 (2):46-52, agô. 1966.

FREYRE, Gilberto de Mello — *Assucar; algumas receitas de doces e bolos dos engenhos do nordeste.* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed. 1939. 166 p. il. 18,5 cm.

FREYRE. Gilberto de Mello — *Casa grande e senzala; formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.* 7 ed. Rio de

Janeiro, Livraria José Olympio Ed. 1952. 2 v. il. (Coleção Documentos brasileiros. Dirigida por Octavio Tarquinho de Souza. Publicação n. 36-A).

PASSOS, Claribalte — *A cana-de-açúcar no folclore. Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 68 (2):10-1, agô. 1966.

PINHO, Wanderley — O brasão de armas no teto do salão. In: *História de um engenho no Recôncavo.* Rio de Janeiro, Z. Valverde, 1946. 291-305 p.

RIBEIRO, Joaquim — Folklore do açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 22(5):382-6, nov. 1943; 22(6):471-6, dez. 1943; 23(1):7-11, jan. 1944; 23(2):133-41, fev. 1944; 23(4):354-8, abr. 1944; 23(5):434-8, maio 1944; 23(6).534-9, jun. 1944; 24(1):22-6, jul. 1944; 24(2):178-82, agô. 1944; 24(3):286-9, set. 1944; 24(4):392-4, out. 1944; 24(5):576-7, nov. 1944; 24(5):576-7, nov. 1944; 24(6):756-9, dez. 1944; 25(1):87-90, jan. 1945; 2n(2):148-51, fev. 1945; 25(3):265-7, mar. 1945; 25(4): 359-61, abr. 1945; 25(5): 416-20, maio 1945; 25(6):558-61, jun. 1945; 1945; 26(3):335-7, set. 1945; 26(4):420-22, 26(1):129-32, jul. 1945; 26(2):228-30, agô. out. 1945; 26(5):528-31, nov. 1945; 26(6)634-6, dez. 1945; 27(1):74-7, jan. 1946; 27(4):412-6, abr. 1946.

SALES, Vicente — Bibliografia da cana-de-açúcar. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 68(2):46-8, agô. 1966.

SETE, Mário — Mensageiro fiéis dos engenhos. *Brasil acucareiro,* Rio de Janeiro, 30(2):208-9, agô. 1947.

SODRÉ VIANA — Aspectos folclóricos da cachaça, *Brasil açucareiro.* Rio de Janeiro. 23 (3):260, mar. 1944.

SODRÉ VIANA — Notas sôbre o velho Canuto, *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 24(6):140-41, dez. 1944.

SODRÉ VIANA — Recordações de um "Inocente no carnaval", II: Catarina, Catita ou Catu, minha mãe de leite. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 24 (2):69-7 , agô. 1944.

SODRÉ VIANA — Breves desconsiderações sôbre um velho tema. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 13(6):37-38, jun. 1944.

STRONG, L — *The story of sugar. London,* George Weidenfeld & Nicolson |1954| 159 p. il.

VARZEA, Affonso — Fronteira rapadureira de Diamantina. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 24(5):32-36, jul. 1944.

VARZEA, Affonso — Geografia canavieira no São Francisco. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 23(2):18-31, fev. 1944.

VARZEA, Affonso — Rapadureiros de Taubaté. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 25(3): 69-70 set. 1944.

VARZEA, Affonso — Rapadureiros de Taubaté. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 25(3):69-70 set. 1944.

VASCONCELOS TORRES — Aguardentismo e folclore. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 24 (1):91, jan. 1945.

VIDAL, Ademar — Bôca de fornalha. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 26(3):338, set. 1945.

VIDAL, Ademar — A caldeira que geme. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 23(1):12-3, jan. 1944.

VIDAL, Ademar — Cambiteiros. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 26(2):232-3, agô. 1945.

VIDAL, Ademar — O carro encantado. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro. 24(2):68-69 agô. 1944.

VIDAL, Ademar — A noite no engenho. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 23(6):36-37, jun. 1944.

VIDAL, Ademar — A porteira. *Brasil açucareiro,* Rio de Janeiro, 25(6):75-76, jun. 1945.

DIVERSOS

BRASIL: — O Comportamento do Indivíduo na Organização, de Caetana Myriam Parente Cavalcante; Aspectos de Relações Públicas, de Sylla M. Chaves, publicações do DASP; *Atualidades Pernambucanas,* ns. 87/97; *Agricultura em São Paulo,* ns. 7/12; *Agricultura e Pecuária,* nº 515; *Boletim Agro-Pecuário Bayer,* ns. 64/66; Banco do Brasil S.A., Relatório de 1966; Boletin do Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia dos Alimentos, Campinas, nº 6; Boletim da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, ns. 187/9; *Boletim Informativo Coopereste,* ns. 4/5; *Boletim do Campo,* nº 212; CEPLAC, Centro de Pesquisas do Cacau, Relatório Anual. 1964; *Coopercotia,* ns. 210/11; Confederação Nacional da Agricultura, Boletim Informativo ns. 30/31; CENEL, nº 123; *Desenvolvimento & Conjuntura,* ano 11, ns. 4/5; *Extensão Rural, ns.* 14/16; *Experientiae,* nº 231; S. A. Indústria Reunidas F. Matarazzo, nº 3; *Guanabara Industrial,* ns. 51/3; *A Granja,* Relatório e Balanço de 1966; *Integração,* nº 37; 163; *Revista de Química Industrial,* ns. 417/8; *Paraná Econômico,* nº 170; Revista do IRB, nº *Revista do Serviço Público,* vol. 97. nº 4; vol. 98, nº 1; *Revista de História,* nº 67; *Revista Brasileira de Estatística,* nº 108; *Seleções Fábio Bastos,* ns. 17/2d; *Saneamento,* nº 30; *UNASCO,* nº 79.

ESTRANGEIRO: — *Agricultura al Dia,* ns. 7/8; *Agrotecnia de Cuba,* nº 4; *Bibliography of Agriculture,* vol. 31, ns. 2/5; Banco Central de al República Argentina, Boletin Estadistico, nº 4; *BIES,* ns. 53/4; *Boletin Azucarero Mexicano,* ns. 210/11; Boletim Semanal, Departamento de Imprensa e Informação, Govêrno Federal da Alemanha, ns. 19/25 *Cuba Economic News,* nº 22;

Corresponsal Internacional Agricola, ns. 5/7; Camara de Comercio Argentino-Brasileña, Revista Mensual, ns. 618/9; *Cuba Azucar,* nº de janeiro/fevereiro 1966; *Dupont Magazine,* vol. 61, nº 3; *Dow Diamond,* vol. 30, nº 1; Extraits de Publications étrangères reçues au BIES, ns. 42/44; *La Industria Azucarera,* ns. 879/881; The *International Sugar Coucil, Statistical Bulletin,* ns. 4/5; *Lamborn Sugar-Market Report,* ns. 17/28; *Listy Cukrovarnické,* nº 3; *News for Farmer Cooperatives,* vol. 34, ns. 1/3; *Paraguay Industrial y Comercial,* ns. 270/1; *Revue Internationale des Industries Agricoles,* ns. 2/3; *Revista del Consorcio de Centros Agricolas de Manabi,* nº 110; *Sugar Reports,* ns. 178/80; *La Sucrerie Belge,* ns. 8/9; *Sugar Journal,* ns. 10/12; *Sugar,* vol. 81, ns. 5/6; *Taiwan Sugar,* vol. 14, nº 1; *Tribuna Alemã,* nº 21; U.S. Dept. of Agriculture, *Bimonthly List of Publications and Motion Pictures,* nº janeiro/fevereiro de 1967; URSS, ns. 3/5.

DESTAQUE

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA DO I.A.A.
PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

FOLHETOS:

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA — *Zonas fisiográficas onde se concentra a produção agrícola brasileira* |Rio de Janeiro| 1967. 38 p. 30 cm.

BRASIL. INSTITUTO DE ÓLEOS — *Introduções gerais experimentação "amendoim"* ... Rio de Janeiro, 1963. 63 p. il. 27 cm.

DOBEREINER, Johanna — *Efeito da calagem e da temperatura do solo da fixação de nitrogênio*... Rio de Janeiro, Instituto de pesquisas e experimentação agropecuária do centro-sul, .. 1966. 4 p. il. (Brasil. Instituto de pesquisas e experimentação agropecuária do centro-sul. Boletim n. 3).

GUAGLIUMI, Pietro — *Contributo alla conoscenza dell'entomafauna nociva del Venezuela* ... Firenze, Instiutto agronomico per l'oltremare, 1965. 61 p. 23 cm.

LOPEZ HERNANDEZ, José A — *Caracteristicas de la caña dejada en pie*. Tucuman, Estacion experimental agricola, 1967. 9 p. 21cm. (Tucuman. Estacion experimental agricola. Circular n. 180).

LOPEZ HERNANDEZ, José A — *Valor nutritivo de la "cachaza" y el despunto como forraje*. Tucuman, Estacion experimental agricooal, 1967. 8 p. 21 cm. (Tucuman. Estacion experimental agricola. Circular n. 178).

MONTEIRO, Maria do Carmo da Costa — *Anatomia do sistema vegetativo da "centrosema pubescens"* Benth... Rio de Janeiro, Instituto de pesquisas e experimentação agropecuária do centro-sul, 1966. 4 p. 26,5 cm. (Brasil Instituto de pesquisas e experimentação agropecuária do centro-sul. Boletim n. 2).

MOREIRA, Paulo Rangel — *Comentários ao estatuto do trabalhador rural*... Recife, Fundação açucareira de Pernambuco, 1964. 52 p. 23 cm. (Fundação açucareira de Pernambuco. Grupo de estudos do açúcar. Publicação n. 7).

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA — *Receita geral estadual, população e arrecadação do impôsto s/vendas e consignações por município* — 1965. São Paulo, 18 p. 21 cm.

SILVA, Marlene — *Indicador administrativo do Instituto nacional do desenvolvimento agrário*. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro, Assessoria de Informação agrária do INDA, 1967. 54 p. il. 23 cm.

ZABALA, Santiago — *Verificacion de sanidad con repecto a virus en la papa para semilla que se cultiva en Tucuman*. Tucuman, Estacion experimental agricola, 1967. 6 p. il. 21 cm.

LIVROS

BRASIL. COMISSÃO DE REFORMA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA — *Base física das repartições fazendárias* (edifício). |Rio de Janeiro| 1967. 102 p. 23 cm. (Brasil. Comissão de reforma do Ministério da Fazenda. Publicação n. 31).

BRASIL. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PUBLICO — *Depoimento sôbre o DASP*. |Rio de Janeiro| 1966. 112 p. 22,5 cm.

BRASIL. INSTITUTO DE ÓLEOS — *Babaçu; estudo técnico econômico*... Rio de Janeiro, 1959. 237 p. il. 27 cm.

GUEDES, João Alfredo Libânio — *Hist administrativo do Brasil* ... |Rio de Janeiro| D.A.S.P., Serviço de documentação, 1962. 196 p. 25 cm.

MURRY, C. H. — *The mechanics of crushing sugar cane* ... Amsterdam |etc.| Elsevier publishing co., 1967. 143 p. il. 22 cm.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. DEPARTAMENTO DE ESTATISTICA — *Noticiário estatístico*. São Paulo, 1967. 2 v. 30,5 cm.

VIANNA, Wanderley T & PINTO, Olavo P. — *Manual de serviço dos processos das pensões civis do tesouro nacional* ... |Rio de Janeiro| DASP, Serviço de documentação, 1965. 466 p. 23 cm. (Brasil. Departamento Administrativo do Serviço Público. Serviço de Documentação. Série Manuais de Serviço).

ARTIGOS ESPECIALIZADOS

CANA-DE-AÇÚCAR

A la a vanzada de la mecanización agricola; um reporto técnico del campo en el Ingenio Xicoténcatl. *Boletin azucarero mexicano,* México, :11-4, Dec. 1966.

ALIMENTOS para el ganado a partir del bagazo y mieles incristalizables. *Boletin azucarero mexicano,* México, :35-6, Ene. 1967.

APLICAR los recursos por ejidos: um reporte técnico del campo en el Ingenio El Mante. *Boletin azucarero mexicano,* México, :16-20, Ene. 1967.

GILLASPIE, A.G. — Ra toon stunting disease. *The Sugar Journal,* New Orleans, 29(12):18-9, May 1967.

HESCH, Rolf — Tiene pleno éxito la fabricación de tablones de bagazo en un ingenio de la Isla de la Reunion. *La Industria azucarera,,* Buenos Aires, 72 (881):125-9, Abr. 1967.

HUMBERT, Roger P. — Fertilización potásica de la caña de azucar en el Igenio de Xicotencalt. *Boletin azucarero mexicano,* México, :15-7, Dec. 1966.

SOBRE control químico de malezas hizo un estudio la estación experimental agricola. *La Industria azucarera, Buenos Aires,* 72(j81): 123, Abr. 1967.

SUGARCANE harvesting field day. *The Sugar Journal,* New Orleans, 29(12):26-7, May 1967.

SUNGH, Giri Raj — Hot water treatment for control or gassy shoot disease. *The Sugar Journal,* New Orleans, 29(12):14-6, May 1967.

ULLIVARRI, Roberto F. & KENNING, Guillermo — Inta aconseja que en Tucumán se cultive con preferencia la variedad "NA 56/79. ..*La Industria azucarera.* Buenos Aires, 72(881). 121-2, Abr. 1967.

AÇÚCAR

AHLFELD, Hugo — The german beet sugar industry. *Sugar y Azucar,* New York, 62(6): 51-4, Jun. 1967.

AUSTRALIAN SUGAR PRODUCERS ASSOCIATION — 1967 anual report by the A.S.P.A. executive council. *The Australian Sugar Journal.* Brisbane, 58(12):769-89, Mar. 1967.

BENNETT, M.C. — Liquor carbonation. Prat I. Impurity effects on filtrability. *The International Sugar Journal,* London, 69(820):101-4, Apr. 1967.

EL espiritu moderno en el Ingenio Xicotencalt. *Boletin azucarero mexicano,* México, :30-4, Dec. 1966.

ESTADÍSTICAS del USDA sobre excedentes. *La Industria azucarera,* Buenos Aires, 72(881): 130, Abr. 1967.

THE evolution of the swedish sugar industry. *Sugar y Azúcar,* New York, 62(6):33-7, Jun. 1967.

EXISTEN dudas acerca de la necesidad de un nuevo acuerdo internacional. *La Industria azucarera* Buenos Aires, 72(881): 107, Abr. 1967.

FERNANDEZ DERTRAN, José — The direct polarimetric determination of sucrose in the presense of glucose and fructore by the adition of borax. *The Internatinola Sugar Journal,* London, 66 (820):107-11, Apr. 1967.

FRIECMANN, Eugenio — Origen y desarollo de la industria del azúcar en el Paraguay. *La Industria azucarera, Buenos Aires,* 72(881): 11-3, Abr. 1967.

INGENIO El Mante: 27 zafras de progrese. *Boletin azucarero mexicano,* México, 28-32, Ene. 1967.

LA INICIACIÓN de la zafra 1967 deberá hacerse produciendo exclusivamente azúcar crudo. *La Industria azucarera,* Buenos Aires, 72(881). 115-6, Abr. 1967.

JONES-PARRY, Ernest — An international sugar agreement. *The South african Sugar Journal,* Durban, 51(5):381-5, May 1967.

MEXICO. Union nacional de productores azucareros S. A. — Umpasa informa: una raseña de las ventas del dulce en el mes de noviembro. *Boletin azucarero mexicano,* México, :6-8, Dec. 1966.

NEW experiment sub-station established at Pongola. *The South african Sugar Journal,* Durban, 51(5):394-7, May 1967.

NEW Malelane mill in production. — The South african Sugar Journal, Durban, 51(5):374-9, May 1967.

OCHENTA mil toneladas para consumo interno de mayo. La Industria azucarera, Buenos Aires, 72 (881):117, abr. 1967.

SE reitera la vigencia del impuesto de seis pesos y se precisa el alcance de algunas disposiciones. *La Industria azucarera,* Buenos Aires, 72 (881):119-20, Abr. 1967.

SPRECKELS builds beet sugar factory in Arizona. *Sugar y Azúcar,* New York, 62(6):71-3, Jun. 1967.

SWEDEN hosts C.I.T.S. XIII assemblly. *Sugar y Azúcar,* New York, 62(6):29, Jun. 1967.

TERMINAL handles 1-m tons of sugar in two years. *The South african Sugar Journal,* New Orleans, 29(12):31-3, May 1967.

320 million beet sugar factory opens in arizona, U.S.A. *The Sugar Journal,* New Orleans, 29 (12):31-3 May. 1967.

UNION NACINAL PARA EL MEJORAMIENTO DEL AZÚCAR. Umpasa informa: un nuevo avance en el incremento del consumo. *Boletin ..azucarero mexicano,* México, :6-8, Ene. 1967.

VITON, Albert — The reconstruction and expansion of Europe's sugar economy. *Sugar y Azucar,* New York, 62(6):40 Jun. 1967.

COMÉRCIO DO AÇÚCAR

AUSTRALIA's sugar sales to Japan on normal business procedure. *The Australian Sugar Journal,* Brisbane, 58(12):791-2, Mar. 1967.

CAMPBELL, Lord — Britain sugar and the EEC. *The South african Sugar Journal,* Durban, 51(5):378-81, May 1967.

EXPORTACIONES de 1966 — Mercado internacional. *Boletin azucarero mexicano,* México, :10-5, Dec. 1967.

MENDOZA, Luis — The Sugar trader. *The Sugar Journal,* New Orleans, 29(12):30, May 1967.

MERCADO internacional. *Boletin azucarero mexicano,* México, :36, Dec. 1966.

PARECE confirmarse que en materia de precios ya h a pasado lo peor — Inflúyen favorablemente rumores y realidades — EE. UU. aumentaria las cuotas globales. *La Industria azucarera,* Buenos Aires, 72(881):109, Abr. 1967.

DIVERSOS

AGRICULTURAL research on nematology at L.S.U. *The Sugar Journal,* New Orleans, 29 (12):21-3, May 1967.

EL mejoramiento rural como base del desarrollo *Boletin azucarero mexicano,* México, :18-29, Dec. 1966.

UN nuevo espiritu de cooperacion: reporte especial sobre la obra social en El Mante. *Boletin azucarero mexicano,* México, :22-6, Ene. 1967.

SERRA, Adalberto — Alguns fatores das chuvas. *Revista brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro, 28(1):61-96, jan./mar. 1966.

TURCK, F. — From the experiment station; overhead? irrigation surface? *The South african Sugar Journal,* Durban, 51(5):399-405, May 1967.

DELEGACIAS REGIONAIS DO I. A. A.

RIO GRANDE DO NORTE:
Rua Frei Miguelinho, 2 — 1º andar — Natal

PARAÍBA:
Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2º andar — João Pessoa

PERNAMBUCO:
Avenida Dantas Barreto, 324 — 8º andar — Recife

SERGIPE:
Pr. General Valadão — Galeria Hotel Palace — Aracaju

ALAGOAS:
Rua do Comércio, ns. 115/121 - 8º e 9º andares — Edifício do Banco da Produção — Maceió

BAHIA:
Av. Estados Unidos, 340 - 10º andar - Ed. Cidade de Salvador — Salvador

MINAS GERAIS:
Av. Afonso Pena, 867 — 9º andar — Caixa Postal 16 — Belo Horizonte

ESTADO DO RIO:
Praça São Salvador, 64 — Caixa Postal 119 — Campos

SÃO PAULO:
R. Formosa, 367 - 21º — São Paulo

PARANÁ:
Rua Voluntários da Pátria, 476 — 20º andar — C. Postal, 1344 — Curitiba

DESTILARIAS DO I. A. A.

PERNAMBUCO:
Central Presidente Vargas — Caixa Postal 97 — Recife

ALAGOAS:
Central de Alagoas — Caixa Postal 35 — Maceió

BAHIA:
Central Santo Amaro — Caixa Postal 7 — Santo Amaro

MINAS GERAIS:
Central Leonardo Truda — Caixa Postal 60 — Ponte Nova

ESTADO DO RIO:
Central do Estado do Rio — Caixa Postal 102 — Campos

SÃO PAULO:
Central Ubirama — Lençóis Paulista

RIO GRANDE DO SUL:
Desidratadora de Ozório — Caixa Postal 20 — Ozório

MUSEU DO AÇÚCAR
Av. 17 de Agôsto, 2.223 — RECIFE — PE

LIVROS À VENDA NO I.A.A.

Composto e impresso pela Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda. - Frei Caneca, 383 - Rio